



# Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro **2013**

**CARAPEBUS**

## ***Conselho Deliberativo***

### ***Presidente***

Jonas Lopes de Carvalho Junior

### ***Vice-Presidente***

Aluisio Gama de Souza

### ***Conselheiros***

José Gomes Graciosa

Marco Antonio Barbosa de Alencar

José Maurício de Lima Nolasco

Julio Lambertson Rabello

Aloysio Neves Guedes

### ***Procurador-Geral do Ministério Público Especial***

Horácio Machado Medeiros

### ***Secretário-Geral de Controle Externo***

Carlos Roberto de Freitas Leal

### ***Secretário-Geral de Planejamento***

José Roberto Pereira Monteiro

### ***Secretário-Geral de Administração***

Marcelo Alves Martins Pinheiro

### ***Secretária-Geral das Sessões***

Gardênia de Andrade Costa

### ***Procurador-Geral***

Sérgio Cavalieri Filho

### ***Chefe de Gabinete da Presidência***

Ana Helena Bogado Serrão

### ***Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão***

Paula Alexandra Nazareth

### ***Coordenadora-Geral de Comunicação Social, Imprensa e Editoração***

Fernanda Barreto Pedrosa

## APRESENTAÇÃO

Acompanhar a evolução dos indicadores no tempo é o que motiva o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ a lançar a décima terceira edição dos Estudos Socioeconômicos dos municípios fluminenses. A série dos Estudos oferece aos gestores, legisladores, técnicos, pesquisadores e leitores interessados no universo fluminense as melhores informações disponíveis sobre demografia, educação, saúde, trabalho e renda, economia, finanças e meio ambiente, entre outros temas de interesse.

De 1991 a 2010, o índice de desenvolvimento humano atribuído ao conjunto do estado do Rio de Janeiro passou de baixo (0,573) a alto (0,761), conforme revelou o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, em colaboração com órgãos de pesquisa nacionais. Esses números superam a média do país, que evoluiu de 0,493 para 0,727.

No nível municipal, o quadro também sofreu alteração significativa. Em valores corrigidos, eram 59 os municípios fluminenses com índice muito baixo em 1991, enquanto 31 tinham índice baixo e somente dois (Niterói e a capital) ostentavam índice médio, não havendo qualquer incidência nas faixas de desenvolvimento alto e muito alto. Pois, no levantamento mais recente, calculado com base nos dados produzidos pelo Censo 2010, 34 municípios estão no nível médio e 57 estão no nível alto, com Niterói chegando ao nível muito alto. Não há mais, em nosso território, municípios com IDH-M baixo ou muito baixo.

Além do IDH-M, a presente edição dos Estudos divulga os principais resultados da auditoria realizada pelo TCE-RJ sobre a coleta e a destinação dos resíduos sólidos produzidos em cada município, uma vez que a legislação em vigor preconiza a eliminação dos “lixões” até 2014, entre outras disposições. No campo da educação, a divulgação do balanço do PISA – importante instrumento internacional de aferição do desempenho dos estudantes – revela algum avanço brasileiro no ensino de matemática, foco da última avaliação.

Outro destaque é o capítulo dedicado à questão ambiental, que dá continuidade ao trabalho apresentado na edição anterior, sobre mudança do clima e vulnerabilidade. Neste ano, enfatizamos a participação de cada município na promoção do desenvolvimento sustentável local, demonstrando o quanto foi beneficiado com o ICMS ecológico.

Todas as edições dos Estudos Socioeconômicos já publicadas, desde o trabalho pioneiro de 2001, podem ser consultadas no endereço <http://www.tce.rj.gov.br>.

**SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO**

**Dezembro de 2013**

**SUMÁRIO**

**APRESENTAÇÃO .....3**

**SUMÁRIO .....4**

**I - HISTÓRICO .....6**

**II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....7**

**Aspectos demográficos .....8**

**Saneamento básico .....10**

**Resíduos sólidos .....11**

**Aglomerados subnormais.....12**

**Gestão municipal .....14**

**Governo eletrônico .....16**

**Resultados da pesquisa .....17**

**III - INDICADORES SOCIAIS .....23**

**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.....23**

**Educação.....26**

**Resultados de comparativos e exames internacionais e nacionais .....26**

**Education for All – EFA Global Monitoring Report .....26**

**Pisa – *Programme for International Student Assessment*.....27**

**Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB .....28**

**Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM .....31**

**Educação no Estado do Rio de Janeiro .....31**

**Quadro da educação no RJ .....33**

**Educação no município .....35**

**Saúde.....41**

**Pacto pela Saúde .....42**

**Transição do Pacto pela Saúde ao COAP .....43**

**Atenção básica da saúde .....43**

**Desempenho do SUS .....47**

**Saúde no município.....49**

**Tema de maior significância.....51**

**Mercado de Trabalho.....52**

<b>IV - INDICADORES ECONÔMICOS .....</b>	<b>55</b>
Introdução .....	55
<b>PIB.....</b>	<b>55</b>
<b>Panorama econômico .....</b>	<b>56</b>
Inflação .....	58
Produção industrial .....	58
Composição do PIB Fluminense .....	59
Indústria .....	59
Investimento .....	61
<b>Situação da economia estadual em 2011 .....</b>	<b>62</b>
Agricultura, pecuária e pesca.....	63
Indústria.....	63
Serviços.....	63
<b>PIB regional e dos municípios de 2006 a 2011 .....</b>	<b>66</b>
<b>V - INDICADORES FINANCEIROS.....</b>	<b>75</b>
1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2012: .....	79
2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2012: .....	79
3. Indicador de autonomia financeira em 2012: .....	80
4. Indicador do esforço tributário próprio em 2012:.....	81
5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2012: .....	83
6. Indicador da carga tributária <i>per capita</i> em 2012: .....	85
7. Indicador do custeio <i>per capita</i> em 2012: .....	86
8. Indicador dos investimentos <i>per capita</i> em 2012: .....	86
9. Indicador do grau de investimento em 2012: .....	87
10. Indicador da liquidez corrente em 2012: .....	88
<b>VI - SUSTENTABILIDADE E CLIMA.....</b>	<b>89</b>
ICMS Ecológico.....	89
Desastres no Estado do Rio de Janeiro .....	91
<b>VII - CONCLUSÃO .....</b>	<b>93</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>107</b>

## I - HISTÓRICO <sup>1</sup>

A origem de Carapebus encontra-se ligada à de Macaé, município ao qual pertencia até recentemente como sede distrital.

O início da colonização da área que corresponde atualmente a Carapebus ocorreu em 1627, quando a Coroa portuguesa concedeu aos Sete Capitães (militares portugueses que lutaram na expulsão dos franceses da baía de Guanabara) as terras entre o rio Macaé e o cabo de São Tomé.

A ocupação da área remonta à primeira metade do século XVII, tendo o núcleo inicial de Macaé progredido com base na economia canavieira, em torno da antiga fazenda dos jesuítas de Macaé, constituída de engenho, colégio e capela situada no morro de Santana.

Já na segunda metade do século XVIII, 20% das terras de Carapebus pertenciam, na forma de sesmarias, ao capitão Francisco José, que plantava as culturas de feijão e mandioca e se dedicava à criação de gado, além de arrendar grande parte da área. No final do século XVIII, parte das terras foi vendida, constituindo-se a fazenda de São Domingos. Com o crescimento da cultura de cana-de-açúcar na região, aquela fazenda passou a ser uma das mais prósperas do Norte Fluminense no início do século XIX. Outras importantes atividades econômicas da região foram a agropecuária e a pesca.

O desenvolvimento da localidade de Macaé motivou sua elevação à categoria de vila em 1813, sob o nome de São João de Macaé, cujo território foi desmembrado dos municípios de Cabo Frio e Campos. No período colonial, a vila evoluiu rapidamente, favorecida pela posição geográfica de maior acessibilidade ao Norte Fluminense, passando à categoria de cidade em 1846.

O alicerce da economia de Macaé foi, por muitos anos, o cultivo da cana-de-açúcar, que respondeu por um crescimento demográfico expressivo nos séculos XVIII e XIX. O município chegou a desempenhar o papel de porta de entrada e saída do Norte Fluminense, favorecido pela ligação com Campos dos Goytacazes através do canal Macaé-Campos e da implantação da ferrovia ligando essas duas sedes municipais.

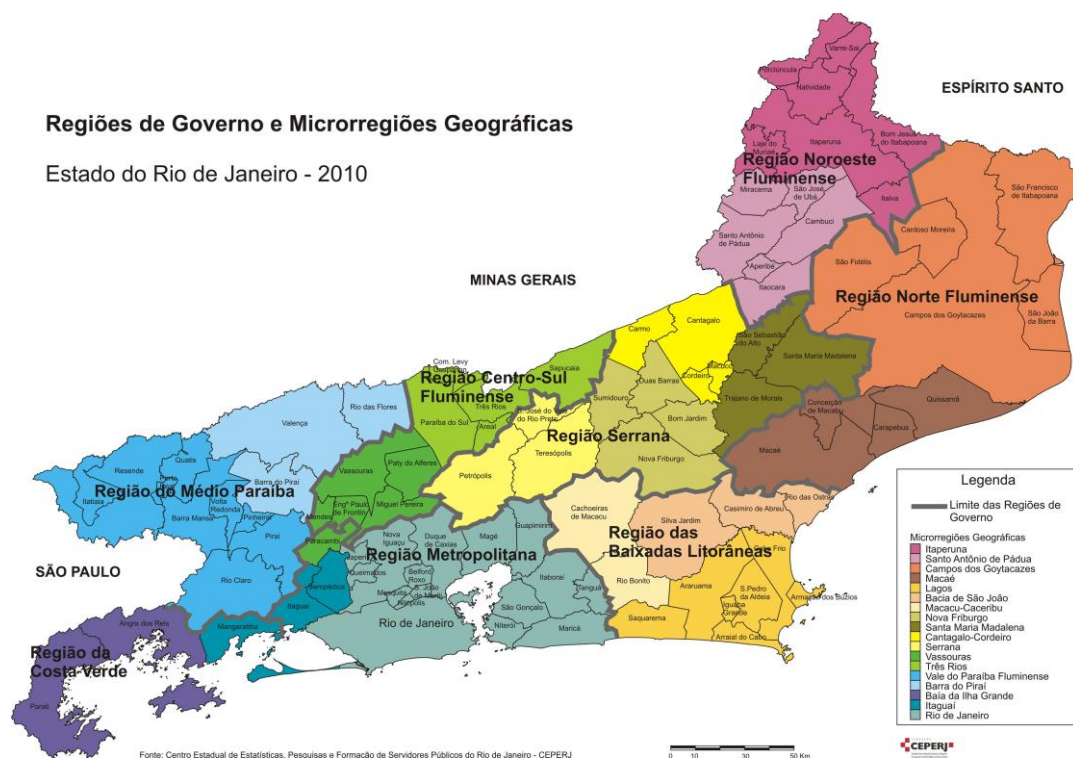
A usina de Carapebus foi fundada nos idos de 1927, época em que ainda existiam na região muitas outras usinas de açúcar, sendo a primeira fonte de renda e de emprego do então terceiro distrito de Macaé. Carapebus adquiriu sua autonomia municipal em 19 de julho de 1995, em face da edição da Lei nº 2.471, e foi instalado em 1º de janeiro de 1997.

---

<sup>1</sup> - Fontes: Estudos para o Planejamento Municipal – SECPLAN/FIDERJ – 1978 e sítio [www.carapebus.rj.gov.br](http://www.carapebus.rj.gov.br), acessado em 31 de maio de 2010.

## II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Carapebus pertence à Região Norte Fluminense, que também abrange os municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.



O município tem uma área total<sup>2</sup> de 308,1 quilômetros quadrados, correspondentes a 3,2% da área da Região Norte Fluminense. Os limites municipais, no sentido horário, são: Conceição de Macabu, Quissamã, oceano Atlântico e Macaé.

As ligações da sede municipal com os municípios da região e do estado são feitas por duas rodovias e uma ferrovia. A RJ-178 liga Carapebus a Macaé, ao sul, e a Quissamã, ao norte. A RJ-182 alcança a BR-101, no caminho para Conceição de Macabu. A ferrovia, que liga o estado do Rio de Janeiro ao Espírito Santo, é usada quase exclusivamente para transporte de cargas.

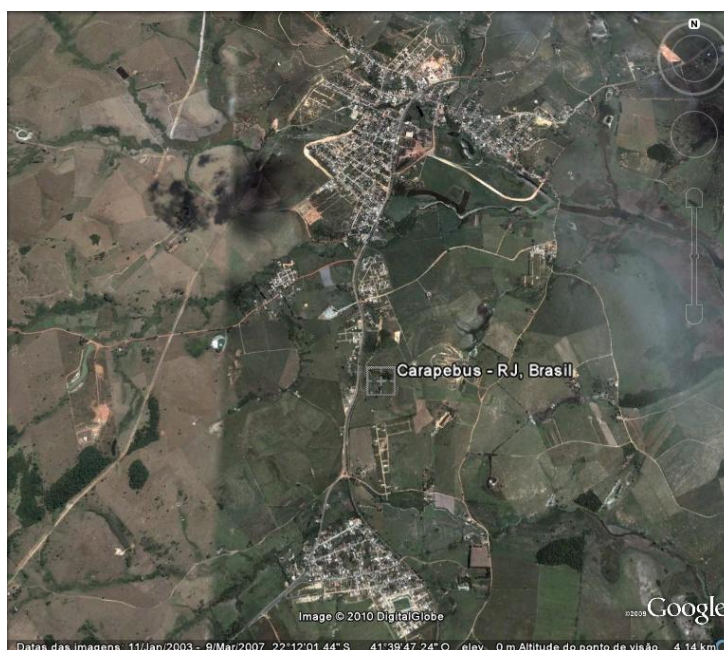
A rodovia RJ-178 – Macaé-Campos, de acordo com o mapa do DER-RJ de 2006, passa por Carapebus e termina seu trecho pavimentado ao norte, próximo à divisa de Quissamã e Campos. Segue em leito natural até Dores de Macabu. Dali, é renomeada RJ-180 e há mais um trecho de terra até a altura de Ibitioca, onde conecta com a BR-101.

As imagens a seguir apresentam o mapa do município e uma perspectiva de satélite capturada do programa Google Earth, em julho de 2010.

2 - IBGE - Censo 2010.



Fonte: DER-RJ (2006)



Carapebus, a 4,1 km de altitude.

## Aspectos demográficos

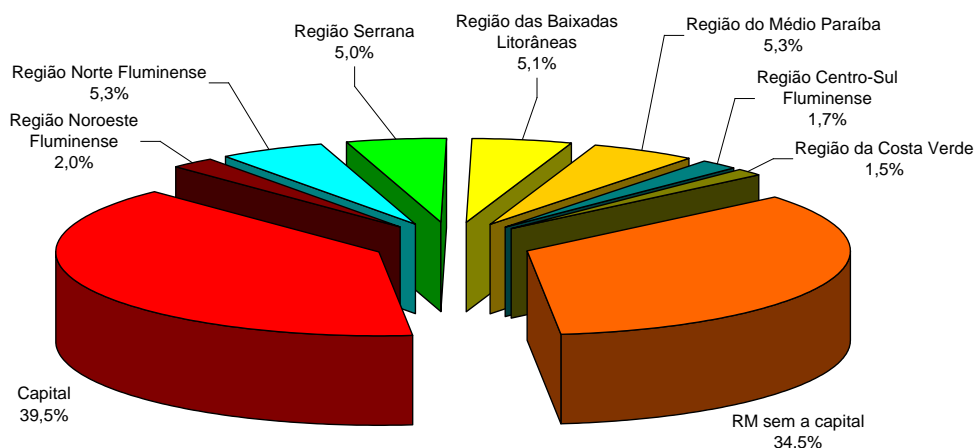
Em 2010, de acordo com o censo <sup>3</sup>, Carapebus tinha uma população de 13.359 habitantes, correspondente a 1,6% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 103,3 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 43,3 habitantes por km<sup>2</sup>, contra 87,1 habitantes por km<sup>2</sup> de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 78% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 54,2%, o 5º maior crescimento no estado.

3 - IBGE - Censo 2010.



A distribuição da população fluminense em 2010 dava-se conforme o gráfico a seguir:

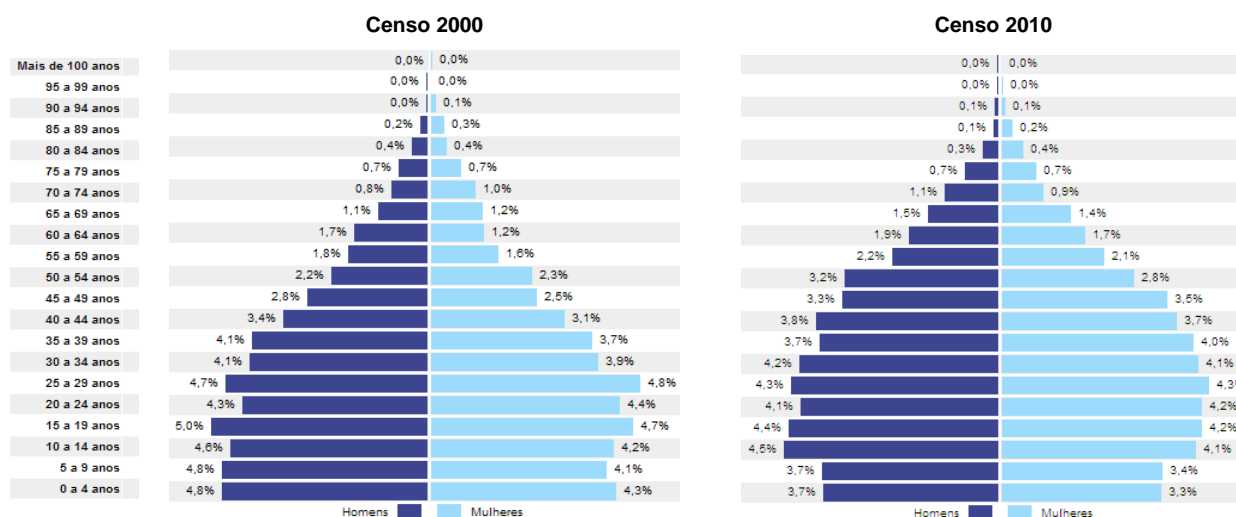
Gráfico 1: Distribuição da população – Regiões Administrativas – 2010



A população de Carapebus, em 2012 <sup>4</sup>, era de 14.024 pessoas. O município tem um contingente de 11.203 eleitores <sup>5</sup>, correspondente a 80% do total da população.

A comparação entre as pirâmides etárias construídas pelos censos 2000 e 2010 <sup>6</sup> revela mudanças no perfil demográfico municipal, com estreitamento na base e alargamento no meio da figura:

Gráfico 2: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, conforme os censos 2000 e 2010



4 - Estimativa IBGE.

5 - Estatísticas TSE - Eleições 2012.

6 - IBGE.

Segundo o levantamento, o município possuía 5.186 domicílios <sup>7</sup>, dos quais 12% eram de uso ocasional.

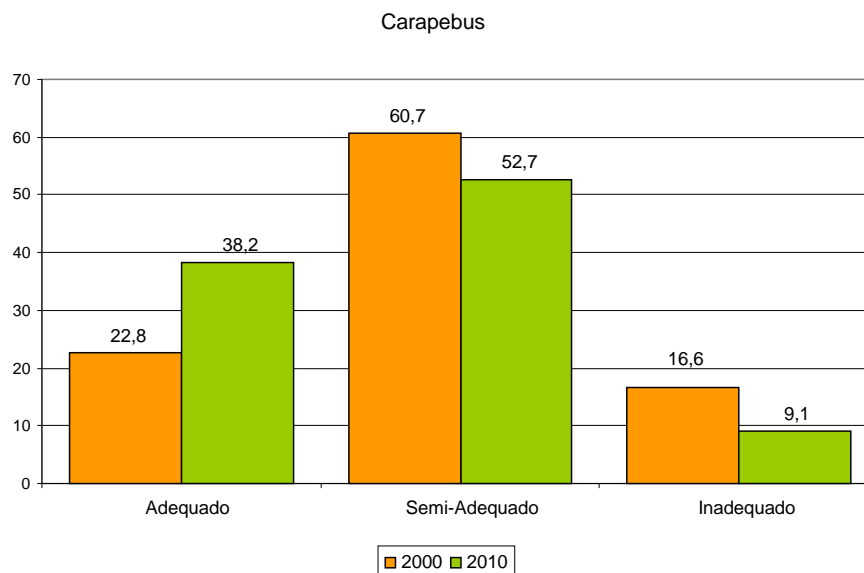
Carapebus possui uma agência de correios <sup>8</sup>, duas agências bancárias <sup>9</sup> e nenhum estabelecimento hoteleiro <sup>10</sup>. Quanto aos equipamentos culturais, o município não tem museu <sup>11</sup>, mas dispõe de um cinema e um teatro <sup>12</sup>, e de uma biblioteca pública <sup>13</sup>.

## Saneamento básico

O Censo 2010 avaliou as condições de saneamento dos domicílios brasileiros, classificando-as como adequadas, semi-adequadas ou inadequadas <sup>14</sup>. Comparando-se os dados com o censo anterior, constatou-se que, no período de 2000 a 2010, 72 municípios fluminenses apresentaram aumento na proporção de domicílios adequados e redução de inadequados. Outros 16 municípios tiveram redução tanto no percentual de domicílios adequados quanto no de inadequados (com aumento na proporção de domicílios com saneamento semi-adequado). Houve, portanto, no estado, uma redução geral do saneamento inadequado, com exceção de Itaiaia, onde esse percentual manteve-se inalterado, e em Aperibé, onde aumentou. Há ainda o município de Mesquita, que não figurava no censo anterior por ser de criação recente.

Em Carapebus, a evolução do indicador ocorreu conforme a figura a seguir:

Gráfico 3: Distribuição percentual por tipo de saneamento – série histórica 2000/2010



Fonte: IBGE Cidades. Censo 2010. Disponível em <http://IBGE.gov.br>.

7 - IBGE - Censo 2010.

8 - ECT - 2012 (inclui agências comunitárias).

9 - BACEN - 2012.

10 - MTE-RAIS - 2010.

11 - Ministério da Cultura, Sistema Brasileiro de Museus, fevereiro de 2011.

12 - IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006.

13 - Biblioteca Nacional, sítio <http://catalogos.bn.br>, fevereiro de 2011.

14 - O IBGE, órgão responsável pelo censo, considera adequado o saneamento de domicílios com ligação à rede geral de esgoto, rede pluvial ou fossa séptica, abastecimento de água da rede geral e coleta regular de lixo. Nesse sentido, cabe observar que o censo não registra se o esgoto coletado é tratado, nem se o tratamento, quando ocorre, é de tipo primário, secundário ou terciário.

## CARAPEBUS

O saneamento básico elimina chances de contágio por diversas moléstias e está relacionado aos índices de mortalidade, principalmente infantil. O censo informa que, no município, o percentual de crianças entre 0 a 5 anos residentes em domicílios permanentes com saneamento inadequado reduziu-se de 15,5% para 8,9%.

Quando se compara a região urbana à rural, o percentual de domicílios com saneamento adequado restringe-se a 1,2%, enquanto o de inadequados alcança 38,1%<sup>15</sup>.

Em 2010, conforme o censo, Carapebus contava com 4.151 domicílios permanentes. Em 3.408 a coleta de lixo era feita diretamente por serviço de limpeza, e em 211 através de caçamba de serviço de limpeza. Em 532 domicílios, o lixo era queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio, entre outras possibilidades inadequadas.

O abastecimento de água era feito adequadamente, através da rede geral de distribuição, em 1.721 domicílios. Formas inadequadas, como a utilização de poço ou nascente dentro ou fora da propriedade, ou o armazenamento de água da chuva, eram utilizadas em 2.430 domicílios.

O esgotamento sanitário adequado distribuía-se entre a rede geral de esgoto ou pluvial (em 2.545 domicílios) e fossa séptica (em 696 domicílios). Outros 885 utilizavam formas inadequadas como fossa rudimentar, rio, lago ou mar e valas. Não dispunham de banheiro ou sanitário 25 domicílios.

### Resíduos sólidos

O TCE-RJ elegeu o tema “resíduos sólidos” como de maior significância em 2012. Em consequência, foram realizadas inspeções nos municípios tendo por objetivo verificar as condições de organização e funcionamento dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos no que se refere ao planejamento e organização da gestão, coleta de resíduos sólidos (urbanos e de serviços de saúde) e sua destinação final.

O exame demonstrou que o município gastou R\$ 1.606.624,80 (ano base 2011) nos serviços de limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos urbanos e disposição final desses resíduos, estimando-se um custo mensal para cada habitante no valor de R\$ 10,02, inferior à média mensal de R\$ 11,95 (ABRELPE, 2011, pág. 76), que seria o custo por habitante estimado para a Região Sudeste do Brasil.

À época da realização da inspeção, em 2012, a quantidade de resíduos sólidos urbanos coletados no município atingia a média de 1,292 kg/hab/dia, inferior à apurada para o estado, que é de 1,303 kg/hab/dia (ABRELPE, 2012, pág. 76). Carapebus não realizava coleta seletiva, mas coletava resíduos da construção civil. Os resíduos de serviços de saúde eram encaminhados a Macaé, enquanto os resíduos sólidos urbanos eram destinados a Santa Maria Madalena.

A seguir, apresentamos a síntese dos principais achados no município durante a realização da auditoria.

15 - De acordo com o IBGE, a dificuldade e o alto custo da coleta do lixo fazem com que a opção de queimá-lo seja a mais adotada pelos moradores das regiões rurais. Essa variável mostrou-se a principal responsável pela inadequação do saneamento em domicílios rurais do país, tendo crescido em torno de 10 pontos percentuais, passando de 48,2% em 2000 para 58,1% em 2010.

Carapebus	
<b>1. Planejamento e Organização</b>	
Planejamento inadequado da gestão de resíduos	
Ausência de plano de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde para unidades administradas pelo município	
<b>2. Coleta de resíduos sólidos</b>	
Controle inadequado dos serviços prestados	
Prestação inadequada de serviços	

Carapebus não integra consórcio municipal para a prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Consórcio Municipal	
Região	Municípios integrantes
Região Lagos 1	Araruama, Saquarema e Silva Jardim
Região Centro Sul 1	Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Japeri, Paracambi e Queimados
Região Sul Fluminense 2	Resende, Itatiaia, Porto Real e Quatis
Região Vale do Café	Vassouras, Barra do Pirai, Rio das Flores e Valença
Região Noroeste	Aperibé, Cambuci, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna, São José de Ubá, Laje de Muriaé, Bom Jesus do Itabapoana, Miracema, Porciúncula, Natividade e Varre-Sai
Região Serrana 1	Carmo, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis
Região Serrana 2	Três Rios, Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Petrópolis e Sapucaia

## Aglomerados subnormais

O Censo Demográfico 2010 oferece um quadro nacional atualizado a respeito dos aglomerados subnormais<sup>16</sup>, apresentando, entre outras informações, as características da população e dos domicílios dos 6.329 aglomerados subnormais identificados no país. O IBGE tem como objetivo mostrar os recortes territoriais classificados como aglomerados subnormais, a sua distribuição e como se caracterizam os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nestas áreas. Estes quatro serviços foram escolhidos por estarem diretamente relacionados com os critérios de identificação dos aglomerados subnormais.

**Definição** – Aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e

b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características:

16 - IBGE - Censo Demográfico 2010 - Aglomerados Subnormais - primeiros resultados.

## CARAPEBUS

- urbanização fora dos padrões vigentes – vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
- precariedade de serviços públicos essenciais.

Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.

**Distribuição** – Em 2010, o número de pessoas que morava em aglomerados subnormais chegava a 11.425.644 (6% da população brasileira), ocupando 3.224.529 domicílios particulares (5,6% do total nacional). A maior concentração foi verificada na Região Sudeste (49,8%), com destaque para o estado de São Paulo, que congregava 23,2% desses domicílios no país, e o estado do Rio de Janeiro, com 19,1%. Os estados da Região Nordeste tinham 28,7% do total (sendo 9,4% na Bahia e 7,9% em Pernambuco) e a Região Norte reunia 14,4% (10,1% somente no Pará). Nas regiões Sul (5,3%) e Centro-Oeste (1,8%), a ocorrência era menor.

A Região Sudeste agrupava quase a metade dos municípios do país com aglomerados subnormais, sendo que, dos 145 municípios com aglomerados subnormais identificados na região, um pouco mais da metade (75 municípios) estavam localizados nas regiões metropolitanas e o restante em municípios do interior. O estado do Rio de Janeiro tinha 1.322 aglomerados subnormais, distribuídos em 42 municípios, contendo 617.466 domicílios ocupados, totalizando uma população de 2.023.744 habitantes.

O IBGE fez uma seleção das 20 regiões metropolitanas brasileiras com maior número de domicílios situados em aglomerados subnormais. O conjunto destas regiões metropolitanas abrigava 88,6% dos domicílios deste tipo, sendo que as regiões metropolitanas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belém somadas concentravam quase a metade (43,7%) do total do país.

Dentre os domicílios localizados em aglomerados subnormais da região metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ, 82,1% estavam na capital e os demais 17,9% em outros municípios. A população residente nesses aglomerados alcançava 1.702.073 habitantes, 14,4% da população total da RMRJ.

Angra dos Reis, Mangaratiba, Teresópolis, Arraial do Cabo e Cabo Frio, não incluídos na RMRJ, têm 20% ou mais de seus domicílios ocupados situados em aglomerados subnormais. Em Angra dos Reis, onde a situação é mais grave, o índice chega a 35,5%.

**Serviços** – Um aglomerado subnormal pode ser qualificado, entre outras características, por seu tamanho, localização, tipo do sítio urbano, acessibilidade, densidade de ocupação e características dos domicílios, incluindo os serviços disponíveis, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e disponibilidade de energia elétrica. Estes quatro serviços, essenciais para a qualidade de vida da população, foram levantados pelo Censo Demográfico 2010 e fornecem informações fundamentais quanto à diferenciação e caracterização dos aglomerados subnormais. Assim, para cada um dos serviços, o IBGE optou por selecionar aqueles considerados como adequados e

criar uma proporção de adequação. O órgão ressalta que a adequação leva em conta apenas a existência do serviço e não a sua qualidade. Não há, por exemplo, qualquer avaliação referente ao tratamento de esgoto, à frequência da coleta de lixo, à frequência e qualidade da água que chega ao domicílio, ou à qualidade e frequência do fornecimento de energia elétrica. O quadro a seguir mostra os critérios adotados para classificar os serviços como adequados e inadequados.

Tipo de serviço	Adequado	Inadequado
Abastecimento de água	Rede geral de distribuição.	Poço ou nascente na propriedade; poço ou nascente fora da propriedade; carro pipa; água da chuva armazenada em cisterna; água da chuva armazenada de outra forma; rios, açudes, lagos e igarapés; outra forma.
Esgotamento sanitário	Rede geral de esgoto ou pluvial; fossa séptica.	Fossa rudimentar; vala; rio, lago ou mar; outro; sem banheiro, sanitário ou buraco para dejeções.
Destino do lixo	Coletado diretamente por serviço de limpeza; coletado em caçamba de serviço de limpeza.	Queimado; enterrado; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; tem outro destino.
Energia elétrica	De companhia distribuidora e medidor de uso exclusivo.	De companhia distribuidora e medidor de uso comum; de companhia distribuidora e não tem medidor ou relógio; de outras fontes; não existe energia elétrica.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Situação local** – Em 2010, conforme o IBGE, Carapebus não tinha domicílios localizados em aglomerado subnormal.

## Gestão municipal

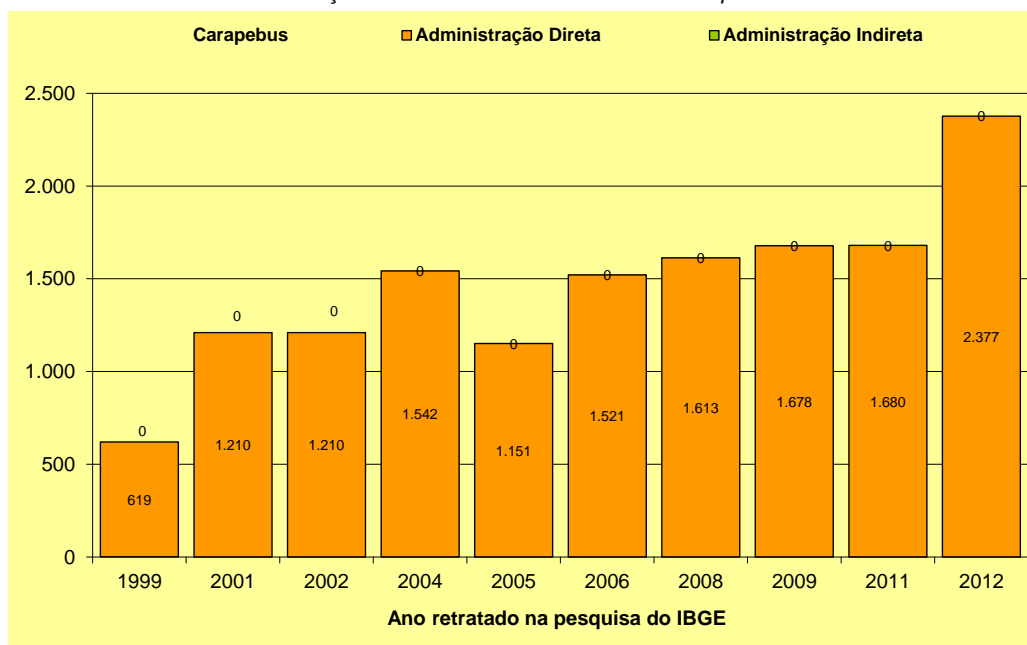
A Pesquisa de Informações Básicas Municipais, conhecida como PIBM ou Munic, é apurada pelo IBGE na totalidade dos municípios do país desde a primeira edição, referente aos dados de 1999. Trata-se de pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal, e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal.

Nesta versão, a publicação está organizada em dez capítulos em que são destacados aspectos relevantes da gestão e da estrutura dos municípios a partir dos seguintes eixos: recursos humanos das administrações municipais, legislação e instrumentos de planejamento, recursos para a gestão, comunicação e informática, transporte, cultura, assistência social, segurança pública, meio ambiente – temas já investigados em anos anteriores – além de segurança alimentar e nutricional, este inédito até então. O conjunto dessas informações contribui para a implementação de políticas setoriais eficientes, mediante a compreensão da dinâmica que os respectivos fenômenos vêm adquirindo na escala local.

CARAPEBUS

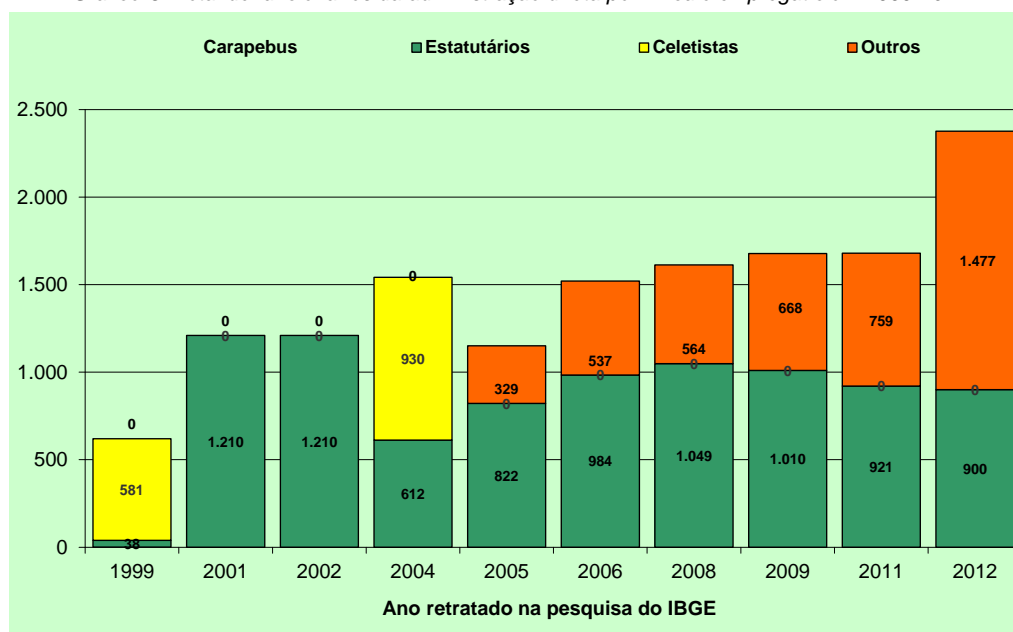
Foram divulgados os resultados referentes a 1999, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009 e 2011. A partir da pesquisa mais recente, publicada em julho de 2013, incluindo os dados de 2012, apresenta-se a seguinte evolução do quadro de pessoal de Carapebus:

Gráfico 4: Evolução do número de funcionários do município – 1999-2012



O vínculo empregatício dos servidores e funcionários apresentou o seguinte comportamento:

Gráfico 5: Total de funcionários da administração direta por vínculo empregatício – 1999-2011



A pesquisa do IBGE possui imperfeições, uma vez que diversos municípios tiveram fortes oscilações de um ano para o outro, sem que se apresentasse justificativa para isso.

Em Carapebus, em 2012, houve aumento do número de funcionários, especialmente os somente comissionados, estagiários ou sem vínculo, reunidos na categoria “outros”.

## Governo eletrônico

Nos dias atuais, a internet ostenta colocação destacada para qualquer atividade social. O uso de tecnologias de informação e comunicação na administração pública possibilita simplificar e otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Seu uso propicia agilidade e transparência, eficiência e flexibilidade.

Para garantir o acesso a serviços e informações, o desenvolvimento do governo eletrônico passa por três estágios diferentes. O primeiro consiste na criação de sítios para difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos vários níveis de governo. Eventualmente, esses sítios são caracterizados como portal oficial **informativo**.

Num segundo estágio, estes sítios passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas e outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a internet para declarar seu imposto de renda, informar uma mudança de endereço, fazer reclamações e sugestões a diversas repartições ou, ainda, efetuar o cadastro *online* de sua empresa. Nesse âmbito, o sítio governamental passa a ter uma finalidade maior do que a meramente informativa, tornando-se **interativo**.

Na terceira etapa de implantação do *e-government*, as transações se tornam mais complexas e o sítio assume um caráter **transacional**. Nesse estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, matrículas na rede pública ou em educação à distância, marcação de consultas médicas, compra de materiais etc. Em outras palavras, além da troca de informações, interações ocorrem e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados diretamente pela internet.

Essas modificações tornam-se ainda mais complexas num quarto estágio de implantação do *e-government*, quando é desenvolvido um tipo de portal que é uma plataforma de convergência de todos os serviços prestados pelos governos. Os serviços são disponibilizados por funções ou temas, sem seguir a divisão real do Estado em ministérios, secretarias estaduais, municipais, entidades etc. Assim, ao lidar com o governo, cidadãos e empresas não precisam mais se dirigir a inúmeros órgãos diferentes. Em um único portal e com uma única senha, qualificada como assinatura eletrônica (certificação digital), é possível resolver tudo o que precisam. Para tal, a integração entre os diferentes órgãos prestadores de informações e serviços é imprescindível, ou seja, esses devem realizar trocas de suas respectivas bases de dados numa velocidade capaz de garantir o atendimento ao cidadão. Esse recurso exige informações de uma série de órgãos que, interligados por uma infraestrutura avançada, conseguem atender à demanda do cidadão “em tempo real”. Nesse último estágio, ainda fora da realidade dos municípios do Rio de Janeiro, o sítio é qualificado como **integrativo**.

Este tópico tem por objetivo analisar e avaliar o conteúdo dos sítios oficiais por meio de pesquisa realizada entre maio e a primeira semana de julho de 2013. Para efeito dos resultados da pesquisa, não foram considerados os municípios em que os sítios que não



## CARAPEBUS

existiam, estavam em construção, em reformulação, manutenção ou com mensagem de erro, nem a capital. Alguns municípios, apesar de estarem em processo de reformulação do sítio oficial, optaram por manter o acesso a alguns serviços interativos ou transacionais, especialmente os referentes à emissão de guias para pagamento de tributos e de notas fiscais eletrônicas. Nesses casos, os serviços mantidos foram registrados<sup>17</sup>.

Os principais problemas encontrados, mais uma vez, foram sítios com navegação deficiente, links inativos ou com mensagem de erro, ícones inoperantes<sup>18</sup> e dificuldade em localizar informações ou serviços. Alguns desses, apesar de constarem na página, não estão disponíveis, e um grande número de informações se apresenta terrivelmente defasado, às vezes por margem de até uma década.

Deve-se destacar que, em 2002, havia apenas 42 municípios fluminenses na *web*. Edições anteriores deste Estudo vêm acompanhando e avaliando, desde 2006, o nível de abrangência do conteúdo e dos serviços dos sítios municipais. Em 2011, de acordo com o levantamento efetuado, dos 91 municípios objetivados, 84 mantinham sítios ativos. Em 2012, esse número caiu para 79 sítios, subindo para 80, em 2013, tomando-se como referência os serviços interativos, que tiveram maior abrangência.

### Resultados da pesquisa

Na sequência, é apresentado o desempenho do conjunto do estado e das diversas regiões administrativas para, em seguida, fazer-se um comparativo do município ante os demais de sua região.

Para classificação das categorias, denominadas estágios informativo, interativo e transacional, foi considerado bom o desempenho do sítio que obteve aproveitamento superior a 70% dos quesitos; regular, na faixa descendente até 50%; sofrível, até 30%; e insuficiente, quando abaixo desse último. O sítio de cada prefeitura foi avaliado de acordo com o quantitativo de temas disponíveis em relação ao total dos quesitos da categoria.

No conjunto das regiões, os serviços informativos continuam predominando, com uma *performance* regular. Houve pequena redução na oferta de serviços interativos, que segue insuficiente. Em relação a esse estágio, Volta Redonda e Petrópolis conservaram o bom desempenho. Angra dos Reis, Rio das Ostras, Barra Mansa, Niterói e São Gonçalo apresentaram sítios de qualidade regular. Todos os demais tiveram desempenho insuficiente ou sofrível nos serviços interativos oferecidos.

Na primeira semana de julho de 2013, quando foi concluída a pesquisa, eram 60 as municipalidades a oferecer alguma transação em seus sítios, mostrando evolução significativa em relação a 2012, quando 52 prefeituras disponibilizavam na internet esse tipo de serviço. Registre-se que, em 2010, esse número não passava de 27. O aumento da oferta deve-se, sobretudo, à adoção da Nota Fiscal Eletrônica, presente em 90% dos sítios que pontuaram nesse estágio.

17 - A capital não faz parte do escopo dos Estudos. No período de realização da pesquisa, pelos motivos já citados, não foi possível avaliar os sítios oficiais de Aperibé, Cambuci, Conceição de Macabu, Engenheiro Paulo de Frontin, Natividade, São Fidélis, São José de Ubá, Seropédica, Varre-Sai e Vassouras. Apesar das reformulações em curso, não foi registrado serviço informativo, mas houve registro de serviço interativo ou transacional nos sítios de Armação dos Búzios, Carmo, Nova Iguaçu e Porciúncula.

18 - É possível que algumas falhas tenham sido solucionadas pelos sítios municipais, dada a dinâmica da internet. Até mesmo sítios que não estavam operacionais poderão estar acessíveis de um dia para o outro. O contrário também é verdadeiro: informações e serviços que estavam disponíveis nos portais, subitamente, tornam-se inacessíveis.

Há um longo caminho a ser percorrido: apesar de *websites* interativos e transacionais estarem disponíveis no mercado para todo tipo de comércio, com segurança e privacidade, a integração dos sistemas das bases de dados é tarefa complexa. Mais fácil e rapidamente se executa – e se mantém – um sítio com informações confiáveis e atualizadas, oferecendo um leque mínimo de opções para o “cliente” internauta: uma pessoa, um grupo de pessoas, uma organização, todas as organizações existentes na localidade e ainda as que para ali poderão migrar, qualquer um em qualquer lugar.

No estágio informativo da pesquisa, são definidos 19 temas autoexplicativos. Todas as 77 prefeituras analisadas apresentaram algum resultado nessa categoria, mas seu conjunto somente atingiu 53% de aproveitamento no total de serviços elencados, imputando novamente classificação regular ao grupo. Houve piora da qualidade da informação das páginas municipais, com redução de cinco pontos percentuais em relação ao ano anterior. Tal resultado talvez seja explicado pelo calendário político: o início, em 2013, de novas administrações municipais, pode ter motivado as reformulações de vários sítios, algumas delas ainda não concluídas por ocasião do fechamento da pesquisa.

Tabela 1: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Regiões – 2013

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixadas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	8/10	3/3	11/12	12/12	16/18	7/13	7/9	13/14	77/91
História do Município	100%	100%	91%	100%	81%	86%	86%	108%	94%
Geografia	63%	67%	73%	75%	56%	71%	86%	85%	72%
Economia	13%	33%	18%	58%	38%	57%	71%	31%	40%
Finanças Públicas	100%	100%	73%	75%	75%	57%	71%	77%	79%
Cultura e Entretenimento	50%	100%	45%	58%	31%	29%	86%	69%	59%
Saúde	50%	33%	64%	67%	63%	14%	57%	38%	48%
Educação	38%	33%	45%	75%	50%	29%	57%	46%	47%
Meio Ambiente	13%	33%	36%	33%	50%	0%	14%	23%	25%
Infraestrutura	13%	33%	27%	42%	13%	14%	43%	23%	26%
Tributação	25%	67%	64%	75%	75%	29%	43%	69%	56%
Legislação	100%	100%	73%	92%	63%	100%	86%	100%	89%
Notícias	88%	100%	100%	100%	100%	86%	100%	92%	96%
Turismo	88%	100%	82%	75%	38%	57%	86%	69%	74%
Estrutura Administrativa	88%	100%	82%	92%	94%	71%	100%	92%	90%
Investimentos	13%	0%	9%	33%	25%	0%	57%	8%	18%
Políticas Públicas	0%	33%	18%	25%	13%	0%	29%	23%	18%
Trabalho e emprego	0%	67%	27%	42%	38%	14%	43%	23%	32%
Trânsito	0%	67%	9%	25%	0%	14%	14%	23%	19%
Plano Diretor	25%	67%	45%	50%	19%	29%	71%	38%	43%
<b>Totais</b>	<b>45%</b>	<b>65%</b>	<b>52%</b>	<b>63%</b>	<b>48%</b>	<b>40%</b>	<b>63%</b>	<b>55%</b>	

Como se vê na tabela comparativa das regiões do estado, a Costa Verde (formada por apenas três municípios), embora com desempenho apenas regular, lidera o estágio informativo, com 65% de atendimento dos quesitos. Com resultado ainda regular, seguem-se o Médio Paraíba e o Norte Fluminense, com 63%, a Região Serrana, com 55%, e as Baixadas Litorâneas, com 54%.

Já no conceito de sofrível, a Região Metropolitana (que teve desempenho regular em 2012) caiu para 48%, assim como o Centro-Sul, que ficou em 45%. Apesar de melhorar sua

## CARAPEBUS

pontuação em relação ao ano anterior, o Noroeste Fluminense segue com o menor percentual entre as regiões, de 40%.

Notícias estão presentes em 74 dos 77 sítios avaliados, permanecendo como o conteúdo predominante. Na sequência, os temas mais frequentes são História, Estrutura Administrativa e Legislação municipal. O menos encontrado é Trânsito, uma vez que somente 11 municípios disponibilizam informações sobre esse item. Ainda nessa categoria, cinco municípios atenderam a 100% dos quesitos: Macaé, Petrópolis, Resende, Rio das Ostras e Volta Redonda. Outros 11, espalhados por diversas regiões, tiveram bom desempenho. Por outro lado, nas Regiões Centro-Sul e Noroeste Fluminense, nenhum sítio alcançou índice igual ou superior a 70%.

No estágio interativo, foram definidos 18 temas, também autoexplicativos. Com *performance* insuficiente em seis das oito regiões do estado, permanece o desafio de se obter algum formulário ou realizar um cadastro simples nos sítios oficiais. Houve melhora em alguns percentuais. A Região das Baixadas Litorâneas passou de 23% para 28% de aproveitamento. A Região Serrana, de 21% para 24%. O Norte e o Noroeste Fluminense subiram dois pontos, o primeiro de 20% para 22%, e o segundo de 13% para 15%. O Médio Paraíba foi de 35% para 36%. Em compensação, três regiões recuaram nesse estágio. A Região Metropolitana caiu de 29% para 26%; o Centro-Sul, de 24% para 22%. A Costa Verde teve o recuo mais significativo: de 54% para 35%, um total de quase dez pontos percentuais.

Tabela 2: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Regiões – 2013

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	8/10	3/3	12/12	12/12	17/18	8/13	7/9	13/14	79/91
IPTU	25%	67%	83%	75%	82%	13%	57%	31%	54%
ISS	63%	67%	83%	92%	76%	38%	43%	46%	63%
ITBI	13%	33%	33%	25%	12%	0%	14%	15%	18%
Simplex	0%	0%	0%	17%	6%	13%	0%	0%	4%
Processos	50%	33%	50%	58%	47%	38%	0%	15%	36%
Saúde	0%	0%	0%	17%	0%	0%	14%	0%	4%
Educação	0%	33%	33%	25%	18%	0%	29%	8%	18%
Habitação	0%	0%	0%	8%	18%	0%	0%	0%	3%
Iluminação Pública	0%	0%	0%	8%	6%	0%	0%	8%	3%
Água e Esgoto	0%	33%	0%	8%	6%	0%	0%	0%	6%
Transportes	0%	33%	8%	0%	0%	0%	0%	8%	6%
Obras e Meio Ambiente	0%	33%	25%	25%	12%	0%	0%	15%	14%
Vigilância Sanitária	0%	0%	0%	0%	6%	0%	0%	8%	2%
Concursos	63%	33%	50%	42%	53%	38%	43%	85%	51%
Licitações	38%	67%	25%	83%	29%	63%	43%	54%	50%
Cadastro de Fornecedores	13%	33%	8%	33%	12%	0%	29%	38%	21%
Balcão de Empregos	25%	67%	8%	25%	12%	0%	29%	15%	23%
Ouvidoria	100%	100%	100%	100%	76%	75%	100%	85%	92%
<b>Totais</b>	<b>22%</b>	<b>35%</b>	<b>28%</b>	<b>36%</b>	<b>26%</b>	<b>15%</b>	<b>22%</b>	<b>24%</b>	

Em relação aos 37 quesitos resultantes da soma do estágio informativo e do interativo, a maioria dos 80 municípios analisados teve desempenho sofrível. Assim, foram identificados somente cinco sítios com aproveitamento superior a 70% – pela

ordem, Volta Redonda, Petrópolis, Angra dos Reis, Rio das Ostras e Macaé mostraram esse bom desempenho. Outros 12 municípios – Barra Mansa, São Gonçalo, Resende, Barra do Piraí, Magé, Campos dos Goytacazes, Itatiaia, Niterói, Piraí, Quissamã, Cantagalo e Maricá – ficaram na faixa entre 50% e 70%; 42 sítios não atingiram 50%, enquanto 21 nem chegaram a 30%.

Em todos os estágios, há forte variância intrarregional, o que será objeto da análise a seguir.

A Região Norte Fluminense subiu para o 2º lugar no atendimento aos quesitos do estágio informativo, mantendo a penúltima posição no interativo, junto com a Região Centro-Sul. Os sítios de Conceição de Macabu e São Fidélis não foram analisados, pelos motivos já citados.

No estágio informativo, Macaé novamente ofereceu todos os serviços, sendo seguido por Quissamã (84%) e Campos dos Goytacazes (79%), todos com bom desempenho. São João da Barra, com 53%, obteve resultado regular. Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana apresentaram sofríveis 47% de aproveitamento, seguidos de Carapebus, com 32%. Nenhum município teve desempenho insuficiente. Notícias e Estrutura Administrativa são conteúdos divulgados em todos os sítios da região.

Tabela 3: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Região Norte Fluminense – 2013

Municípios	Campos dos Goytacazes	Carapebus	Cardoso Moreira	Conceição de Macabu	Macaé	Quissamã	São Fidélis	São Francisco de Itabapoana	São João da Barra	Norte Fluminense	
Data da visita ao sítio oficial	9/5	9/5	9/5	10/5	14/5	20/5	21/5	21/5	27/6		
História do Município	1		1	Sítio oficial em manutenção	1	1	Não tem sítio oficial	1	1	86%	
Geografia	1		1		1	1		1	1	1	86%
Economia	1		1		1	1			1		71%
Finanças Públicas	1	1			1	1				1	71%
Cultura e Entretenimento	1	1	1		1	1			1		86%
Saúde	1				1	1				1	57%
Educação	1		1		1	1					57%
Meio Ambiente					1						14%
Infraestrutura	1				1	1					43%
Tributação	1		1		1						43%
Legislação	1	1			1	1			1	1	86%
Notícias	1	1	1		1	1			1	1	100%
Turismo		1	1		1	1			1	1	86%
Estrutura Administrativa	1	1	1		1	1			1	1	100%
Investimentos	1				1	1				1	57%
Políticas Públicas					1	1					29%
Trabalho e Emprego	1			1	1				43%		
Trânsito				1					14%		
Plano Diretor	1			1	1		1	1	71%		
Percentual	79%	32%	47%	100%	84%		47%	53%			

## CARAPEBUS

Quanto ao estágio interativo, Ouvidoria esteve presente em todos os municípios. Nenhum sítio pontuou nos seguintes serviços: Simples, Processos, Habitação, Iluminação Pública, Água e Esgoto, Transportes, Obras e Meio Ambiente e Vigilância Sanitária.

Campos dos Goytacazes, com desempenho sofrível, liderou com 44% de aproveitamento, seguido de Macaé, com 33%. Os demais municípios da região tiveram desempenho insuficiente. Quissamã obteve 28%, São Francisco do Itabapoana registrou 22%, à frente de São João da Barra, com 17%, e de Cardoso Moreira e Conceição de Macabu, que mais uma vez pontuaram somente no serviço de Ouvidoria, correspondente a 6% do total pesquisado.

Tabela 4: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Região Norte Fluminense – 2013

Municípios	Campos dos Goytacazes	Carapebus	Cardoso Moreira	Conceição de Macabu	Macaé	Quissamã	São Fidélis	São Francisco de Itabapoana	São João da Barra	Norte Fluminense	
Data da visita ao sítio oficial	23/5	23/5	23/5	23/5	28/5	3/6	4/6	4/6	4/6		
IPTU				Sítio oficial em manutenção	1	1	Não tem sítio oficial	1	1	57%	
ISS	1				1			1		43%	
ITBI					1					14%	
Simples										0%	
Processos										0%	
Saúde	1									14%	
Educação						1				1	29%
Habitação											0%
Iluminação Pública											0%
Água e Esgoto											0%
Transportes											0%
Obras e Meio Ambiente											0%
Vigilância Sanitária											0%
Concursos						1		1		1	43%
Licitações	1					1		1			43%
Cadastro de Fornecedores	1					1			29%		
Balcão de Empregos	1				1				29%		
Ouvidoria	1	1	1		1	1	1	1	100%		
Percentual	33%	6%	6%		44%	28%		22%	17%		

Para o estágio transacional, a pesquisa testou se os sítios municipais possibilitam a realização de cinco tipos de transações diferentes. Dos 80 municípios analisados, 60 apresentaram algum serviço transacional, correspondendo a 74% do total, um aumento de oito pontos percentuais em relação ao ano anterior. Confirmando o avanço nesse estágio, quase três quartos das prefeituras fluminenses com sítios ativos foram capazes de disponibilizar alguma transação via *web*.

A Nota Fiscal Eletrônica estava disponível em 53 municípios, correspondendo a 90% dos sítios com algum serviço nesse estágio. Consulta Prévia/Alvará Provisório, mais uma vez, esteve presente em 27 municípios. Na sequência, aparecem Emissão de

Certidão Negativa de Débito, com 23 incidências, e Licitação e Pregão, com 10 registros. O serviço de Educação/Matrícula *Online* foi oferecido em apenas cinco municípios.

No estágio transacional, o Norte Fluminense ficou na 3ª posição, com 29% de aproveitamento, juntamente com a Região Serrana. Os sítios de Macaé e São Francisco de Itabapoana disponibilizaram três serviços, Campos dos Goytacazes e Quissamã ofereceram dois. Carapebus, Cardoso Moreira e São João da Barra, nenhum. Nota Fiscal Eletrônica foi o serviço mais frequente, mas todos foram oferecidos em pelo menos um sítio.

Tabela 5: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Transacional – Região Norte Fluminense – 2013

Municípios	Consulta Prévia/Alvará Provisório	Licitação e Pregão	Nota Fiscal Eletrônica	Educação/Matrícula <i>on line</i>	Emissão de Certidão Negativa de Débito	Norte Fluminense	Data da visita ao sítio oficial
Campos dos Goytacazes	1		1			40%	11/6
Carapebus						0%	11/6
Cardoso Moreira						0%	11/6
Conceição de Macabu	Sítio oficial em manutenção						11/6
Macaé			1	1	1	60%	11/6
Quissamã		1		1		40%	13/6
São Fidélis	Não tem sítio oficial						13/6
São Francisco de Itabapoana	1		1		1	60%	13/6
São João da Barra						0%	13/6
Percentual	29%	14%	43%	29%	29%		

Ainda a respeito da Região Norte Fluminense, cabe observar que alguns *links* associados ao portal campista não estavam funcionando à época da pesquisa, caso do sítio dedicado ao meio ambiente e do sítio da Fundação Trianon, voltada a atividades culturais. O mesmo ocorria com a fundação cultural do município de Macaé. Em Carapebus, a exemplo do ano anterior, numerosos serviços previstos no sítio permaneciam indisponíveis. Em Quissamã, na data da pesquisa, os demonstrativos financeiros estavam “em processo de migração” para o novo sítio. Em São João da Barra, os serviços de Licitações e Cadastro de Fornecedores estavam anunciados “em breve”.

Enfatizamos que o principal objetivo do governo eletrônico é promover o acesso à informação e à prestação de serviços públicos através dos *websites* oficiais. Essa pesquisa tem por finalidade acompanhar o grau de participação das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro nesse processo de desburocratização eletrônica. Resta evidente que o uso dessa ferramenta é uma providência importante e irreversível no mundo moderno.

### III - INDICADORES SOCIAIS

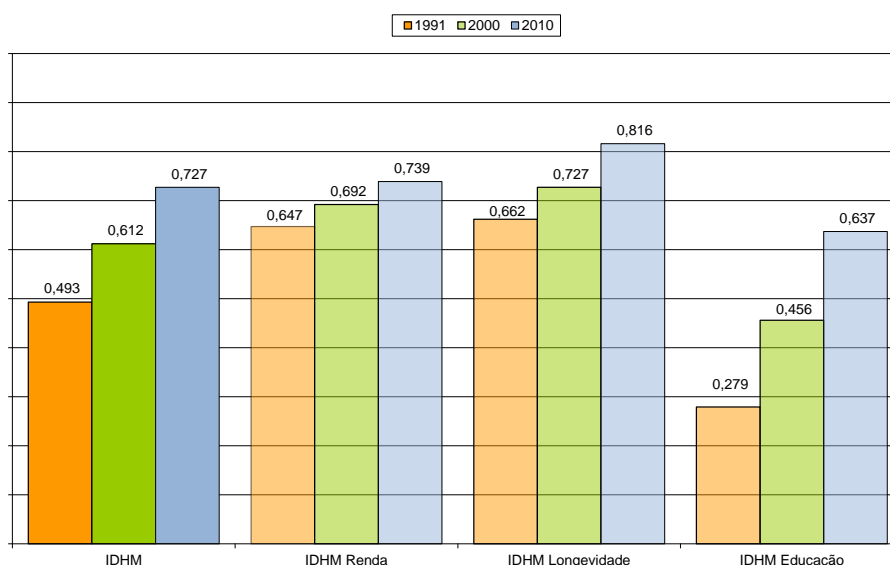
#### Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

O IDH foi criado pelas Nações Unidas para medir o desenvolvimento dos países a partir de três indicadores: educação, longevidade e renda. O primeiro é uma combinação da média dos anos de estudo da população adulta com os anos de estudo esperados da população jovem, o segundo é medido pela expectativa de vida da população ao nascer e o terceiro é dado pela renda média nacional *per capita* medida em dólar-PPC (paridade do poder de compra).

Tendo como inspiração o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais) com uma série de ajustes para se adaptar à realidade brasileira. O resultado divulgado em 2013, baseado nas informações do Censo 2010, somente deve ser comparado com os resultados do IDHM para 1991 e 2000, recalculados conforme as adaptações metodológicas introduzidas na versão atual, que está publicada com o nome de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (<http://atlasbrasil.org.br/2013/>).

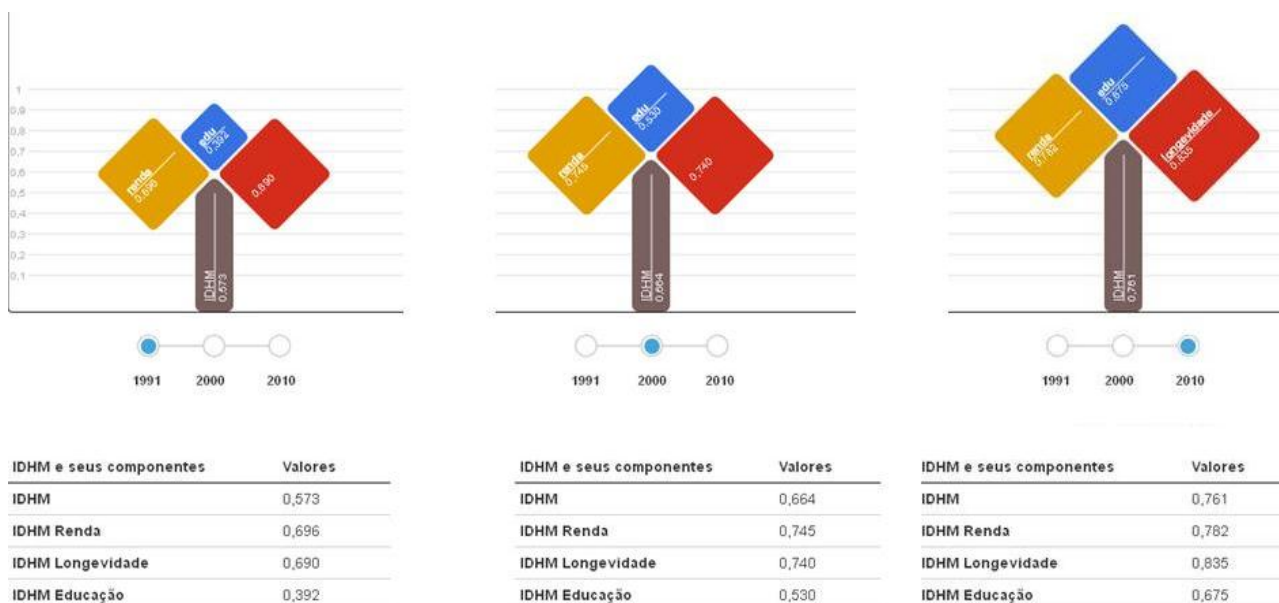
O IDHM varia de zero a um e classifica os resultados em cinco faixas de desenvolvimento: **muito baixo** (de 0,000 a 0,499), **baixo** (de 0,500 a 0,599), **médio** (de 0,600 a 0,699), **alto** (de 0,700 a 0,799) e **muito alto** (de 0,800 a 1,000). Portanto, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado. Em vinte anos, o IDHM brasileiro apresentou um crescimento de 47,5%, passando da classificação de muito baixo (0,493 em 1991) para alto desenvolvimento humano (0,727 em 2010). Educação é o subíndice que apresenta o valor mais baixo (0,637 em 2010), seguido de renda (0,739) e longevidade (0,816), este com valor considerado muito alto pela classificação proposta.

Gráfico 6: Evolução do IDHM – Brasil – 1991-2010



Avanços também ocorreram no IDHM estadual, com os índices do Rio de Janeiro caminhando de 0,573 em 1991 para 0,761 em 2010, conforme ilustra a figura a seguir.

Gráfico 7: Evolução do IDHM – Estado do Rio de Janeiro – 1991-2010



Nesse período, a renda evoluiu de 0,696 para 0,782, a longevidade foi de 0,690 para 0,835 e a educação passou de 0,392 até 0,675. No *ranking* dos estados, o Rio de Janeiro ocupa a quarta posição, ficando os três melhores resultados com o Distrito Federal (0,824), São Paulo (0,783) e Santa Catarina (0,774).

### Desenvolvimento local

O IDHM de Carapebus era de 0,713 em 2010. O município está situado na faixa de desenvolvimento humano alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,218), seguida por longevidade e por renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,234), seguida por renda e por longevidade.

Tabela 6: IDHM – Município – 1991-2010

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>Índice</b>	0,412	0,579	0,713
<b>Educação</b>	0,192	0,426	0,644
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	18,26	30,46	54,56
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	29,90	97,67	100,00
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	21,42	54,53	79,94
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	14,37	27,93	58,80
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	13,16	21,18	41,43
<b>Longevidade</b>	0,663	0,724	0,805
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,75	68,43	73,30
<b>Renda</b>	0,548	0,629	0,699
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	241,62	402,08	620,35



## CARAPEBUS

**Evolução**

## 1) Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,579 em 2000 para 0,713 em 2010 – uma taxa de crescimento de 23,14%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 31,83% entre 2000 e 2010.

## 2) Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,412 em 1991 para 0,579 em 2000 – uma taxa de crescimento de 40,53%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 28,40% entre 1991 e 2000.

## 3) Entre 1991 e 2010

Carapebus teve um incremento no seu IDHM de 73,06% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (32,81%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 51,19% entre 1991 e 2010.

**Ranking**

Carapebus ocupa a 1.514<sup>a</sup> posição em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1.513 (27,19%) municípios estão em situação melhor e 4.052 (72,81%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 91 outros municípios do Rio de Janeiro, Carapebus ocupa a 41<sup>a</sup> posição, sendo que 40 (43,48%) municípios estão em situação melhor e 52 (56,52%) municípios estão em situação pior ou igual.

Tabela 7: Ranking do IDHM – Municípios do Estado do Rio de Janeiro

1º - Niterói	0,837	23º - Natividade	0,730	47º - São Pedro da Aldeia	0,712	70º - Areal	0,684
2º - Rio de Janeiro	0,799	23º - Itaperuna	0,730	47º - Conc. de Macabu	0,712	70º - Belford Roxo	0,684
3º - Rio das Ostras	0,773	26º - Barra Mansa	0,729	49º - Duque de Caxias	0,711	72 - Rio Claro	0,683
4º - Volta Redonda	0,771	26º - Cordeiro	0,729	50º - Rio Bonito	0,710	73º - Rio das Flores	0,680
5º - Resende	0,768	28º - Armação dos Búzios	0,728	51º - Saquarema	0,709	73º - Queimados	0,680
6º - Maricá	0,765	29º - Casimiro de Abreu	0,726	51º - Cantagalo	0,709	75º - Sapucaia	0,675
7º - Macaé	0,764	30º - Três Rios	0,725	51º - Magé	0,709	76 - Paty do Alferes	0,671
8º - Iguaba Grande	0,761	31º - Angra dos Reis	0,724	54º - Pirai	0,708	76º - São João da Barra	0,671
9º - Mangaratiba	0,753	32º - Engo. Paulo de Frontin	0,722	55º - Quissamã	0,704	78º - Laje do Muriaé	0,668
9º - Nilópolis	0,753	33º - Paracambi	0,720	56º - Macuco	0,703	78º - Santa M. Madalena	0,668
11º - Petrópolis	0,745	34º - São João de Meriti	0,719	57º - Paraíba do Sul	0,702	80º - Trajano de Moraes	0,667
11º - Nova Friburgo	0,745	35º - Santo Ant. de Pádua	0,718	58º - Cachoeiras de Macacu	0,700	81º - Bom Jardim	0,660
11º - Miguel Pereira	0,745	35º - Araruama	0,718	59º - Guapimirim	0,698	81º - São J. V. R. Preto	0,660
14º - São Gonçalo	0,739	37º - Campos dos Goytacazes	0,716	60º - Porciúncula	0,697	83º - Duas Barras	0,659
15º - Valença	0,738	38º - Itaguaí	0,715	61º - Carmo	0,696	83º - Japeri	0,659
16º - Mesquita	0,737	38º - Pinheiral	0,715	62º - Itaboraí	0,693	83º - Varre-Sai	0,659
16º - Itatiaia	0,737	40º - Vassouras	0,714	62º - Paraty	0,693	86º - Tanguá	0,654
18º - Mendes	0,736	41º - Porto Real	0,713	64º - Aperibé	0,602	86º - Silva Jardim	0,654
19º - Cabo Frio	0,735	41º - Miracema	0,713	65º - Cambuci	0,691	88º - São José de Ubá	0,652
20º - Barra do Pirai	0,733	41º - Nova Iguaçu	0,713	65º - São Fidélis	0,691	89º - Cardoso Moreira	0,648
20º - Arraial do Cabo	0,733	<b>41º - Carapebus</b>	<b>0,713</b>	67º - Quatis	0,690	90º - São Seb. do Alto	0,646
22º - Bom J. do Itabapoana	0,732	41º - Itaocara	0,713	68º - Italva	0,688	91º - São F. Itabapoana	0,639
23º - Teresópolis	0,730	41º - Seropédica	0,713	69º - Com. Levy Gasparian	0,685	92º - Sumidouro	0,611

## Educação

O quadro educacional do Brasil, do estado do Rio de Janeiro e de cada município fluminense é constante objeto de preocupação de gestores e analistas de políticas públicas.

Providências institucionais vêm sendo tomadas, cujos resultados ainda se farão conhecer no futuro. Em nível nacional, uma nova política de educação vem sendo implementada desde 2007, com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. A promulgação da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, visou a assegurar a universalização das matrículas na Educação Básica e a qualidade da educação, através de três medidas: o fim gradual da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que assegurará mais recursos para o financiamento educacional; a ampliação da abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da Educação Básica, mantendo consonância com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o Plano de Desenvolvimento da Educação e os Planos de Ações Articuladas – PAR<sup>19</sup>; e a obrigatoriedade de oferta pública da pré-escola ao Ensino Médio.

Em nível estadual, após três anos de discussão, o Rio de Janeiro apresentou um plano abrangente e com força de lei para nortear as políticas educacionais. Em conjunto, a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ e entidades civis formularam o Plano Estadual de Educação – PEE/RJ, sob a égide da Lei Estadual nº 5.597, de 18 de dezembro daquele ano, com propostas concretas para melhorar a educação. O plano, todavia, parece ter perdido impulso já em 2010, em virtude de mudanças no comando da pasta e subsequente estabelecimento do novo Programa de Educação do Estado. O assunto será abordado mais adiante neste capítulo.

### Resultados de comparativos e exames internacionais e nacionais

A divulgação de estatísticas internacionais é apresentada antes dos resultados nacionais para se obter uma perspectiva da situação do país em relação ao resto do mundo. Posteriormente, são focados os indicadores do Estado e do próprio município em estudo.

### Education for All – EFA Global Monitoring Report

No Fórum de Educação Mundial de 2000, realizado em Dakar, no Senegal, 164 países se comprometeram a tomar seis medidas para melhorar o ensino em suas escolas até 2015: garantir o acesso aos cuidados e à educação para a primeira infância; garantir a educação primária universal; criar oportunidades aprimoradas de aprendizado para jovens e adultos; gerar um aumento de 50% em taxas de alfabetização de adultos; promover a igualdade de gênero; e melhorar todos os aspectos da qualidade da educação. Esse compromisso foi ratificado quando da Declaração da ONU de 2002, que

---

19 - Vide edição 2009 deste Estudo para mais informações sobre PDE e PAR.

definiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, abordados na edição de 2005 deste Estudo Socioeconômico.

No Relatório de Monitoramento Global de 2011, feito pela Unesco<sup>20</sup> com base em dados de 2008 gerados pelos próprios países, o Brasil permanece como no ano anterior: na 88ª colocação no Índice de Desenvolvimento do “Educação para Todos” (*Education for All – EFA*), abaixo daquela referente a 2006. No Relatório de 2012, o Brasil é citado quando se analisa temas relativos a juventude, trabalho e habilidades mas, dos dados referentes ao EFA 2010 21, o país não consta dentre os 120 países reportados.

Esse índice se baseia em indicadores das quatro medidas que podem ser mais facilmente mensuradas: educação primária universal, alfabetização de adultos, qualidade (utilizando como indicador a taxa de permanência dos alunos até a 5ª série) e paridade de gênero.

### **Pisa – Programme for International Student Assessment**

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE vem buscando melhorar os indicadores internacionais de desempenho educacional. Para tanto, uma de suas iniciativas é o Pisa: uma avaliação internacional padronizada para estudantes de 15 anos de idade que vem sendo realizada a cada três anos, começando em 2000 e repetindo-se em 2003, 2006, 2009 e 2012. Uma mostra expressiva de estudantes, entre os quais cerca de 20 mil brasileiros, foi submetida aos testes, que medem o desempenho dos alunos nas áreas de leitura, matemática e ciências.

A edição de 2012 do Pisa, cujos resultados foram divulgados no final de 2013<sup>22</sup>, reuniu 65 participantes, incluindo algumas economias que não podem ser consideradas países, como Hong Kong, Macau, Shangai e Taiwan. Em 2012, ingressaram Chipre, Costa Rica, Emirados Árabes Unidos, Malásia e Vietnam, enquanto Azerbaijão, Dubai (EAU), Panamá, Quirguistão e Trinidad e Tobago, que estiveram no Pisa 2009, desta vez não se inscreveram.

O Brasil, mesmo não sendo membro da OCDE, participou de todos os exames do Pisa, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Os desempenhos alcançados pelo país foram sofríveis, como apresentado em edições anteriores deste Estudo. Ainda assim, desde 2003, o Brasil foi o país com maior avanço em matemática, foco da avaliação em 2012. Nesse período, a média de desempenho dos estudantes brasileiros saltou de 356 para 391, um aumento de 35 pontos.

Apesar da melhoria, 67,1% dos alunos do país ainda estão abaixo da linha básica de proficiência em matemática, segundo o Pisa 2012. Isso quer dizer que dois terços dos alunos são capazes apenas de extrair informações relevantes de uma única fonte e usar algoritmos, fórmulas, procedimentos e convenções básicas para resolver problemas envolvendo números inteiros. A OCDE aponta que essa porcentagem está acima da

20 - Para maiores informações, consulte <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/gmr2011-efa-development-index.pdf>, acesso em 02.09.2011.

21 - Para maiores informações, consulte <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002180/218003e.pdf> e <http://www.orealc.cl/informe-epi-2012/?lang=en>, acesso em 10.01.2013.

22 - Fontes consultadas: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/12/brasil-evolui-mas-segue-nas-ultimas-posicoes-em-ranking-de-educacao.html>.

média dos países-membros da entidade, mas caiu em relação ao patamar de dez anos atrás, quando 75,2% dos alunos brasileiros estavam nessa situação. No *ranking* da matéria, o país ocupa a 58ª posição, duas posições a menos que em 2009, e mais de 100 pontos abaixo da média dos países da OCDE, que foi de 494 pontos. O Brasil ficou atrás de países latino-americanos como Chile, México, Uruguai e Costa Rica e à frente de Argentina, Colômbia e Peru. Os outros países piores que o Brasil são Tunísia, Jordânia, Qatar e Indonésia.

A cada edição do Pisa, uma das três áreas do conhecimento recebe enfoque especial, mas as outras duas também são incluídas entre as questões aplicadas. O desempenho do Brasil está evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 8: Evolução do Brasil no Pisa (pontuação e posição no ranking)

Brasil	2000	2003	2006	2009	2012
<b>Matemática</b>	334	356	370	386 (57ª)	391 (58ª)
<b>Leitura</b>	396	403	393	412 (53ª)	410 (55ª)
<b>Ciências</b>	375	390	390	405 (53ª)	405 (59ª)
<b>Média geral</b>	368	383	384	401	402

Fonte: OCDE e Inep/MEC

Em leitura, o desempenho dos estudantes do país evoluiu de 396 pontos em 2000 para 410 pontos em 2010 – a média da OCDE é 496. Segundo os dados, nas últimas cinco edições do Pisa, o Brasil tem tido altos e baixos em leitura: em 2009, o desempenho foi de 412 pontos, mas recuou três anos depois. Pelos dados do último teste, 49,2% dos estudantes brasileiros sabem apenas o básico em leitura, como reconhecer o tema principal ou o objetivo do autor de textos sobre temas familiares a ele, e fazer uma conexão simples entre as informações em um texto e o conhecimento do cotidiano. Esse é o nível 2 de conhecimento no espectro da avaliação, considerado "abaixo da linha de base da proficiência". Apenas um em cada 200 alunos alcançou proficiência de nível 5 e consegue, por exemplo, compreender textos com formato e conteúdo que eles não conhecem, ou analisar textos em detalhes.

Já em ciências, o desempenho do país em 2012 foi o mesmo de 2009: 405 pontos, quase 100 pontos abaixo da média dos países da OCDE, que é de 501. Entre 2003 e 2006, o Brasil havia estagnado em 390 pontos. Na última edição, 61% dos estudantes estavam no patamar considerado de "baixo desempenho", demonstrando capacidade de apresentar apenas explicações científicas óbvias e seguir somente evidências explícitas. Só 0,3% dos alunos conseguiram demonstrar alto desempenho na área, incluindo habilidades como "identificar, explicar e aplicar conhecimento científico em uma variedade de situações complexas de vida".

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

Há longa data o MEC implementou sistemas de avaliação de desempenho educacional. Em 2007, apresentou o primeiro IDEB, relativo a 2005. Ele é um indicador sintético de qualidade educacional que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: desempenho em exames padronizados e

## CARAPEBUS

rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). O indicador final é a pontuação no exame padronizado (Prova Brasil) ajustada pelo tempo médio, em anos, para conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o IDEB estar entre zero e dez.

Para o conjunto do país, a proposta do Plano de Metas da Educação é que os resultados do IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental passem de 3,8 em 2005 para 6,0 em 2021; de 3,5 para 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental; e de 3,4 para 5,2 no Ensino Médio. As metas abrangem cada dependência administrativa, com desafios para todas as redes de ensino.

No caso do estado do Rio de Janeiro, o IDEB da rede estadual dos anos iniciais do Ensino Fundamental – EF deve passar dos 3,8 de 2005 para 6,0 em 2021; de 2,9 para 4,9 nos anos finais, e de 2,8 para 4,6 no Ensino Médio. Os resultados do IDEB 2005 serviram como referência para as metas futuras, já havendo a segunda avaliação de 2007, a terceira, de 2009, e a quarta, de 2011, cujos resultados foram divulgados em 2012. De acordo com o INEP, o quadro geral do estado do Rio de Janeiro é o seguinte:

Tabela 9: Notas médias do IDEB – RJ – 2005 a 2011

IDEB global RJ	Anos Iniciais do EF				Anos Finais do EF				Ensino Médio			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
	4,3	4,4	4,7	5,1	3,6	3,8	3,8	4,2	3,3	3,2	3,3	3,7
Meta global RJ	-	4,4	4,7	5,1	-	3,6	3,8	4,1	-	3,3	3,4	3,6

Observa-se que a meta não foi atingida no Ensino Médio, em 2007 e em 2009. Os graus alcançados foram beneficiados pela rede privada. Nacionalmente, as metas, em geral, vêm sendo cumpridas pelas redes estaduais e são mais ambiciosas que aquelas estabelecidas para as escolas fluminenses, como demonstram as tabelas que se seguem:

Tabela 10: Notas médias do IDEB – rede estadual RJ – 2005 a 2011

IDEB da rede estadual RJ	Anos Iniciais do EF				Anos Finais do EF				Ensino Médio			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
	3,7	3,8	4,0	4,3	2,9	2,9	3,1	3,2	2,8	2,8	2,8	3,2
Meta RJ	-	3,8	4,1	4,5	-	2,9	3,1	3,3	-	2,8	2,9	3,1
Meta BR	-	4,0	4,3	4,7	-	3,3	3,5	3,8	-	3,1	3,2	3,4

Tabela 11: Notas médias do IDEB – rede privada RJ – 2005 a 2011

IDEB da rede privada RJ	Anos Iniciais do EF				Anos Finais do EF				Ensino Médio			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
	5,7	5,9	5,9	6,3	5,5	5,5	5,7	5,7	5,1	5,4	5,7	5,5
Meta RJ	-	5,8	6,1	6,4	-	5,5	5,6	5,9	-	5,2	5,2	5,4
Meta BR	-	6,0	6,3	6,6	-	5,8	6,0	6,2	-	5,6	5,7	5,8

O nível de acompanhamento dos resultados do IDEB chega às redes municipais e a todas as escolas públicas do Ensino Fundamental, uma vez que cada uma delas tem suas metas individualizadas.

Há um longo caminho a trilhar na melhoria do ensino público fluminense. Para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, em 2007, os objetivos não foram atingidos pela rede municipal de 24 municípios (de 91 avaliados) e pela rede estadual de outros 42 (de 77 avaliados). Para o segundo segmento do EF (alunos concluintes, portanto), 45 redes municipais (de 83 avaliadas) e 77 estaduais (de 90 avaliadas) não lograram atingir a meta.

Quando se compara aos resultados de 2009, o quadro não apresenta melhoras: para os anos iniciais do EF, os objetivos não foram atingidos pela rede municipal de 31 municípios (de 91 avaliados) e pela rede estadual de 42 (de 69 avaliados). Os anos finais do EF tiveram 34 redes municipais (de 80 avaliadas) e 65 redes estaduais (de 90 avaliadas) com índice abaixo da meta preestabelecida.

Os resultados de 2011 revelam piora no quadro: nos anos iniciais do EF, 48 municípios fluminenses (de 91 avaliados) ficaram abaixo das metas projetadas em suas redes próprias e, nas redes estaduais localizadas nos municípios, de 52 que tiveram suas avaliações divulgadas, 35 não alcançaram as metas. Nos anos finais do EF, 34 redes municipais não cumpriram suas metas, entre 77 que tiveram avaliação divulgada. Por sua vez, nas redes estaduais, de 89 avaliadas, 63 também falharam.

Carapebus apresentou o seguinte quadro nas quatro edições do IDEB:

*Tabela 12: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – rede municipal local – 2005 a 2011*

Rede municipal	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	IDEB 2009	Ranking 2009	IDEB 2011	Ranking 2011	Meta IDEB 2011	Atingiu meta de 2011?
Anos Iniciais	3,4	73º entre 88 avaliados	4,1	46º entre 91 avaliados	4,1	60º entre 91 avaliados	4,5	56º entre 91 avaliados	4,2	Sim
Anos Finais	3,1	58º entre 73 avaliados	3,9	20º entre 83 avaliados	3,6	48º entre 80 avaliados	3,3	70º entre 77 avaliados	3,6	Não

*Tabela 13: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – rede estadual local – 2005 a 2011*

Rede estadual	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	IDEB 2009	Ranking 2009	IDEB 2011	Ranking 2011	Meta IDEB 2011	Atingiu meta de 2011?
Anos Iniciais	-	Inexistente	-	Inexistente	-	Inexistente	-	Inexistente	Não definida	NA
Anos Finais	4,0	20º entre 90 avaliados	3,3	36º entre 90 avaliados	3,1	62º entre 90 avaliados	3,8	44º entre 89 avaliados	4,5	Não

Para conhecer os resultados e as metas de cada escola individualmente, inclusive para os próximos anos, deve-se acessar o sítio <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>.

### **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**

Criado em 1998, o ENEM tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. O exame destina-se aos alunos que estão concluindo (concluintes) ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores (egressos). O ENEM é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

O número de inscritos para o ENEM 2012 chegou a 6.497.466. Segundo balanço publicado no sítio do Ministério da Educação, foram registradas 275.769 inscrições a mais que a edição do ano anterior. O estado com maior número de candidatos foi São Paulo, com 1.068.517 inscritos. Depois, os estados de Minas Gerais, com 723.644 candidatos; Rio de Janeiro, com 474.046 inscritos, Bahia, com 458.101 inscritos; e Rio Grande do Sul, com 394.641 candidatos. As provas foram realizadas em 1.615 municípios por 4,1 milhões de participantes. Os candidatos disputaram 129.279 vagas, em 3.751 cursos superiores por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Submeter-se ao exame também é pré-requisito para quem quer participar de programas de financiamento e de acesso ao ensino superior, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Ciência sem Fronteiras.

O INEP não mais divulga nota global por município ou por rede. Somente se pode conhecer os resultados de cada escola individualmente<sup>23</sup>, acessando o sítio <http://sistemasenem2.inep.gov.br/enemMediasEscola/>, desde que no mínimo 50% de seus estudantes concluintes do ensino médio regular tenham participado de todas as provas. Mas o INEP ressalva que, mesmo para as escolas com taxa igual ou maior que 50%, os participantes podem não representar o desempenho médio que a escola obteria caso todos os estudantes se submetessem ao exame, portanto, é importante observar a taxa de cada escola. Outra mudança adotada é a divulgação das médias apenas para cada área do conhecimento e para redação, não havendo mais a divulgação de uma única média por escola.

### **Educação no Estado do Rio de Janeiro**

Em dezembro de 2009, foi aprovado o Plano Estadual de Educação – PEE/RJ, objeto da Lei Estadual nº 5.597. Os objetivos e metas que o plano estabeleceu para a Educação Básica estavam direcionados para a ampliação e universalização do ensino nas três etapas que a compõem, com a qualidade que permita a continuidade de estudos para aqueles que optarem pela Educação Superior, bem como a inserção no mundo do trabalho em condições de igualdade com os alunos oriundos das redes privadas. Conforme mencionado na edição anterior dos Estudos Socioeconômicos, esperava-se, já em 2010, a obtenção dos primeiros resultados.

Entre as promessas trazidas pelo PEE/RJ, estava a transparência com referência a aspectos como a destinação de recursos financeiros e materiais, o funcionamento dos

23 - Consultado em 21/08/2013, o sítio disponibilizava somente os dados de escolas do ENEM 2011.

Conselhos de Educação com autonomia e em bases democráticas e participativas, a organização e funcionamento das Associações de Apoio à Escola, a criação de fóruns regionais, a realização bienal do Congresso Estadual de Educação e o acompanhamento, pela Comissão de Educação da ALERJ, do cumprimento dos objetivos e metas, nos prazos estabelecidos para revisão do plano, com a participação de diferentes atores da sociedade civil fluminense. Em contraste, em 7 de janeiro de 2011, ocorreu a divulgação de novo Programa de Educação do Estado, estabelecendo diversas mudanças na estrutura, no ensino e no dia a dia em sala de aula. De acordo com a SEEDUC, o programa contempla a atualização e a valorização dos professores; a construção de novas escolas e a melhoria na infraestrutura das unidades escolares já existentes; um currículo mínimo para cada disciplina; o processo seletivo para funções estratégicas da área pedagógica e a criação das carreiras de Gestor e Técnico de Educação. Porém, em consultas ao sítio da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, realizadas até agosto de 2013, não foi encontrada qualquer referência à implantação do PEE antigo ou do novo PEE, sendo impossível qualquer verificação de sua efetividade.

#### **Principais metas da SEEDUC:**

- Estar entre as cinco primeiras posições no *ranking* de educação nacional até 2014;
- Estabelecer processo seletivo para funções pedagógicas estratégicas – a avaliação acontecerá em quatro etapas: análise curricular, prova, entrevista e treinamento;
- Revisão de licenças médicas e cedidos – o objetivo é resgatar para as salas de aula cerca de dez mil docentes que estão licenciados, cedidos a outros órgãos ou ocupando funções administrativas.

#### **Sobre o corpo docente e funcionários administrativos:**

- Currículo mínimo – são diretrizes institucionais sobre os conteúdos, competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem em todas as escolas da rede estadual;
- Remuneração variável – avaliação e bonificação dos professores de acordo com o desempenho da escola. Serão considerados o fluxo escolar, o rendimento do aluno e a infraestrutura das escolas. O docente que conseguir atingir o limite máximo das metas poderá receber até três salários a mais por ano. O investimento poderá chegar a R\$ 140 milhões;
- Auxílio qualificação para professores – os docentes que estiverem em sala de aula receberão um cartão pré-pago, no valor de R\$ 500, para utilização em bens pedagógico-culturais. O investimento esperado é de aproximadamente R\$ 25 milhões;
- Auxílio transporte – apoio financeiro, no contracheque, para custos com deslocamento dos professores e dos funcionários administrativos que estejam lotados nas unidades escolares. O custo anual será de R\$ 68 milhões;
- Escola SEEDUC – será criada uma escola onde os professores poderão se aprimorar, com cursos específicos. Também haverá um consórcio com universidades



## CARAPEBUS

para a formação continuada do docente. A meta é certificar cerca de dez mil professores por semestre.

### **Em relação aos alunos:**

- Aulas de reforço nos contraturnos – apoio pedagógico para alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Orientação vocacional – iniciativa voltada a estudantes do Ensino Médio;
- Diminuição da defasagem idade-série – reduzir os índices de repetência.

### **Unidades escolares:**

- Metas específicas para cada unidade escolar – os objetivos a serem alcançados serão definidos de acordo com a realidade de cada escola. O Rio de Janeiro contará com um índice próprio, o IDERJ (Índice da Educação Básica do Rio de Janeiro), com o objetivo de acompanhar e aferir o progresso dos estudantes;
- Diagnóstico da infraestrutura das escolas – a SEEDUC, em parceria com a Empresa de Obras Públicas do Estado – Emop, preparou um levantamento com as necessidades estruturais identificadas em todas as unidades escolares.

### **Quadro da educação no RJ**

Em um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, com referência ao ano de 2012<sup>24</sup>, verifica-se que:

Com relação ao quantitativo de escolas:

- Para o Ensino Infantil, há 3.697 estabelecimentos de creche e a rede pública é responsável por 45% deles. A pré-escola soma 6.327 estabelecimentos, 51% da rede pública;
- o Ensino Fundamental é disponibilizado em 7.831 escolas, das quais 60% são públicas;
- o Ensino Médio é encontrado em 2.140 escolas, 53% delas pertencentes à rede pública.

No que diz respeito ao corpo docente:

- Em 2012, a estrutura educacional dispunha de 188 mil professores<sup>25</sup>. Um total de 12.799 deles lecionava na creche e 22.001, na pré-escola. Outros 118.867 lecionavam no Ensino Fundamental, e 47.988 profissionais davam aulas no Ensino Médio.
- O corpo docente municipal representa 51% dos professores da creche, 52% da pré-escola e 49% do Ensino Fundamental. A rede estadual tem 17% do corpo docente do Ensino Fundamental e 66% do Ensino Médio.

24 - Fonte: Inep/MEC.

25 - O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento. Esse critério serve para as demais informações relativas aos quantitativos de corpo docente.

Quanto à evolução das matrículas iniciais:

- A Educação Infantil disponibilizou 525 mil matrículas. Cursam a rede pública 57% do total de 190 mil alunos de creche e 59% dos 335 mil estudantes de pré-escola.

- O Estado do Rio de Janeiro teve 2,2 milhões de estudantes matriculados no Ensino Fundamental. No último ano, houve recuo de 44 mil matrículas em relação a 2011. Prossegue o processo de redução da participação da rede estadual, com significativo avanço da rede particular nesse nível educacional.

Tabela 14: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Fundamental – 2007 a 2012

Dependência Administrativa	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Federal	0,5%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%
Estadual	21,0%	19,4%	18,6%	17,6%	16,1%	14,0%
Municipal	61,8%	59,2%	59,2%	58,3%	57,7%	58,6%
Particular	16,7%	21,0%	21,8%	23,6%	25,7%	26,8%
<b>Nº total de alunos do Ensino Fundamental</b>	<b>2.307.714</b>	<b>2.387.714</b>	<b>2.353.532</b>	<b>2.305.338</b>	<b>2.277.461</b>	<b>2.233.437</b>

- O ano de 2012 também apresentou recuo no total de alunos matriculados no Ensino Médio em nosso estado. Nos últimos seis anos, foi expressiva a queda no total das matrículas, um contingente superior a 74 mil estudantes.

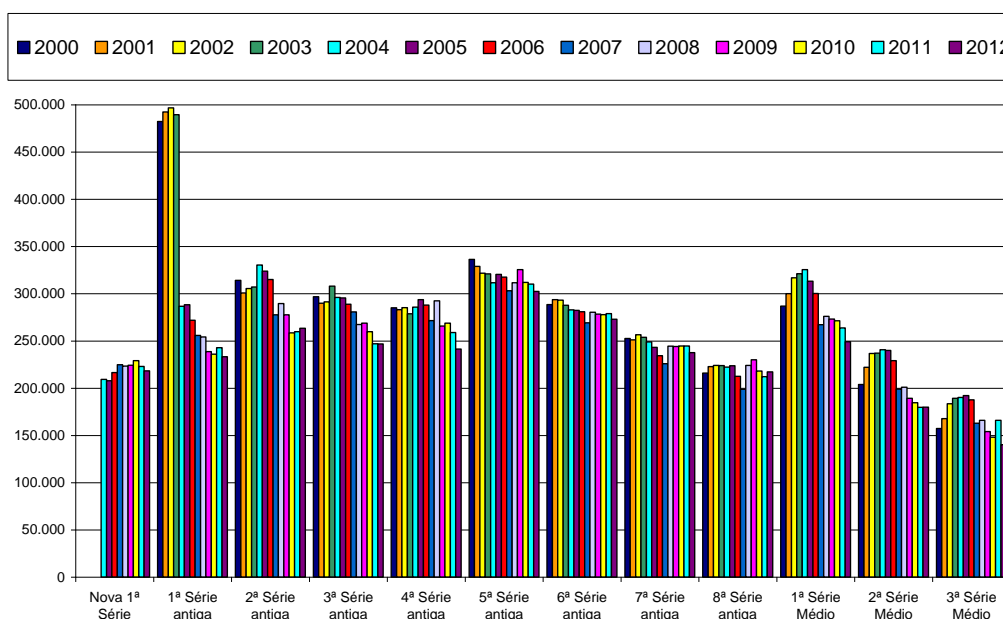
Tabela 15: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Médio – 2007 a 2012

Dependência Administrativa	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Federal	1,9%	2,0%	2,2%	2,4%	2,4%	2,7%
Estadual	83,2%	79,9%	79,4%	76,8%	77,1%	74,9%
Municipal	1,6%	1,5%	1,3%	1,1%	1,0%	1,0%
Particular	13,3%	16,6%	17,1%	17,7%	19,5%	21,4%
<b>Nº total de alunos do Ensino Médio</b>	<b>642.769</b>	<b>656.228</b>	<b>635.418</b>	<b>623.549</b>	<b>609.680</b>	<b>603.057</b>

O gráfico a seguir, referente à evolução das matrículas, indica os picos de repetência nas antigas 1ª e 5ª séries do Ensino Fundamental, bem como da 1ª série do Ensino Médio. Por conta da adoção parcial do Sistema de Ciclos de Aprendizagem, mais conhecido como Progressão Continuada, ou de modelo híbrido de Sistemas Seriado e de Ciclos, houve uma dispersão do degrau até então existente dessas mesmas séries para as imediatamente seguintes tanto na rede estadual quanto na rede de muitos municípios.

A evasão escolar também é ilustrada com a redução continuada que se observa, de um ano para o outro, nas demais séries. Basta observar o quantitativo da 2ª série de um determinado ano e acompanhar a redução do número de matrículas que se segue a cada ano seguinte na série imediatamente superior.

Gráfico 8: Total das matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio – 2000 a 2012



A educação de jovens e adultos (EJA) presencial teve 316 mil alunos em 2012.

Os dados da Educação Superior sempre apresentam defasagem maior. Assim, em 2011, houve 526.671 estudantes matriculados e distribuídos em 2.469 cursos de graduação presenciais. Dessas matrículas, 24% foram em instituições públicas. Somem-se 57.884 inscritos em cursos de graduação à distância, 32% em instituições públicas.

## Educação no município

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio regulares de Carapebus, em 2011, foi de 2.998 alunos, tendo evoluído para 2.997 em 2012, apresentando variação de 0,0% no número de estudantes.

A seguir, apresentamos a situação nos seis últimos anos dos diversos níveis de ensino no município. As tabelas apresentam a evolução do número de estabelecimentos daquele segmento, de professores e matrículas iniciais, além do rateio de alunos por professor.

### Ensino Infantil de Carapebus:

A rede municipal respondeu por 100% das matrículas na **Creche** em 2012.

Tabela 16: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Creche – Total – 2007 a 2012

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
07	nenhuma	0	0	-	16,4
08	1	não informado	7	não apurado	15,8
09	nenhuma	0	0	-	19,6
10	nenhuma	0	0	-	17,5
11	8	11	168	15,3	17,2
12	1	1	4	4,0	14,5

Na **Pré-escola**, a rede do município de Carapebus foi responsável por 85% das matrículas em 2012 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 17: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Pré-escola – Total – 2007 a 2012

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
07	11	41	494	12,0	16,8
08	11	38	524	13,8	16,7
09	11	39	590	15,1	18,0
10	10	39	485	12,4	16,6
11	11	26	403	15,5	16,9
12	10	38	593	15,6	12,6

Houve variação de 20% na quantidade de alunos matriculados na Pré-escola entre 2007 e 2012.

Carapebus apresenta o panorama abaixo para o **Ensino Fundamental**:

Tabela 18: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Total – 2007 a 2012

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
07	16	140	2.214	15,8	17,8
08	16	150	2.142	14,3	17,6
09	16	126	2.133	16,9	21,3
10	14	124	1.933	15,6	19,1
11	15	115	1.875	16,3	21,0
12	15	120	1.880	15,7	21,1

O número de matrículas oscilou em -15% no período.

A rede estadual de ensino teve 12% dos alunos matriculados de 2012 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 19: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede estadual – 2007 a 2012

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no Estado
07	1	12	341	28,4	16,9
08	1	19	334	17,6	16,3
09	1	14	355	25,4	20,2
10	1	18	334	18,6	16,9
11	1	10	316	31,6	18,3
12	1	16	223	13,9	16,3

Quase dois terços dos municípios apresentaram redução na quantidade de estabelecimentos da rede estadual, cujo número de matrículas, em Carapebus, teve variação de -35%.

## CARAPEBUS

Já na rede municipal, com 84% do volume de matrículas em 2012, os dados seguem na tabela:

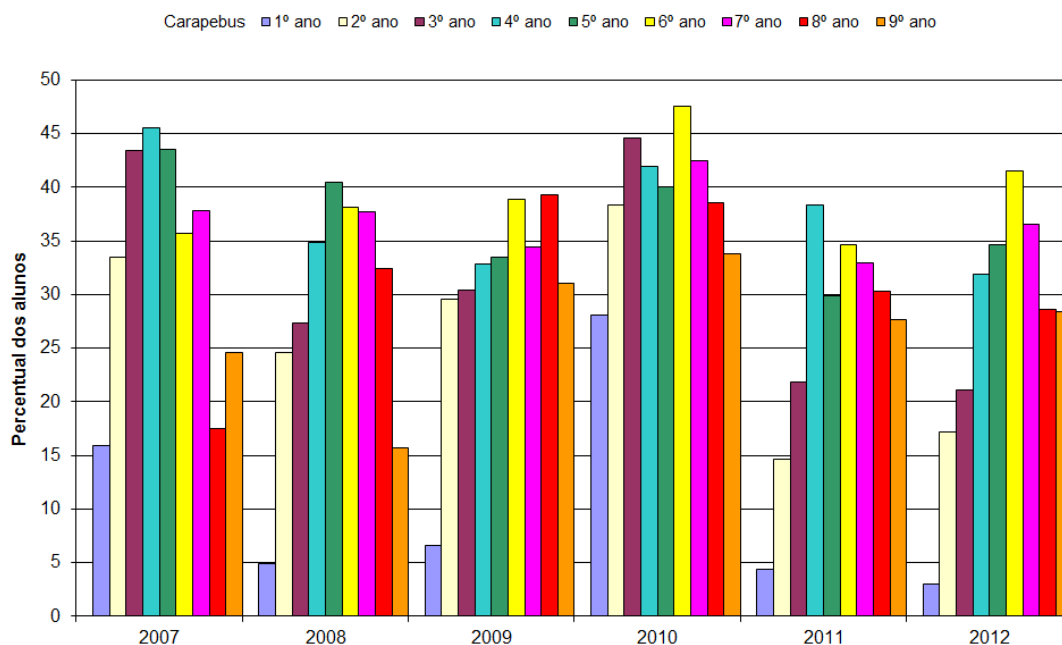
Tabela 20: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede municipal – 2007 a 2012

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede municipal no Estado
07	14	124	1.821	14,7	21,0
08	14	127	1.746	13,7	20,5
09	14	108	1.704	15,8	24,2
10	13	109	1.599	14,7	23,3
11	13	100	1.465	14,7	25,7
12	13	100	1.574	15,7	24,5

Houve, no período, variação de -14% no número de alunos, com piora do rateio de alunos por professor.

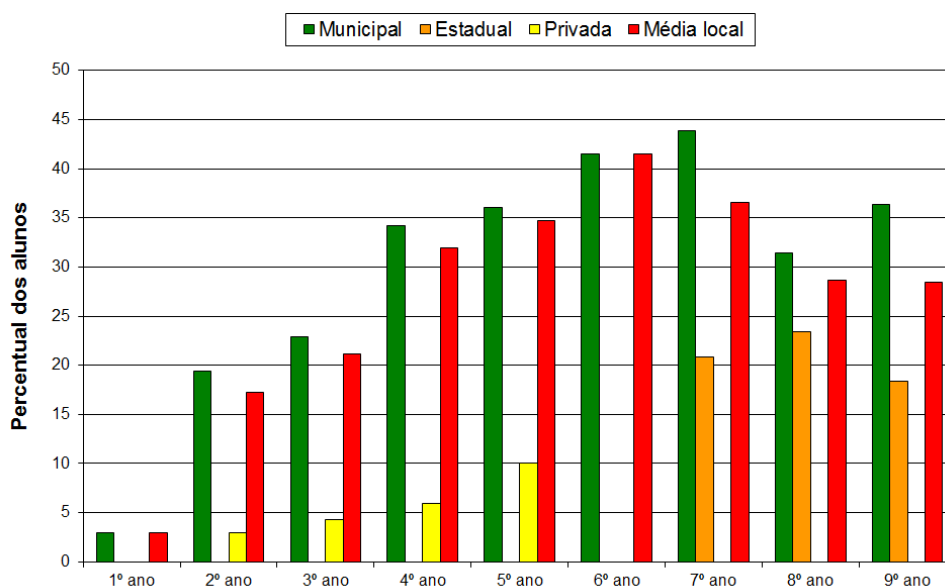
O indicador de distorção de idade por série permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para o ano em estudo. O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série entre 2007 e 2012:

Gráfico 9: Evolução da taxa de distorção série-idade – Ensino Fundamental – Total – 2007 a 2012



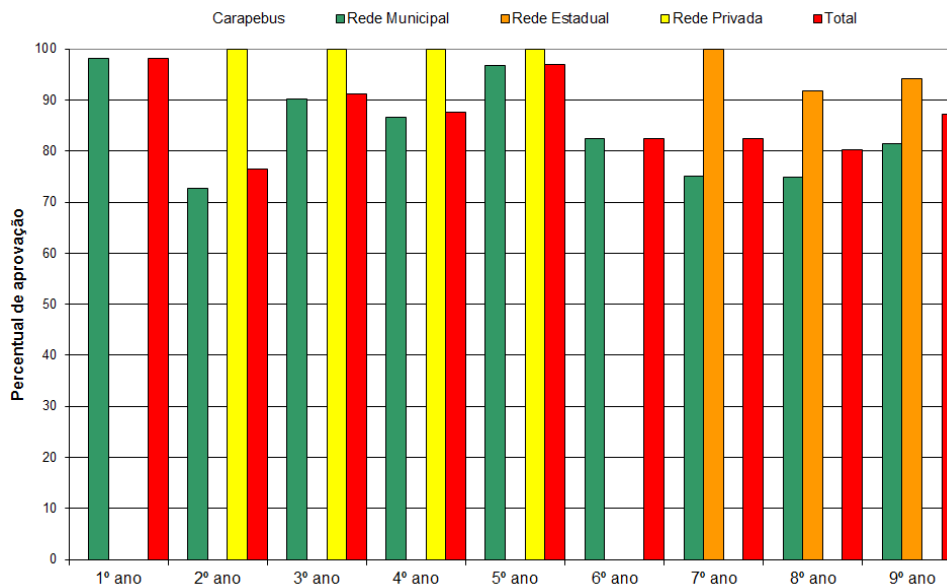
Mesmo que haja uma tendência de redução de distorção série-idade, se ocorre queda desse indicador entre uma série e a seguinte no decorrer dos anos, isso representa evasão escolar. Em 2012, esse indicador por rede é apresentado a seguir.

Gráfico 10: Taxa de distorção série-idade no Ensino Fundamental – Redes – 2012



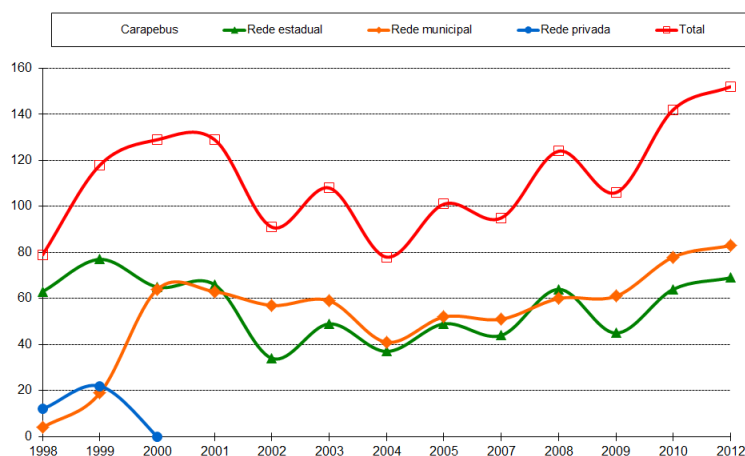
Os indicadores de aprovação por rede de ensino de 2012 são apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 11: Taxa de aprovação no Ensino Fundamental – Redes e total – 2012



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental em Carapebus. De um total de 79 em 1998 para 152 formandos em 2012, houve variação de 92% no período.

Gráfico 12: Concluintes do Ensino Fundamental – Redes e total – 1998 a 2012



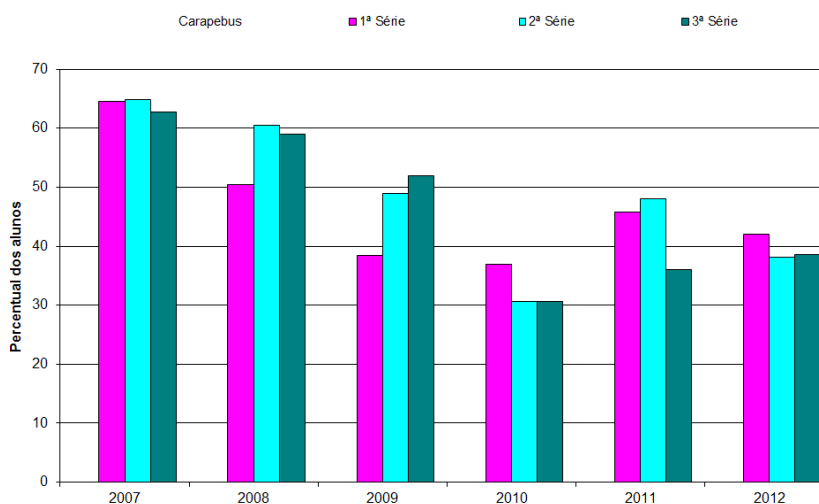
No Ensino Médio, Carapebus apresenta o panorama abaixo:

Tabela 21: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Total – 2007 a 2012

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
07	1	15	521	34,7	13,3
08	1	23	520	22,6	13,2
09	1	20	520	26,0	15,8
10	1	27	552	20,4	12,8
11	1	17	552	32,5	13,9
12	1	25	520	20,8	13,9

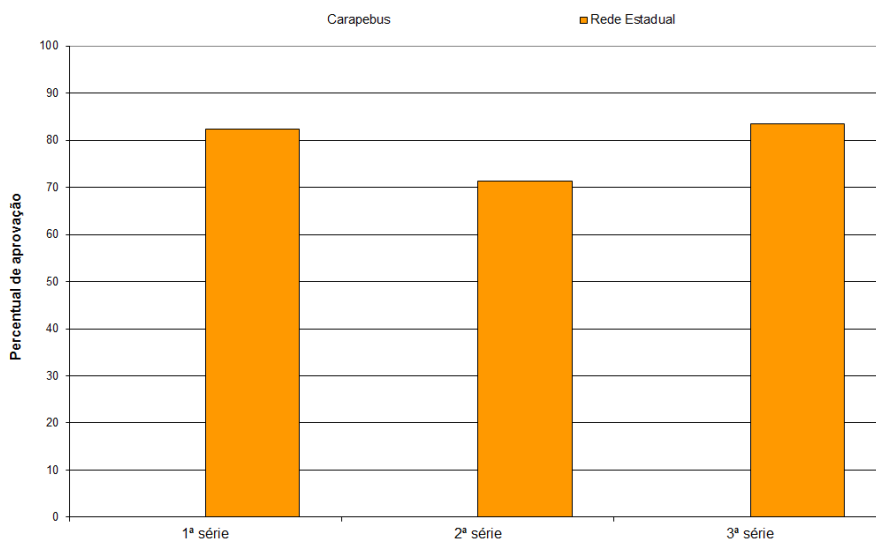
A rede estadual respondeu por 100% do volume de matrículas, que oscilou em menos de 1% no período de 2007 a 2012, com aumento no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor. O gráfico a seguir apresenta o nível de distorção por série entre 2007 e 2012.

Gráfico 13: Taxa de distorção série-idade – Ensino Médio – 2007 a 2012



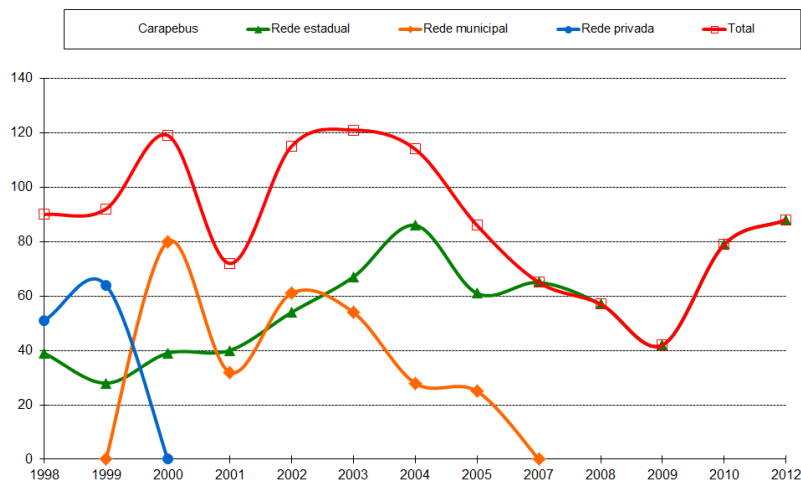
Os índices de aprovação em 2012 são apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 14: Taxa de aprovação no Ensino Médio – 2012



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso. Os formandos foram em número de 90 em 1998, passando para 88 em 2012, com variação de -2% no período de quinze anos.

Gráfico 15: Concluintes do Ensino Médio – 1998-2012



No Ensino de Jovens e Adultos, Carapebus teve um total de 163 alunos matriculados em 2012, todos na rede municipal.

O município de Carapebus não tinha curso de graduação no ensino superior em 2011 (último dado disponível).

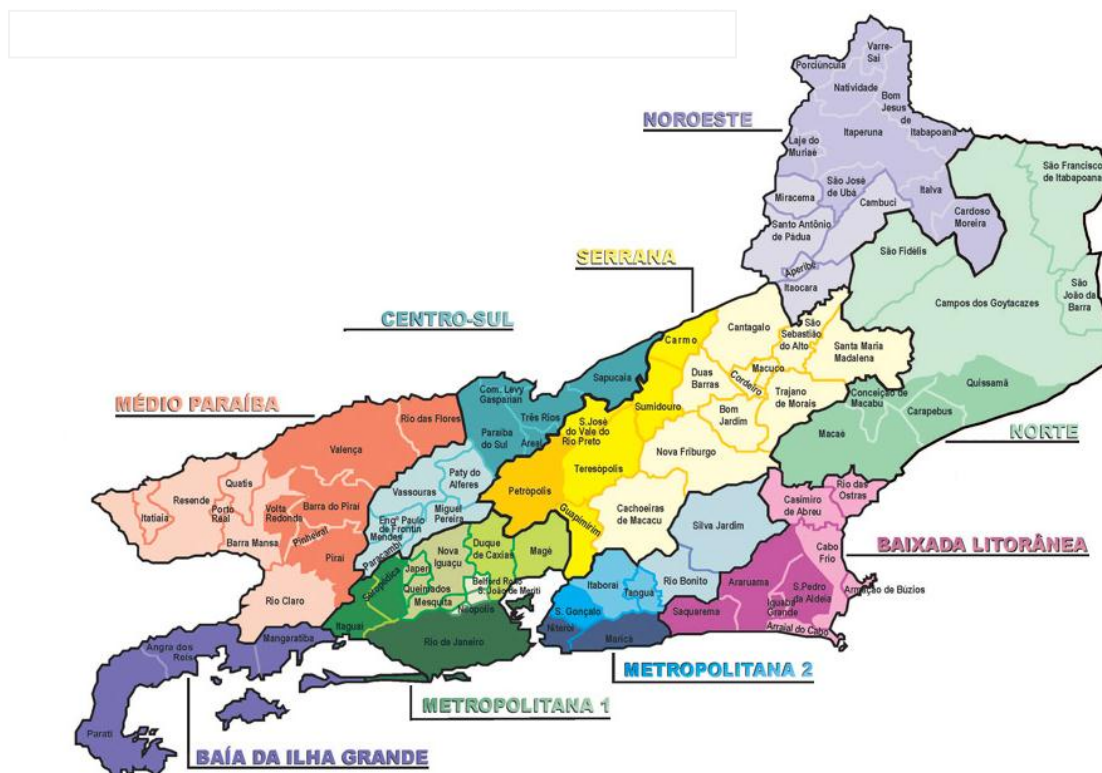


## CARAPEBUS

## Saúde

A atenção à saúde no estado do Rio de Janeiro obedece a uma regionalização para escalonar o nível de atendimento ao cidadão, desde os procedimentos simples e ambulatoriais até os de média a alta complexidade. Nesse sentido, foram estabelecidos centros de referência para as ações de maior complexidade. Todo o sistema segue uma programação que deve ser integrada e objeto de um contrato entre as diversas secretarias de saúde envolvidas. A regionalização é responsável por estruturar e regular esse processo de descentralização das ações e serviços de saúde.

Gráfico 16: Regionalização da saúde – Estado do RJ



A estratégia de gestão do Sistema Único de Saúde – SUS inclui a Rede de Centrais de Regulação do Estado do Rio de Janeiro – RCR/RJ, que tem por missão agilizar e qualificar o acesso do cidadão aos serviços e ações de alta e média complexidade. A implementação se deu por etapas. O primeiro ciclo (1999 a 2002) foi dedicado ao planejamento e pactuação do desenho da rede, após o estudo do fluxo dos pacientes no estado e da capacidade instalada, bem como a identificação de municípios-polo. Fez parte dessa etapa a organização da infraestrutura local e de comunicação das centrais de regulação, bem como a execução de concurso público pela antiga Secretaria de Estado de Saúde – SES.

O segundo ciclo de evolução da RCR/RJ (2003-2005) caracterizou-se por concentrar esforços no fortalecimento do processo de regulação através da adoção de quatro estratégias complementares: efetivação da regionalização da rede; constituição do arcabouço jurídico-institucional; incorporação escalonada de leitos/internações por

especialidade à luz dos protocolos pactuados; e constituição do Núcleo Interno de Regulação em cada unidade hospitalar pública, das três esferas de governo.

Marco jurídico-institucional foi a Deliberação nº 203, de novembro de 2005, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, que aprovou a expansão escalonada de leitos/internações por especialidade na RCR/RJ, iniciada, no mesmo mês, pelas internações de obstetrícia e pediatria, gestações de alto risco e UTI neonatal. No mês seguinte, foram reguladas internações de pacientes de primeira vez em atenção hematológica e aquelas referidas à rede de alta complexidade e à saúde mental. A partir de março de 2006, foram reguladas ações de saúde auditiva e clínica médica. Desde 2005, foram estabelecidas as funções das centrais de regulação; o fluxo da informação; as atribuições dos profissionais da rede de centrais e dos núcleos de regulação das demais unidades de saúde; e a padronização dos procedimentos operacionais.

A trajetória da regionalização ganhou nova força no ano de 2007 com a adesão do estado ao Pacto pela Saúde descrito adiante, seguido por muitos municípios no decorrer dos anos. Em 2009, foram realizados seminários e oficinas de planejamento regional, fundamentais para pactuar uma nova configuração das regiões de saúde e criar os Colegiados de Gestão Regional.

### **Pacto pela Saúde**

Iniciado em 2006, o Pacto pela Saúde é um conjunto de reformas institucionais ajustado entre União, estados e municípios com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando a alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS, ao mesmo tempo em que redefine as responsabilidades de cada gestor. A implementação do Pacto pela Saúde se dá pela adesão dos entes federados ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG que substitui os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabelece metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente.

As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios também foram modificadas, passando a ser integradas em cinco grandes blocos de financiamento (atenção básica; média e alta complexidade da assistência; vigilância em saúde; assistência farmacêutica e gestão do SUS), substituindo, assim, as mais de cem rubricas que eram utilizadas para essas finalidades.

Com o pacto, altera-se a lógica do processo de habilitação dos entes federados. Não há mais a divisão entre município/estado habilitado e não habilitado. Todos passam a ser gestores das ações de saúde, com atribuições definidas e metas a cumprir. No Pacto pela Vida (uma das três partes em que está dividido o Pacto pela Saúde) são enumeradas prioridades básicas que os três níveis de governo devem perseguir, com metas e indicadores para avaliação anual. A agenda de atividades prioritárias busca a atenção integral à saúde do idoso; ao controle do câncer de colo de útero e de mama; à redução da mortalidade materna e infantil; ao fortalecimento da atenção básica; à promoção da saúde; e ao reforço de ações para o controle de emergências e endemias com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza.

## CARAPEBUS

Cabe aos governos estaduais e municipais construir as ações necessárias para cumprimento das metas, de acordo com a realidade local. Prioridades estaduais e municipais também poderão ser agregadas à agenda nacional. Os novos pactos avançam na efetivação do controle social ao determinar que os gestores das três esferas de governo assumam publicamente suas responsabilidades. Os TCGs, que devem ser aprovados nos respectivos Conselhos de Saúde, implicam a qualificação dos processos de planejamento, programação e avaliação das políticas de saúde.



O Pacto pela Saúde, conforme já examinado em edição anterior deste Estudo Socioeconômico, divide-se em Pacto pela Vida, que define as prioridades para o SUS; Pacto em Defesa do SUS, que propõe uma agenda de repolitização do SUS com a sociedade e a busca de financiamento adequado; e Pacto de Gestão, que estabelece as diretrizes e redefine as responsabilidades de gestão em função das necessidades de saúde da população e da busca de equidade social.

No estado do Rio de Janeiro, até 2011, somente 54 dos 92 municípios aderiram ao Pacto pela Saúde.

### **Transição do Pacto pela Saúde ao COAP**

Em 25 de junho de 2011, o governo federal editou o Decreto 7.508, de regulamentação do SUS. Entre outras medidas, o decreto instituiu o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde – COAP, definido como um acordo de colaboração com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços na rede regionalizada e hierarquizada, com definição de responsabilidades, indicadores e metas de saúde, critérios de avaliação de desempenho, indicação dos recursos financeiros a serem disponibilizados, forma de controle e fiscalização de sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços em uma região de saúde.

Em julho de 2012, o Ministério da Saúde extinguiu a exigência de adesão ao Pacto pela Saúde ou de assinatura do Termo de Compromisso de Gestão – TCG. Para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do COAP, ficou definido que todos os entes federados passam a assumir responsabilidades sanitárias que traduzem exatamente o conteúdo do antigo TCG. Ficou definido também que as ações para o cumprimento das responsabilidades sanitárias devem estar expressas na programação anual de saúde de cada ente federado e vinculadas às diretrizes e aos objetivos dos respectivos planos de saúde.

### **Atenção básica da saúde**

A formulação de uma política de atenção à saúde voltada para a organização de um sistema equânime, integral e resolutivo requer o atendimento efetivo dos problemas de saúde da população e a realização de um conjunto de ações articuladas e complementares

entre os diferentes níveis hierárquicos de atuação: atenção básica, média complexidade e alta complexidade.

A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinâmica existente no território em que vivem essas populações. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Com vistas à operacionalização da atenção básica, definem-se como áreas estratégicas para atuação: a eliminação da hanseníase, o controle da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do idoso, a saúde bucal e a promoção da saúde.

A estratégia saúde da família – ESF, com a participação dos agentes comunitários de saúde – ACS e das equipes de saúde bucal – eSB, pretende superar o antigo modelo exclusivamente centrado na doença, passando a uma ação preventiva que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde. Conforme o Ministério da Saúde, a ESF favorece a reorientação do processo de trabalho, com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

Um ponto importante é o estabelecimento de uma equipe multiprofissional (equipe de saúde da família – eSF) composta por, no mínimo: médico generalista, ou especialista em saúde da família, ou médico de família e comunidade; enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família; auxiliar ou técnico de enfermagem; e agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de saúde bucal. Existem dois tipos de equipe de saúde bucal, quais sejam: modalidade I, composta por cirurgião-dentista generalista ou especialista em saúde da família e auxiliar em saúde bucal; e modalidade II, que inclui um técnico em saúde bucal.

Cada equipe de saúde da família deve ser responsável por, no máximo, 4.000 pessoas, sendo a média recomendada de 3.000 pessoas, respeitando critérios de equidade para essa definição. Recomenda-se que o número de pessoas por equipe considere o grau de vulnerabilidade das famílias daquele território, sendo que, quanto maior o grau de vulnerabilidade, menor deverá ser a quantidade de pessoas por equipe. Cada agente comunitário de saúde deve ter uma microárea sob sua responsabilidade, cuja população não ultrapasse 750 pessoas.

A tabela a seguir demonstra a evolução dessa política nos últimos nove anos no conjunto do estado e aponta para a dificuldade que existe em implantar essa estratégia, sempre aquém do que está credenciado pelo Ministério da Saúde – MS e com insuficiente nível de cobertura:

Tabela 22: Evolução do Programa Saúde da Família – 2004-2012

Dezembro de cada ano	Agentes Comunitários de Saúde				Equipes de Saúde da Família				Equipes de Saúde Bucal				
	Nº de municípios com ACS	Credenciados pelo Ministério da Saúde	Implantados	Proporção de cobertura populacional estimada	Nº de municípios com eSF	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Proporção de cobertura populacional estimada	Modalidade I		Modalidade II		
									Nº de municípios com eSB	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas
2004	87	13.042	7.300	27%	80	2.027	1.010	23%	32	243	168	44	24
2005	88	13.329	8.196	30%	85	2.083	1.185	27%	48	359	284	93	30
2006	89	14.197	9.046	33%	86	2.198	1.328	29%	61	493	404	108	51
2007	87	14.617	8.511	31%	85	2.237	1.302	28%	62	590	436	73	45
2008	91	14.790	9.922	35%	89	2.266	1.440	31%	67	611	510	75	54
2009	90	15.337	10.205	36%	88	2.342	1.477	31%	69	651	532	82	56
2010	91	15.544	11.334	39%	90	2.365	1.633	34%	74	911	647	198	89
2011	91	16.190	13.005	45%	90	2.408	1.880	39%	76	947	720	193	166
2012	92	18.015	14.643	50%	89	2.769	2.124	45%	77	1.377	816	429	205

Até o fim de 2012, Cambuci, Campos dos Goytacazes e São Fidélis não possuíam nenhuma eSF implantada e 15 municípios não dispunham de eSB. Os desafios que se impõem para um melhor andamento dessa política de saúde pública vão desde a precarização dos processos de seleção e recrutamento, bem como das relações de trabalho, com baixos salários, carga horária excessiva e contratações instáveis, e passam pela falta de entrosamento e capacitação dos agentes comunitários de saúde e dos demais componentes das equipes, culminando com a demanda excessiva e com a reversão da ênfase inicialmente proposta: de preventiva e promotora da saúde para tão somente curativa.

Carapebus, ao final de 2012, apresentava o seguinte quadro:

Tabela 23: Situação do Programa Saúde da Família – 2012

Agentes Comunitários de Saúde				Equipe de Saúde da Família				Equipe de Saúde Bucal			
Teto	Credenciados pelo Ministério da Saúde	Implantados	Proporção de cobertura populacional estimada	Teto	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Proporção de cobertura populacional estimada	Modalidade I		Modalidade II	
								Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas
34	24	24	100%	6	4	4	100%	4	2	0	0

Ainda no âmbito da atenção básica, a doença do bacilo de Koch (*mycobacterium tuberculosis*), que ataca os pulmões, mata todos os anos cerca de 800 pessoas no estado do Rio de Janeiro, o de maior incidência no país<sup>26</sup>. De acordo com dados preliminares, o estado registrou 14.039 casos em 2012 (em torno de 15% do total nacional), dos quais 11.149 se referem a casos novos. De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil é o 17º país com maior incidência de tuberculose entre os 22 de alta carga. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, para considerar a tuberculose sob controle, a taxa de incidência não deve ultrapassar cinco casos em cada 100 mil habitantes – atualmente, em todo o estado, a taxa é de 68,7 para cada 100 mil habitantes.

26 - Publicado em 20 de agosto de 2013, em <http://www.saude.rj.gov.br/imprensa-noticias/18537-secretaria-de-estado-de-saude-lanca-plano-de-acao-contra-tuberculose-e-aids.html>.

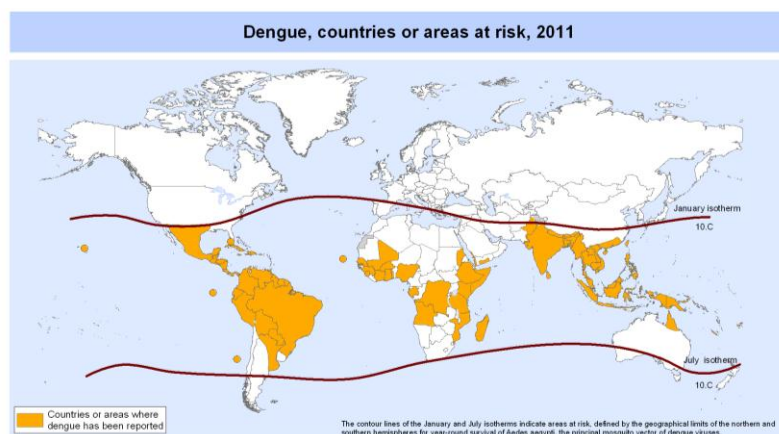
Se o tuberculoso tomar as medicações corretamente, as chances de cura são elevadas. A preocupação, todavia, é com o abandono do tratamento, pois os sintomas desaparecem e os bacilos podem se tornar resistentes, caso o uso da medicação seja interrompido e, depois, retomado. A tuberculose resistente pode desencadear uma nova forma da doença, potencialmente incurável. Entre os casos registrados no estado, 954 se referem a pacientes que retomaram o tratamento depois de abandoná-lo. De 2009 a 2012, foram diagnosticados, em 33 municípios fluminenses, 551 pacientes resistentes.

Outro foco de atenção é o bacilo de Hansen (*mycobacterium leprae*), causador de uma doença infecto-contagiosa crônica que atinge, principalmente, as células cutâneas e dos nervos periféricos, mas tem tratamento e cura. Sem o tratamento adequado, a doença pode evoluir para graves deformações em áreas do corpo como o nariz e os dedos (dos pés ou das mãos). Uma pessoa doente, que apresente a forma infectante da doença e que esteja sem tratamento, poderá transmiti-la a outras pessoas suscetíveis com quem tenha contato direto e prolongado.

Conforme dados do Ministério da Saúde<sup>27</sup>, o número de casos novos confirmados no estado do Rio de Janeiro vem diminuindo. Entre 2007 e 2010, passou de 2.297 a 1.632, subindo para 1.817 em 2011 e voltando a cair em 2012, para 1.532.

A dengue é um dos principais problemas de saúde pública no mundo. A Organização Mundial de Saúde – OMS estima que 50 milhões de pessoas são infectadas anualmente em mais de 100 países de todos os continentes, exceto Europa. Não há tratamento específico para a doença, mas uma atenção médica apropriada salva com frequência a vida dos pacientes acometidos da forma mais grave – a dengue hemorrágica. A falta de um antiviral pode ser compensada pela aplicação de um conjunto de conhecimentos que classificam o paciente de acordo com seus sintomas e a fase da doença, permitindo assim reconhecer precocemente os sinais de alerta, iniciando a tempo o tratamento adequado e possível. No mundo, cerca de 500 mil doentes graves, em grande parte crianças, necessitam de hospitalização a cada ano, e um pequeno percentual dos afetados vem a falecer em decorrência da doença, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. A figura a seguir ilustra as áreas de risco de transmissão da dengue entre 2000 e 2011, conforme a OMS.

Gráfico 17: Distribuição espacial da incidência de casos de dengue no mundo – 2000-2011



Fonte: Organização Mundial da Saúde

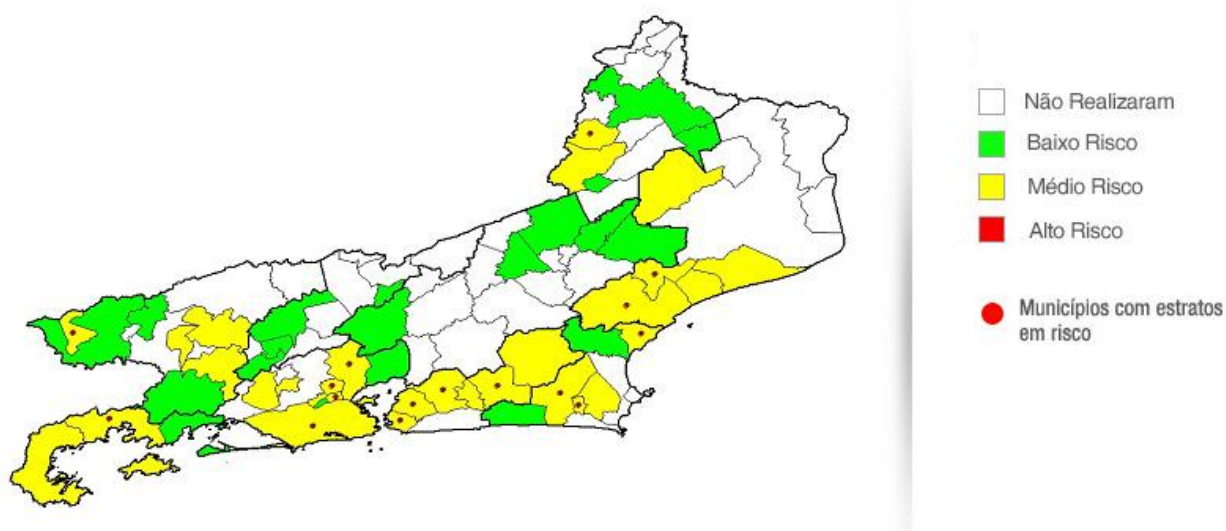
27 - Mais informações em <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/tabnet?sinanet/hanseniose/bases/Hansbrnet.def>. Acesso em 22.8.13.

## CARAPEBUS

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde, até a 21ª semana epidemiológica de 2012 foram notificados 145.078 casos suspeitos de dengue no estado, com 34 óbitos. Durante todo o ano de 2012, foram notificados 184.123 casos suspeitos de dengue no estado, com 42 óbitos. Na comparação entre 2012 e 2011, apesar do aumento de 9,34% nas notificações por dengue, a quantidade de óbitos caiu 70% no mesmo período.

A epidemia de dengue mais grave no estado foi registrada em 2002, com mais de 288 mil casos notificados. Em 2008, ocorreu outro pico da doença, com 255.818 notificações e 252 óbitos confirmados. Após uma queda em 2009, com 12.636 casos notificados, os números voltaram a subir a partir de 2010. O Levantamento do Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* – LIRAA, feito por amostragem, informa as áreas de maior risco de incidência do mosquito.

Gráfico 18: Levantamento do Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* – Maio 2012



### Desempenho do SUS

O Índice de Desempenho do SUS – IDSUS é um indicador síntese elaborado pelo Ministério da Saúde que faz uma aferição contextualizada do SUS quanto ao acesso (potencial ou obtido) e à efetividade da atenção básica, da atenção ambulatorial e hospitalar e das urgências e emergências. Pretende subsidiar ações, presentes e futuras, dos gestores municipais, estaduais e federais, a fim de melhorar a qualidade dos sistemas de serviços e a saúde dos brasileiros. O índice varia de 0 a 10, e quanto mais alto, melhor. De acordo com o Ministério da Saúde, o serviço do SUS pode ser considerado bom com nota superior a 7,00. A pesquisa, divulgada em março de 2012, atribuiu ao SUS no Brasil a nota 5,47, ficando o estado do Rio de Janeiro com 4,58 e a cidade do Rio de Janeiro com 4,33. Dentre os municípios fluminenses, o principal destaque foi Pirai, com nota 7,30.

Em função da diversidade do país, a pesquisa distribuiu 5.563 municípios brasileiros em seis grupos, conforme as semelhanças. No que diz respeito ao estado do Rio de Janeiro, a Capital está no grupo 1. O mais numeroso é o grupo 3, com 43 municípios, seguido do grupo 5, com 30. Os grupos 2, 4 e 6 reúnem, respectivamente, nove, sete e dois municípios.

Carapebus, pertencente ao grupo 5 do IDSUS, obteve o índice 4,66, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 24: Índice de Desempenho do SUS – Grupo 5 – Março 2012

Aperibé	5,25	Paty do Alferes	6,03
Areal	5,94	Pinheiral	5,42
Armação dos Búzios	5,14	Porto Real	5,18
Arraial do Cabo	4,93	Quatis	4,86
Cambuci	4,77	Rio Claro	4,98
<b>Carapebus</b>	<b>4,66</b>	Rio das Flores	7,18
Cardoso Moreira	5,20	Santa Maria Madalena	5,30
Comendador Levy Gasparian	5,81	São João da Barra	5,19
Conceição de Macabu	4,88	São José de Ubá	5,24
Duas Barras	4,64	São Sebastião do Alto	3,88
Engenheiro Paulo de Frontin	5,68	Sapucaia	5,03
Iguaba Grande	4,78	Sumidouro	5,12
Macuco	5,76	Tanguá	4,06
Mendes	5,71	Trajano de Moraes	4,99
Mesquita	4,68	Varre-Sai	4,75

O modelo avaliativo adotado independe da existência – no município, estado ou região – da estrutura de serviços de saúde necessária à atenção integral, visto que o oferecimento de tal atenção deve ser orientado pelas diretrizes organizativas de descentralização, hierarquização e regionalização. Ou seja, nos municípios que realizam apenas a atenção básica, o desempenho do SUS é dado pela atenção básica municipal e pelas atenções especializada, ambulatorial e hospitalar regionalizada, de corresponsabilidade do gestor municipal, estadual e federal por meio do planejamento para a atenção especializada regionalizada; da Programação Pactuada e Integrada – PPI estadual; e da efetivação da política de regulação da atenção à saúde regionalizada.

Em vista da grande repercussão do *ranking* entre os municípios e em resposta às críticas, o MS argumentou que a classificação não era o objetivo do IDSUS, sobretudo quando se toma o município isoladamente, isto é, quando se considera como único responsável pelo índice obtido a estrutura de saúde existente no território do município e o gestor municipal.

Os resultados do IDSUS podem ser consultados na internet, em forma de gráficos e mapas, no portal do MS, endereço [www.saude.gov.br/idsus](http://www.saude.gov.br/idsus).



**Saúde no município**

Os dados a seguir <sup>28</sup>, coletados no sistema Datasus, referem-se à rede local e aos recursos materiais e humanos disponíveis em Carapebus.

Tabela 25: Estabelecimentos por tipo – Município – Julho 2013

Estabelecimentos por tipo	Quantidade
Academia da saúde	0
Central de regulação	1
Central de regulação médica das urgências	0
Centro de apoio à saúde da família	0
Centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica	0
Centro de atenção psicossocial	0
Centro de parto normal	0
Centro de saúde/unidade básica de saúde	0
Central de regulação de serviços de saúde	0
Clinica especializada/ambulatório especializado	7
Consultório	0
Cooperativa	0
Farmácia	0
Hospital especializado	0
Hospital geral	0
Hospital-dia	0
Laboratório central de saúde pública - Lacen	0
Policlínica	0
Posto de saúde	4
Pronto atendimento	1
Pronto socorro especializado	0
Pronto socorro geral	0
Secretaria de Saúde	1
Serviço de atenção domiciliar isolado ( <i>home care</i> )	0
Unidade de atenção à saúde indígena	0
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	0
Unidade de vigilância em saúde	2
Unidade mista	0
Unidade móvel pré-hospitalar - urgência/emergência	0
Unidade móvel fluvial	0
Unidade móvel terrestre	0
Tele-saúde	0

28 - Os indicadores na área da saúde são inúmeros e podem ser encontrados no sítio <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rj.htm>, que gera os Cadernos de Informação de Saúde, ou na Sala de Situação em Saúde (<http://189.28.128.178/sage/>), ambos do Ministério da Saúde, bem como nos Retratos Municipais da SESDEC, em <http://www.saude.rj.gov.br/retratos/RetratosMunicipais/index.html>.

Tabela 26: Distribuição de leitos hospitalares – Município – Julho 2013

Descrição	Quantidade existente	% à disposição do SUS
Cirúrgico	0	0%
Clínico	0	0%
Obstétrico	0	0%
Pediátrico	0	0%
Outras especialidades	0	0%
Hospital-dia	0	0%

O Cadastro Nacional de Equipamentos de Saúde dispõe dos dados sobre os equipamentos existentes, aqueles que se encontram em uso e os que estão disponíveis para o SUS. A tabela seguinte apresenta um resumo do quadro local:

Tabela 27: Recursos Físicos – Equipamentos – Município – Julho 2013

Descrição	Quantidade existente	% à disposição do SUS
Audiologia	0	0%
Diagnóstico por imagem	11	45%
Infraestrutura	23	22%
Métodos ópticos	1	0%
Métodos gráficos	4	50%
Manutenção da vida	19	32%
Odontologia	20	60%
Outros	21	5%

Os recursos humanos disponíveis para a população de Carapebus são os seguintes:

Tabela 28: Recursos Humanos – Ocupações – Município – Julho 2013

Ocupação do profissional	Quant.	SUS	Ocupação do profissional	Quant.	SUS
Anestesiista	0	0%	Ginecologista/Obstetra	3	100%
Assistente social	8	100%	Médico de família	4	100%
Auxiliar de enfermagem	23	100%	Nutricionista	6	100%
Cirurgião geral	0	0%	Outras especialidades médicas	11	91%
Cirurgião dentista	23	100%	Pediatra	9	100%
Clínico geral	22	100%	Psicólogo	7	100%
Enfermeiro	26	100%	Psiquiatra	2	100%
Farmacêutico	1	100%	Radiologista	6	17%
Fisioterapeuta	13	54%	Técnico de enfermagem	15	93%
Fonoaudiólogo	4	100%	Total	183	93%

### Tema de maior significância

A área de saúde foi apontada, em 2011, como tema de maior significância na programação das auditorias do TCE-RJ. O tribunal avaliou a atenção básica (Programa Saúde da Família – PSF), as centrais de regulação (que administram o fluxo de pacientes entre os postos de saúde, ambulatórios e hospitais de urgência e emergência), as unidades de pronto atendimento (UPAs) e o planejamento municipal em saúde. Após o exame da matéria, o Plenário determinou a 88 municípios que elaborem planos de ação para sanar as falhas no PSF. Os resultados do trabalho permanecem na Vitrine de Auditorias implantada no portal do TCE-RJ.

Todos os municípios do estado, com exceção da Capital, tiveram suas estratégias de saúde da família avaliadas. Cerca de 300 unidades de saúde foram visitadas. Nas 44 UPAs em funcionamento à época da auditoria – 23 sob responsabilidade somente do estado, 20 sob responsabilidade conjunta do estado e dos municípios, e uma federal – o TCE-RJ constatou que 80% dos atendimentos fugiam ao objetivo inicial, que era cobrir casos de urgência e emergência para reduzir a lotação da rede hospitalar. As UPAs apresentavam ainda problemas no processo de admissão dos profissionais, na localização, na acessibilidade dos pacientes e no cumprimento das normas técnicas.

Em seguida, o TCE-RJ analisou o planejamento em três das nove regiões de saúde do estado – Norte, Médio Paraíba e Baía da Ilha Grande – no total de 23 municípios. Desses, apenas nove tinham planejamento na área de saúde. Quanto à presença de especialistas, eles eram suficientes em 9% dos municípios, insuficientes em 52% e não existiam em 39%. A estrutura física era adequada em 17% dos jurisdicionados, razoável em 14% e inadequada nos demais.

São Fidélis, Campos e Niterói não contavam com Saúde da Família (Niterói tinha um programa semelhante). Nos outros 88 municípios, havia problemas com as equipes (admissões irregulares, não cumprimento da carga horária, baixa remuneração), na infraestrutura das unidades (má localização e má conservação, dimensões erradas das salas e consultórios, falta de equipamentos) e na assistência farmacêutica (aquisição inadequada de medicamentos, distribuição, armazenamento e entrega irregulares). Em 68 municípios não existia comissão de farmácia e terapêutica e em 73 não havia relação de medicamentos essenciais. Em Carapebus, os problemas encontrados pelo TCE-RJ foram os seguintes:

<b>Composição das Equipes de Saúde</b>
Admissão irregular de pessoal.
Descumprimento de jornada de trabalho.
<b>Estrutura Física e Equipamentos das Unidades de Saúde da Família</b>
Unidades de saúde sem os ambientes obrigatórios.
Unidades de saúde com ambientes que não possuem área e/ou dimensão mínima exigida.
Unidades de saúde sem as condições de acessibilidade exigidas.
Unidades de saúde com problemas estruturais ou de má conservação.
Unidades de saúde sem os mobiliários ou equipamentos mínimos.
<b>Ciclo da Assistência Farmacêutica</b>
Seleção, programação, dispensação e armazenamento inadequado de medicamentos.

## Mercado de Trabalho

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS<sup>29</sup>, do Ministério do Trabalho, o mercado de trabalho formal brasileiro apresentou, em 2012, um crescimento da ordem de 2,48%, correspondente a 1,148 milhão de empregos adicionais. Esse número, embora positivo, é o mais baixo desde 2003 e representa um recuo significativo, sobretudo quando comparado aos registros de 2011 (mais 2,242 milhões de empregos, ou 5,09%) e 2010 (mais 2,861 milhões de empregos, ou 6,94%).

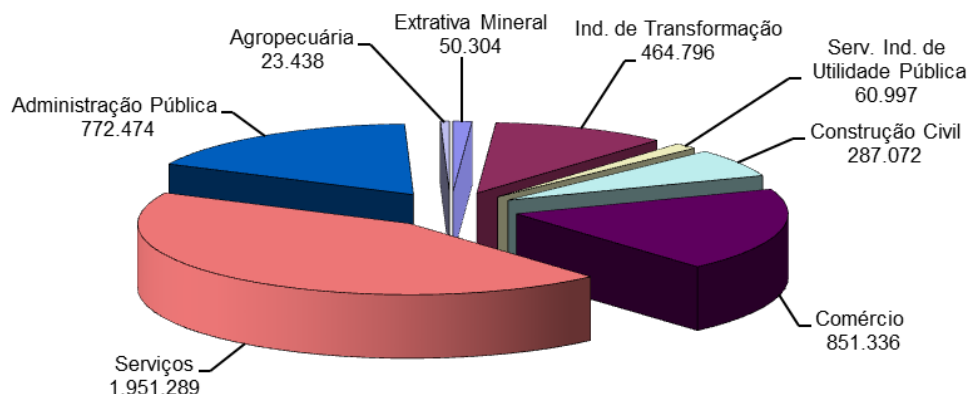
O rendimento real médio do trabalhador, tomando como referência o INPC, passou de R\$ 2.020,02 em dezembro de 2011 para R\$ 2.080,07 em dezembro de 2012, uma elevação de 2,97%, semelhante à ocorrida no período anterior, entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011, quando foi registrada variação de 2,93%.

No estado do Rio de Janeiro, a pesquisa registrou um crescimento de 2,59% do emprego formal, decorrente da geração de 112.654 postos de trabalho, resultado muito inferior aos 6,59% anotados em 2011. Em contrapartida, o rendimento médio do trabalhador fluminense passou de R\$ 2.310,53, em dezembro de 2011, para R\$ 2.483,30, em dezembro de 2012, a preços de dezembro de 2012. Tal variação representa um expressivo crescimento de 7,48%, como resultado de variações positivas nas remunerações médias recebidas pelos homens (7,71%) e pelas mulheres (7,46%).

Em dezembro de 2012, o número de empregos formais totalizava 4.461.706 no Rio de Janeiro. Os setores com os melhores desempenhos, em números absolutos, foram os Serviços, que criaram 70,9 mil postos de trabalho (3,77%), a Construção Civil, que gerou 25,9 mil postos (9,92%) e o Comércio, que gerou 25,3 mil postos (3,07%). Em termos relativos, o melhor desempenho foi registrado pela Construção Civil, com crescimento de 9,92% (25,9 mil postos de trabalho). A maior queda do emprego foi observada no setor de Administração Pública (-3,56%), que eliminou 28,6 mil postos de trabalho.

O estoque de empregos por setor é mostrado no gráfico a seguir.

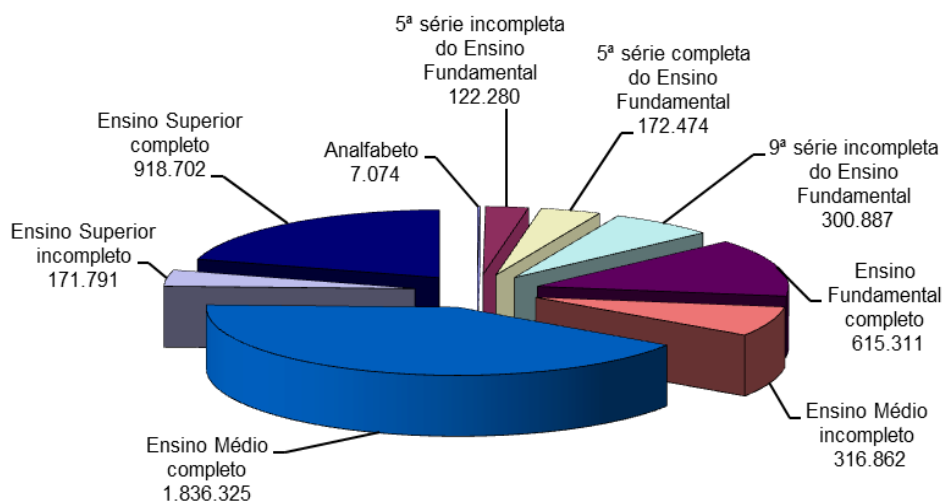
Gráfico 19: Estoque de empregos formais por setor da economia fluminense – dez 2012



Conforme o grau de instrução, os postos de trabalho apresentam no estado a seguinte distribuição:

29 - Disponível em <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/#2>. Acesso em 31.10.2013.

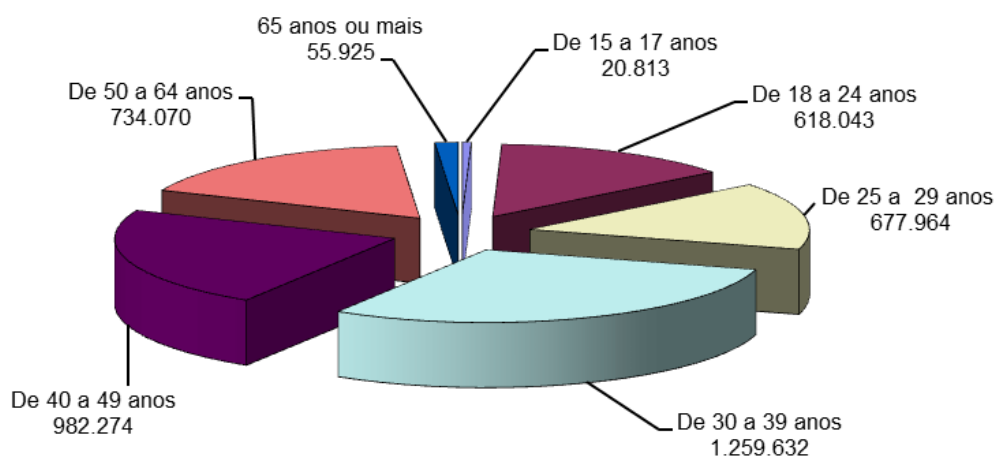
Gráfico 20: Estoque de empregos formais da economia fluminense por grau de instrução – dez 2012



Na comparação com o ano anterior, o maior crescimento observado (100.269 empregos, correspondente a 12,25%) refere-se aos trabalhadores com Ensino Superior completo. A maior redução, em termos absolutos, ocorreu no contingente de trabalhadores com Ensino Fundamental completo, subtraindo-se 26.873 postos. Em termos relativos, a variação negativa do número de trabalhadores com Ensino Superior incompleto chegou a -10,72%, correspondente a menos 20.635 empregos.

De acordo com a faixa etária, a distribuição dos empregos no estado é como segue:

Gráfico 21: Estoque de empregos formais da economia fluminense por faixa etária – dez 2012



Em relação a dezembro de 2011, todas as faixas etárias apresentaram crescimento, com exceção da que vai de 25 a 29 anos, que teve redução de 1,22%, ou menos 8.242 postos de trabalho. O maior crescimento absoluto ocorreu na faixa de 30 a 39 anos, com mais 53.905 empregos, e o maior crescimento relativo incidiu na faixa de 15 a 17 anos, com 10,89%, correspondentes a mais 2.267 postos.

Em seguida, é apresentada a informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED sobre o município em estudo, em comparação com sua microrregião, própria do Ministério do Trabalho para o estado do Rio de Janeiro, a saber:

Tabela 29: Microrregiões e seus municípios, conforme o CAGED

Microrregião CAGED	Municípios que dela fazem parte
Bacia de São João	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim
Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis e Paraty
Barra do Piraí	Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Cantagalo-Cordeiro	Cantagalo, Carmo, Cordeiro e Macuco
Itaguaí	Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica
Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai
Lagos	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema
Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito
Macaé	Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã
Nova Friburgo	Bom Jardim, Duas Barras, Nova Friburgo e Sumidouro
Santo Antônio de Pádua	Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, São José de Ubá e Santo Antônio de Pádua
Rio de Janeiro	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá
Santa Maria Madalena	Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes
Santo Antônio de Pádua	Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá.
Serrana	Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis
Três Rios	Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios
Vale do Paraíba	Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda
Vassouras	Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras

A evolução e a participação no número de empregos formais no município e na microrregião a que pertence encontram-se na tabela que se segue:

Tabela 30: Evolução do mercado de trabalho, conforme o CAGED – Jan a dez 2012

Movimentação	Município	Microrregião
	Qt	Qt
Admissões	361	56.485
Desligamentos	260	51.154
Varição Absoluta	101	5.331
Número de empregos formais (1º jan 2013)	804	131.768
Total de Estabelecimentos (1º jan 2013)	199	9.459

Fonte: CAGED, disponível em [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)

## IV - INDICADORES ECONÔMICOS

### Introdução

A atividade econômica mundial desacelerou no decorrer de 2012, ressaltando-se, em meados do ano, o agravamento da crise fiscal, bancária e política na Europa, a redução no ritmo da recuperação econômica nos EUA, e o aumento da aversão ao risco nos mercados financeiros<sup>30</sup>. Sucedendo a breve recuperação registrada nos EUA, Reino Unido e China no terceiro trimestre, a atividade global voltou a arrefecer, inclusive nos EUA, onde se instalou importante impasse político na tentativa de superar o denominado abismo fiscal. Na área do euro, o processo recessivo em curso no bloco se intensificou no final do ano.

Refletindo esse ambiente, as cotações internacionais das *commodities* permaneceram na trajetória declinante iniciada em 2011, processo interrompido parcialmente no terceiro trimestre, quando ocorreram aumentos nos preços dos grãos e das *commodities* metálicas. Nesse cenário, a trajetória declinante da inflação favoreceu a manutenção de taxas de juros excepcionalmente reduzidas nas economias maduras e o prolongamento dos ciclos monetários e fiscais expansionistas nas economias emergentes.

No Brasil, embora a atividade registrasse menor dinamismo, ocorreu a intensificação do ritmo de crescimento da economia ao longo do ano. Nesse contexto, a demanda doméstica seguiu como o principal suporte da economia, com ênfase no desempenho do consumo das famílias, sustentado pela expansão, ainda que moderada, do crédito, e pelo vigor do mercado de trabalho. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), evidenciando os desdobramentos das incertezas no cenário externo sobre a confiança dos empresários, recuou no ano. O setor externo, após seis resultados negativos em sequência, exerceu contribuição positiva para o PIB em 2012, reversão compatível com o estreitamento da diferença entre os crescimentos das exportações e importações.

A variação do IPCA atingiu 5,84% em 2012, situando-se no intervalo de 2,5% a 6,5% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para o ano, no âmbito do regime de metas de inflação.

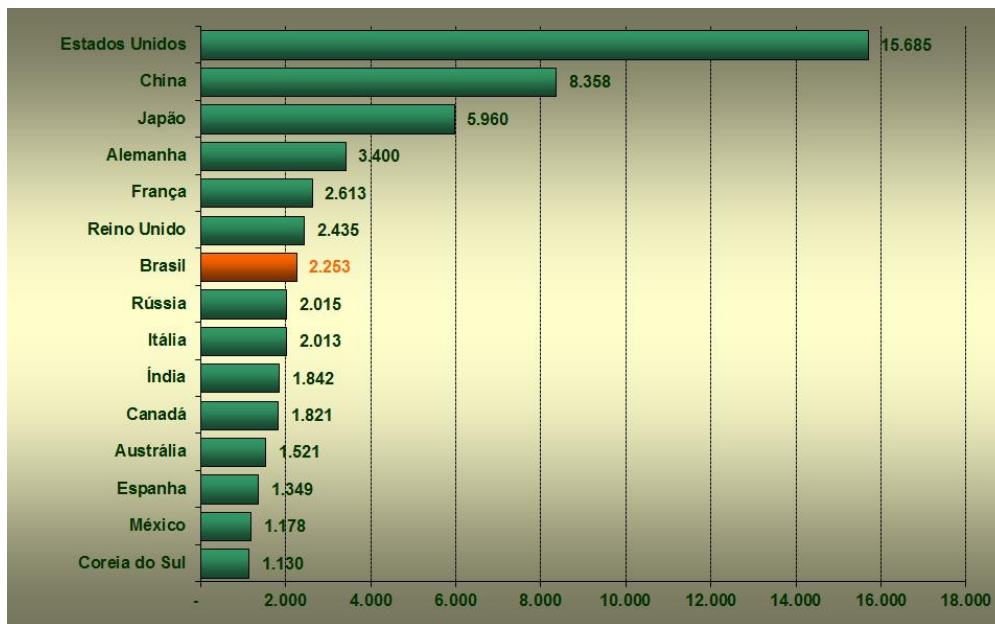
### PIB

Estimado em 71 trilhões de dólares, o PIB mundial cresceu 2,3% em 2012, após uma expansão de 4,2% do ano anterior. Os Estados Unidos seguiram como a maior economia do planeta, com produto da ordem de US\$ 15,68 trilhões<sup>31</sup>. A China permanece como segunda potência, seguida por Japão, Alemanha, França e Reino Unido. O Brasil mantém a sétima posição, com US\$ 2,25 trilhões. A Rússia ultrapassou Itália, Índia e Canadá. Austrália, Espanha, México e Coreia do Sul completam a lista das economias com PIB acima de US\$ 1 trilhão, cujo desempenho é apresentado no gráfico a seguir.

30 - Fonte: Banco Central do Brasil. Acesso em 25.11.2013.

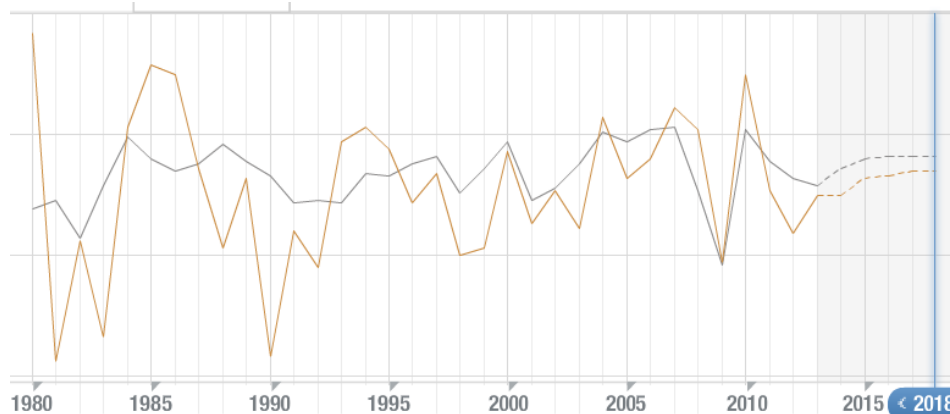
31 - Fonte: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em 26.11.2013.

Gráfico 22: PIB das maiores economias (US\$ trilhões) – 2012



O gráfico seguinte ilustra a variação do PIB do Brasil frente ao desempenho do mundo, segundo o Fundo Monetário Internacional <sup>32</sup>. O país teve poucas marcas superiores à média dos demais países reunidos:

Gráfico 23: Taxa anual de crescimento do PIB 1980-2012 e Projeção do PIB até 2018 – Mundo e Brasil



### Panorama econômico <sup>33</sup>

Dados do IBGE <sup>34</sup> confirmam que o Produto Interno Bruto do Brasil encerrou o ano de 2012 com um crescimento de 0,9% em relação a 2011. No acumulado do ano, o PIB em valores correntes totalizou R\$ 4.402,5 bilhões e o PIB *per capita* alcançou o valor de

32 - Fonte: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em 26.11.2013.

33 - Resumo do trabalho produzido pelo corpo técnico do TCE-RJ por ocasião do exame da Prestação de Contas do Governador do Estado do Rio de Janeiro referente ao exercício de 2012.

34 - IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes (outubro/dezembro 2012).



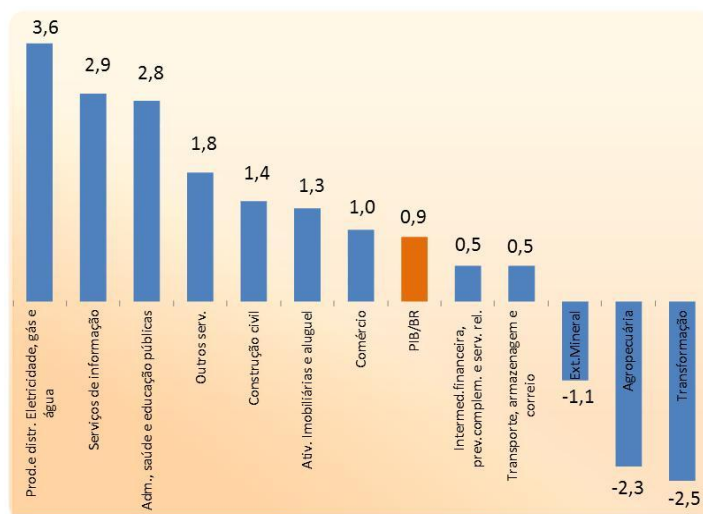
## CARAPEBUS

R\$ 22.402, mantendo-se praticamente estável em relação ao ano anterior. O resultado do PIB não atingiu as expectativas existentes no início do ano, de crescimento de 4%.

Ao longo do ano de 2012, várias medidas foram anunciadas pelo governo federal para estimular a economia, destacando-se as seguintes: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para linha branca e automóveis; corte dos juros básicos da economia; e redução, em mais de R\$ 100 bilhões, dos chamados depósitos compulsórios. O governo federal também reduziu o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF para empréstimos tomados pelas pessoas físicas, deu prosseguimento à desoneração da folha de pagamentos, liberou mais crédito para os estados, anunciou um programa de compras governamentais de R\$ 8,4 bilhões e tomou medidas de defesa da concorrência.

Do ponto de vista setorial, se não fosse o desempenho do setor de serviços (1,7%), a economia brasileira teria crescimento negativo em 2012, uma vez que a agropecuária (-2,3%) e a indústria (-0,8%) contribuíram negativamente para o PIB. Analisando os subsetores da economia, os principais destaques foram para a atividade de produção de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,6%) e serviço de informação (2,9%). Por sua vez, a indústria de extração mineral e a indústria de transformação acumularam quedas de 1,1% e 2,5%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Gráfico 24: PIB e subsetores – Taxa acumulada nos quatro trimestres de 2012 (%)



A indústria brasileira vem sofrendo a concorrência dos importados e aumentando sua especialização na pauta de exportações, firmando-se ano a ano no mercado internacional como um grande exportador de *commodities*. No período de 2004 a 2012, a pauta de exportações brasileira<sup>35</sup>, por fator agregado, apresentou um aumento constante da participação dos produtos básicos, passando de 29,6% para 46,8%, gerando, em contrapartida, uma redução da participação dos manufaturados, de 54,9% para 37,4%. Já os produtos semimanufaturados apresentaram participação praticamente constante no período, passando de 13,9% para 13,6%.

35 - A pauta de exportações brasileira é composta majoritariamente por produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Completam a pauta as operações especiais, com representação de 1,6% e 2,2%, em 2004 e 2012, respectivamente.

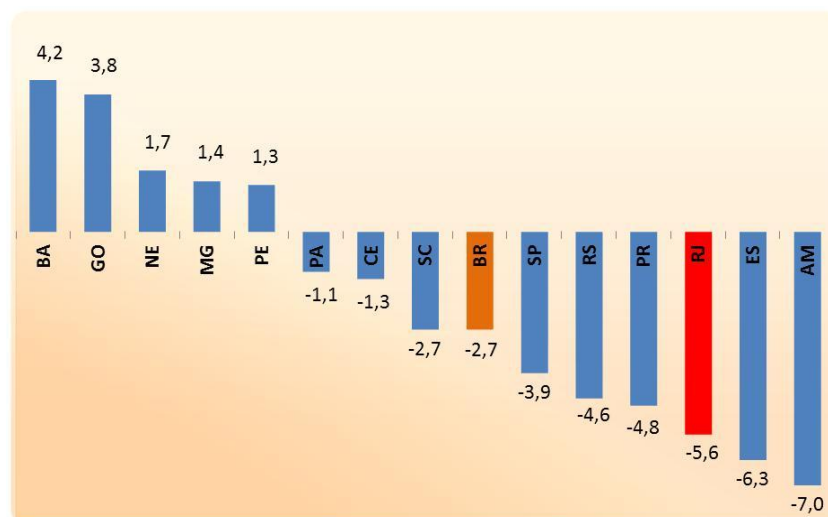
## Inflação

Nos últimos seis anos, a inflação oficial brasileira ultrapassou a meta de 4,5% em quatro anos (2008, 2010, 2011 e 2012), mas não superou o patamar de tolerância estabelecido pela autoridade monetária. A estratégia adotada foi manter, por um período de tempo suficientemente prolongado, a estabilidade das condições monetárias e, assim, garantir a convergência da inflação para a meta. Dessa forma, tolerou-se um patamar de estabilização inflacionário em torno de 5% a 6%, sem aumentar a taxa básica de juros. Em 2012, a maior influência na evolução dos preços ao consumidor medidos pelo IPCA<sup>36</sup> decorreu de aumentos verificados nos grupos alimentação, vestuário e transporte.

## Produção industrial

A produção industrial no ano de 2012, medida através da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, apresentou números negativos em nove das quatorze regiões pesquisadas. O estado do Rio de Janeiro registrou redução de 5,6% em 2012, perda superior à média nacional, que ficou em 2,7%. Segundo o IBGE, o menor dinamismo nas nove regiões de taxa negativa foi particularmente influenciado pelos setores relacionados à fabricação de bens de consumo duráveis (motos, aparelhos de ar-condicionado, fornos de micro-ondas, telefones celulares, relógios, televisores e automóveis) e de bens de capital (especialmente para equipamentos de transporte e para construção), além da menor produção vinda dos setores extrativos (minérios de ferro), têxtil, calçados e couro, vestuário e metalurgia básica.

Gráfico 25: Indicadores da produção industrial – Índice acumulado jan/dez 2012  
(base igual período do ano anterior)



A taxa anualizada da indústria fluminense manteve a trajetória predominantemente descendente iniciada em novembro de 2010. O recuo de 5,6% foi influenciado por um perfil disseminado de taxas negativas que atingiu dez dos treze setores pesquisados. O

36 - IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido mensalmente pelo IBGE.

## CARAPEBUS

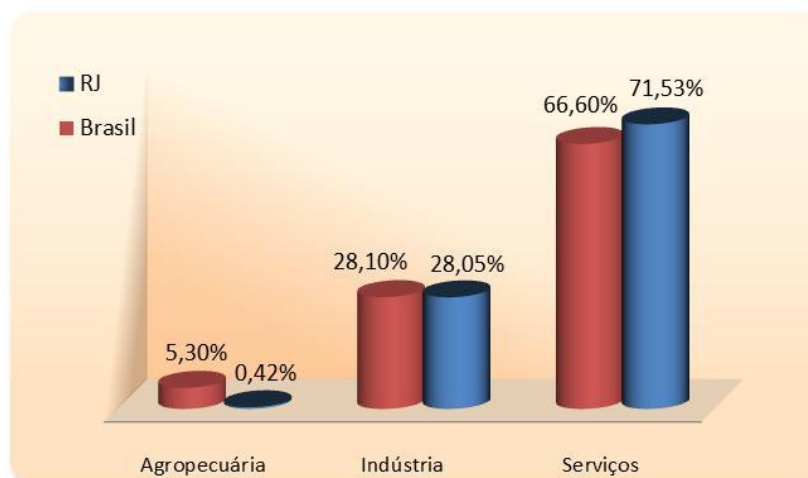
principal impacto negativo sobre a média global ficou com o setor de veículos automotores (-35,5%), pressionado, em grande medida, pela menor produção de caminhões, automóveis e chassis com motor para ônibus e caminhões.

Vale citar também os recuos observados<sup>37</sup> em metalurgia básica (6,4%), alimentos (10,8%), minerais não-metálicos (11,1%) e bebidas (7,1%). Em sentido oposto, o setor de outros produtos químicos (9,5%) exerceu a contribuição positiva mais relevante sobre o total da indústria, impulsionado, em grande parte, pela maior produção de herbicidas para uso na agricultura e de polipropileno.

### Composição do PIB Fluminense

Dados extraídos da publicação Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios, produzida pelo IBGE, mostram que a composição percentual das atividades econômicas no estado variou pouco no período de 2000 a 2010, indicando tendência de estabilização. Comparando-se a composição do PIB estadual com o do Brasil, no ano de 2010, verifica-se que a maior disparidade se observa na agropecuária, que praticamente é inexistente no estado (0,42%). Por sua vez, os serviços (71,53%) são superiores à média nacional (66,60%), enquanto a indústria apresenta proporção semelhante à média nacional.

Gráfico 26: PIB por atividade econômica – Estado do RJ e Brasil – 2010 (%)



Fonte: IBGE e CEPERJ. Elaboração CEA/TCE-RJ.

### Indústria

A participação da atividade industrial do Rio de Janeiro na média nacional fechou o ano de 2009 em 10,60%. Por setor, as indústrias de extração, transformação e construção civil do estado apresentaram participação de 49,15%, 6,56% e 10,67%, respectivamente, em relação à atividade industrial nacional<sup>38</sup>.

37 - Principais quedas verificadas: em metalurgia básica (folhas-de-flandres, barras de aço ao carbono e ligas de alumínio em formas brutas); em alimentos (produtos embutidos ou de salami, café torrado e moído, preparações e conservas de peixes e farinha de trigo); em minerais não-metálicos (granito talhado e cimentos portland); em bebidas (cervejas, chope e refrigerantes).

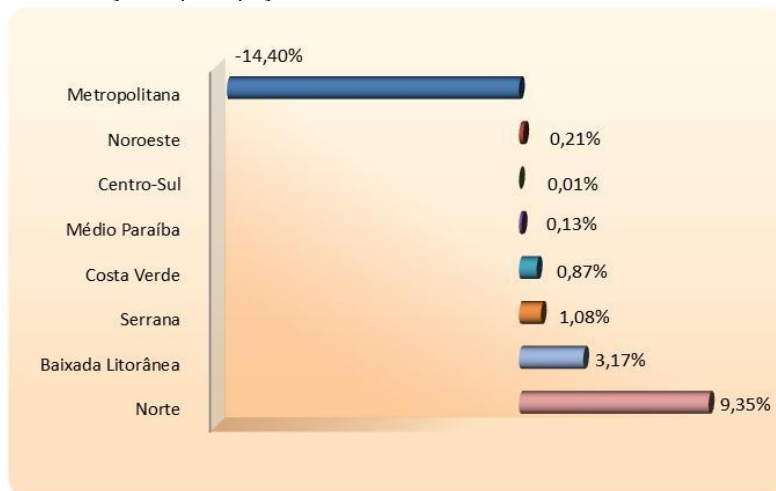
38 - Os dados disponíveis comparativos da atividade industrial entre os estados limitam-se ao exercício de 2009.

A indústria de transformação não apresentou grandes variações. A taxa média de participação na composição nacional foi de 6,46%, no período 2000/2009. Os dados revelam uma recuperação industrial limitada à indústria extrativista, que saiu de uma participação de 41,91% da média nacional, em 2000, para 49,15%, em 2009, influenciada pela extração de petróleo.

Sobre a variação do PIB industrial do estado, no período 2000/2010, apurado em relação às suas oito regiões de governo <sup>39</sup>, verifica-se uma tendência de expansão da atividade industrial para o interior. A Região Metropolitana apresenta uma perda de participação de 14,40%. Por outro lado, a região que mais ampliou sua participação foi o Norte Fluminense, que saiu de uma participação de 19,38%, em 2000, para 28,73%, em 2010, um incremento de 9,35% motivado pela expansão da indústria extrativista.

Os municípios que mais se destacaram positivamente no período foram Campos dos Goytacazes (5,78%), São João da Barra (2,65%), Porto Real (2,07%) e Cabo Frio (2,03%). Já como destaque negativo, o município do Rio de Janeiro perdeu uma participação relativa de 12,60%.

Gráfico 27: Variação da participação relativa no PIB industrial – Estado do RJ – 2000/2010 (%)



Fonte: IBGE e CEPERJ. Elaboração CEA/TCE-RJ.

### Indústria do Petróleo e Gás Natural

Os dados e informações apresentados nesta seção foram extraídos do Anuário Estatístico Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis de 2012, da ANP <sup>40</sup>, e revelam que, em 2011, o Brasil ocupou a 14<sup>a</sup> posição no *ranking* mundial de países com as maiores reservas provadas de petróleo.

As reservas totais de petróleo do Brasil foram contabilizadas em 30 bilhões de barris. Já as reservas provadas atingiram a marca de 15 bilhões de barris. Das reservas provadas, o estado do Rio de Janeiro representa 80,7% do total <sup>41</sup>.

39 - Os dados disponíveis da atividade industrial no Rio de Janeiro limitam-se ao exercício de 2010.

40 - ANP: Agência Nacional do Petróleo. Nota: o Anuário Estatístico publicado em 2012 apresenta dados de 2011.

41 - Composição da distribuição das reservas provadas de petróleo, em 2011: RJ = 80,7%; ES = 8,9%; SP = 2,5%; Outros = 7,9%.

## CARAPEBUS

Quanto ao gás natural, em 2011, o país ficou na 31ª colocação no *ranking* das reservas provadas. As reservas totais do Brasil alcançaram 906 bilhões de metros cúbicos, e as provadas, 459,4 bilhões. Similarmente ao petróleo, a maior parte das reservas provadas de gás natural encontra-se em reservatórios marítimos. A participação do estado do Rio de Janeiro nas reservas provadas representou 54,4% do volume nacional <sup>42</sup>.

Segundo a ANP, em 2011, a produção nacional de petróleo ultrapassou a marca de 768,5 milhões de barris <sup>43</sup>, o que situou o Brasil na 13ª colocação no *ranking* mundial de produtores. Nos últimos 10 anos, o crescimento médio anual da produção brasileira foi de 4,2%.

Dados do setor produtivo revelam que 9.043 poços foram responsáveis pela produção nacional em 2011, sendo 8.274 em terra e 769 em mar. A produção *offshore* correspondeu a 91,4% do total, sendo o Rio de Janeiro responsável por 81% dessa produção e 74% da produção total (568,69 milhões de barris). Desde 2010, o Rio de Janeiro vem produzindo menos, mas no acumulado dos últimos 10 anos seu crescimento anual foi de 2,9%.

Em terra, o Rio Grande do Norte foi o estado que mais produziu: 18,6 milhões de barris.

Do total de gás natural produzido em 2011 <sup>44</sup> (24,1 bilhões de m<sup>3</sup>), 73,3% (17,7 bilhões de m<sup>3</sup>) eram de gás associado ao petróleo. O Rio de Janeiro foi o estado com a maior produção: 9,4 bilhões de m<sup>3</sup>, representando 39,0% do total produzido.

Segundo divulgado pela ANP, através da Consolidação das Participações Governamentais e de Terceiros no ano de 2012, foram distribuídos, a título de *royalties*, R\$ 15,6 bilhões entre os diferentes entes da federação <sup>45</sup>. Couberam ao estado do Rio de Janeiro cerca de R\$ 3 bilhões (19,0%), e aos seus municípios, R\$ 3,2 bilhões (20,2%).

Quanto às participações especiais, que totalizaram cerca de R\$ 15,9 bilhões, couberam ao estado cerca de R\$ 5,3 bilhões (33,2%), e aos seus municípios, R\$ 1,3 bilhão (8,3%).

### Investimento

O relatório Contas Nacionais Trimestrais (out/dez 2012), do IBGE, revelou que, em 2012, a taxa de investimento do Brasil foi de 18,1% do PIB, inferior à taxa do ano anterior, de 19,3%. A taxa de poupança também foi menor, de 14,8%, em 2012, ante 17,2%, no ano anterior.

O setor produtor de bens de capital recuou 14,7%, apontando queda mais intensa em junho de 2012 (-15,5%), e foi influenciado pelos resultados negativos observados em todos os seus subsetores, com destaque para bens de capital para equipamentos de

42 - Composição da distribuição das reservas provadas de gás natural, em 2011: RJ = 54,4%; SP = 12,8%; AM = 12,5%; ES = 9,7%; BA = 6,6%; Outros = 4,0%.

43 - Composição da produção total de petróleo, em 2011: RJ = 74,0%; ES = 15,1%; RN = 2,8%; BA = 2,1%; SE = 2,0%; SP = 1,8%; AM = 1,7%; Outros = 0,6%.

44 - Composição da produção total de gás natural, em 2011: RJ = 39,0%; ES = 18,0%; AM = 17,3%; BA = 10,6%; SP = 5,4%; Outros = 9,7%.

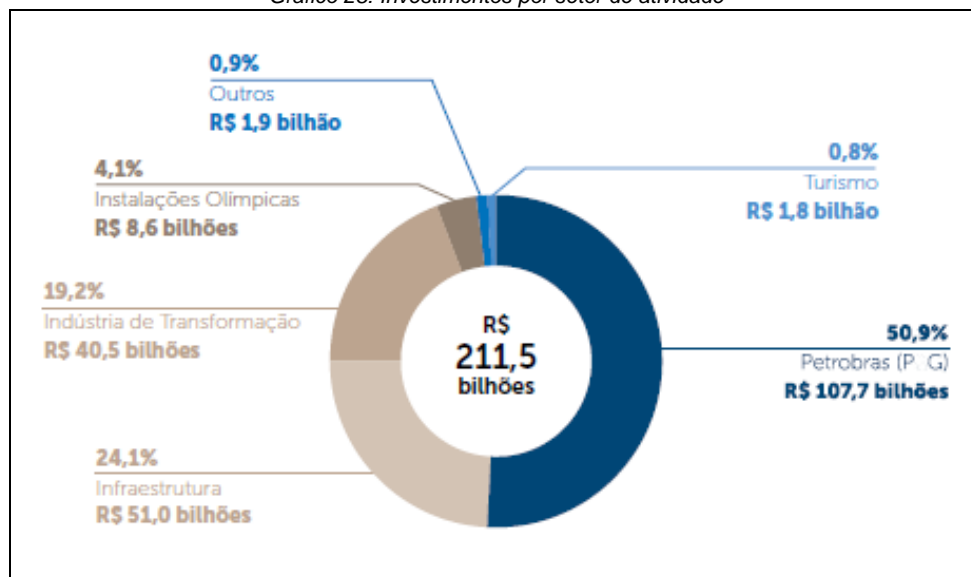
45 - Valores consolidados de *royalties* mais participações especiais, em 2012: estado do RJ = R\$ 8,2 bilhões; municípios do estado do RJ = R\$ 4,5 bilhões; estado mais municípios do RJ = R\$ 12,7 bilhões.

transporte (-15%), ainda bastante pressionado pela menor fabricação de caminhões, caminhão-trator para reboques e semirreboques, chassis com motor para caminhões e ônibus, reboques e semirreboques e carrocerias para ônibus.

Pela ótica da demanda, a formação bruta de capital fixo – FBCP<sup>46</sup> no Brasil, em 2012, registrou redução de 4% em relação à igual período do ano anterior, em face da queda da produção interna de máquinas e equipamentos.

Informações da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN sobre investimentos previstos para o estado do Rio de Janeiro, no triênio 2012/2014, divulgados no informativo Decisão Investimentos Rio, preveem que serão investidos cerca de R\$ 211,5 bilhões no período, 50,9% desses recursos em projetos de extração de petróleo e gás, pela Petrobrás e seus parceiros, 24,1% em infraestrutura, 19,2% pela indústria de transformação, 4,1% em instalações químicas, 0,8% em turismo e 0,9% em outros setores.

Gráfico 28: Investimentos por setor de atividade



Fonte: FIRJAN, Decisão Investimento Rio 2012/2014

## Situação da economia estadual em 2011

De acordo com a Fundação Ceperj<sup>47</sup>, o Produto Interno Bruto do estado do Rio de Janeiro totalizava R\$ 462.376 milhões ao fim de 2011. A economia estadual apresentou, naquele ano, crescimento real de 2,13%, inferior ao de 2010, que foi de 4,46%. Este resultado foi também menor do que o nacional, que registrou uma taxa de variação de 2,7%. O estado respondeu, em 2011, por 11,2% do PIB do país, sendo superado apenas por São Paulo (32,5%) e seguido por Minas Gerais (9,4%). Sua renda

46 - Formação bruta de capital fixo: mede o quanto as empresas aumentaram os seus bens de capital, ou seja, aqueles bens que servem para produzir outros bens. São basicamente máquinas, equipamentos e material de construção. Ele é importante porque indica se a capacidade de produção do país está crescendo e também se os empresários estão confiantes no futuro. Fonte: IPEA.

47 - Projeto Contas Regionais do Brasil – Produto Interno Bruto – PIB do Estado do Rio de Janeiro – 2011, parceria entre IBGE e órgãos estaduais de estatística, publicado em novembro de 2013 no site <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>.

## CARAPEBUS

*per capita* foi de R\$ 28.696,42, inferior apenas a Distrito Federal (R\$ 63.020,02) e São Paulo (R\$ 32.449,06).

As atividades econômicas que registraram maiores taxas de variação de volume foram alojamento e alimentação (10,4%); transporte e armazenagem (8,8%), com destaque para o transporte aéreo; comércio e serviços de reparação (7,3%); e construção civil (6,9%).

Cumprir observar que a atividade extrativa mineral – petróleo, embora tenha apresentado queda no índice de volume em 2011 (-4,2%), apresentou crescimento significativo no índice de preço, por conta do aumento de 40% do petróleo em 2011. Em consequência, o estado do Rio de Janeiro aumentou sua participação no PIB do país de 10,8% em 2010 para 11,2% em 2011.

### **Agricultura, pecuária e pesca**

A agropecuária, responsável por 0,43% do valor adicionado do estado, apresentou, em 2011, taxa de variação positiva de 4,3%, em função dos bons resultados do setor agrícola. As atividades de pecuária e pesca tiveram desempenhos modestos, com taxas de crescimento próximo de zero.

### **Indústria**

Com relação à taxa de variação do volume do setor industrial, o Rio de Janeiro encerrou 2011 com um desempenho negativo de 0,54%, muito inferior ao alcançado em 2010, de 5,6%. A indústria extrativa – petróleo, conforme comentado, embora tenha apresentado crescimento significativo no índice de preços, apresentou resultado negativo em volume produzido (-4,2%). O setor de petróleo ganhou em participação, passando de 9,8% para 14,5% do valor adicionado.

A indústria de transformação, que representa 8,0% do valor adicionado, apesar de apresentar taxa de variação negativa no volume (-0,2%), mostrou desempenho positivo na produção de caminhões e ônibus (21,3%), automóveis (3,8%), refino de petróleo (2,6%) e etanol (15,8%).

O setor de produção e distribuição de energia, gás, água e limpeza urbana, com participação de 2,2% no valor adicionado, registrou taxa negativa (-5,3%), enquanto a construção civil, que participa com 5,7% no valor adicionado, apresentou taxa de variação positiva de 6,9%, com destaque para o segmento das obras públicas.

### **Serviços**

O setor de serviços, responsável por 69,2% do valor adicionado, apresentou crescimento de 3,1% na comparação com o ano anterior. Os bons desempenhos dos setores de alojamento e alimentação e de transporte devem-se ao fluxo decorrente de eventos que têm ocorrido principalmente na capital.

As tabelas a seguir demonstram a evolução do PIB estadual em relação ao Brasil e o desempenho dos subsetores.

Tabela 31: PIB, PIB per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 1995-2011

Ano	Rio de Janeiro				Brasil		Relação PIB RJ/ PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto			População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)	Produto Interno Bruto Em R\$ 1.000.000	
	Em R\$1.000.000	Volume					
		Índice 1995=100	Variação anual (%)				
1995	78.944,95	100	-	13.642.758	5.786,58	705.640,89	11,19
1996	94.684,07	100,99	0,99	13.795.558	6.863,37	843.965,63	11,22
1997	104.424,11	101,95	0,95	13.947.862	7.486,75	939.146,62	11,12
1998	114.177,72	102,75	0,78	14.107.866	8.093,20	979.275,75	11,66
1999	127.218,91	103,2	0,44	14.319.537	8.884,29	1.064.999,71	11,95
2000	139.754,79	105,86	2,57	14.493.715	9.642,44	1.179.482,00	11,85
2001	152.098,91	106,78	0,87	14.668.977	10.368,75	1.302.135,03	11,68
2002	171.371,99	110,87	3,82	14.846.102	11.543,23	1.477.821,77	11,6
2003	188.014,96	109,64	-1,11	15.024.965	12.513,50	1.699.947,69	11,06
2004	222.945,04	113,17	3,22	15.203.750	14.663,82	1.941.498,36	11,48
2005	247.017,53	116,51	2,95	15.383.407	16.057,40	2.147.239,29	11,5
2006	275.327,13	121,15	3,99	15.561.720	17.692,59	2.369.483,55	11,62
2007	296.767,78	125,53	3,62	15.420.450	19.245,08	2.661.344,53	11,15
2008	343.182,07	130,74	4,15	15.872.362	21.621,36	3.031.864,49	11,32
2009	353.878,14	133,3	1,96	16.010.429	22.102,98	3.239.404,05	10,92
2010	407.122,79	139,25	4,46	15.993.583	25.455,38	3.770.084,87	10,8
2011	462.376,21	142,22	2,13	16.112.678	28.696,42	4.143.013,33	11,16

Fonte: CEPERJ/ IBGE

Tabela 32: Participação da atividade no valor adicionado bruto a preço básico – RJ – 2011

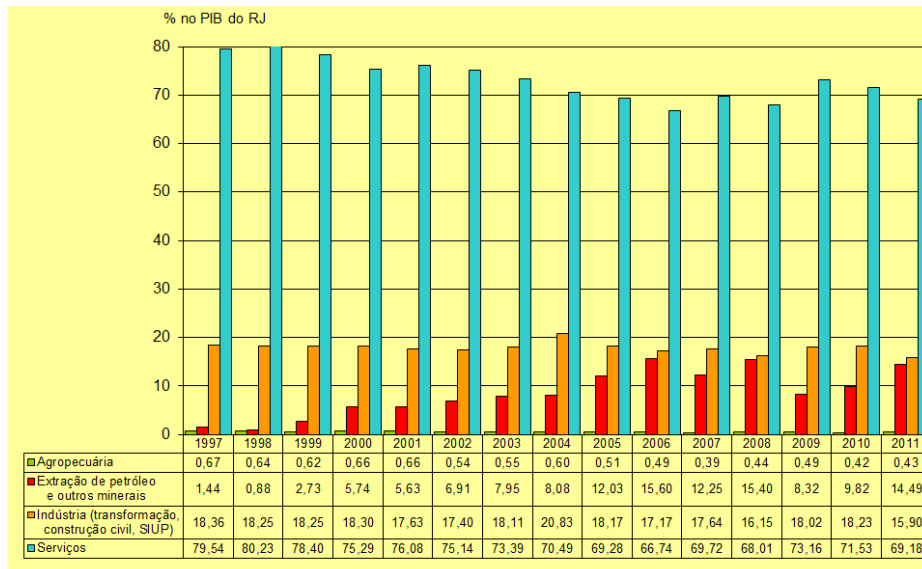
Atividades	Participação (%)
AGROPECUÁRIA	
Agricultura, silvicultura e exploração vegetal	0,24
Pecuária e pesca	0,19
INDÚSTRIA	
Indústria extrativa	14,49
Indústria de transformação	7,97
Construção civil	5,71
SIUP - Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,22
SERVIÇOS	
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,67
Serviços de alojamento e alimentação	2,77
Transportes, armazenagem e correio	5,43
Serviços de informação	4,60
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	6,10
Serviços prestados às famílias e associativas e serviços domésticos	3,94
Serviços prestados às empresas	6,01
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,43
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	18,12
Saúde e educação mercantis	3,10

Fonte: CEPERJ/IBGE - Contas Regionais do Brasil. Nota: total alcança 99,99 por conta dos arredondamentos.



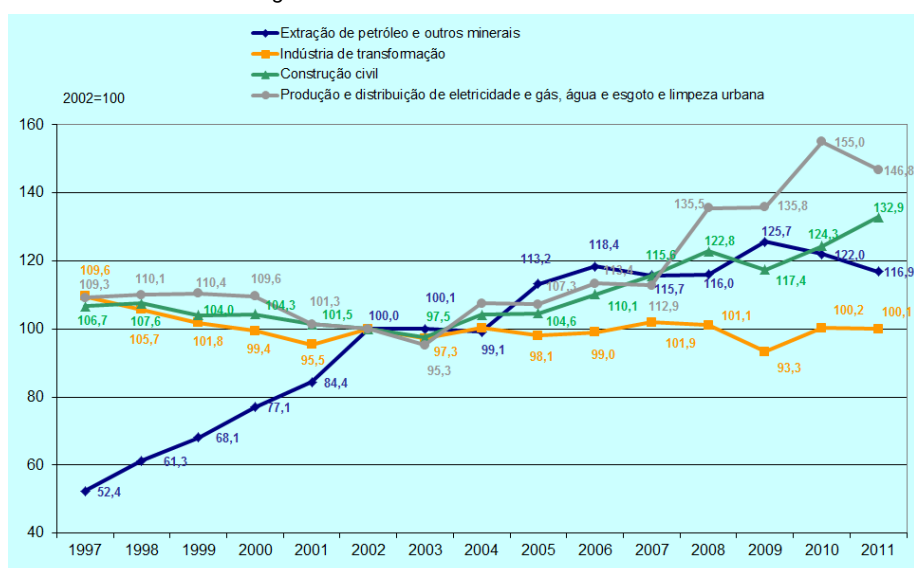
Com exceção dos anos de 2007 e 2009, na última década o setor de serviços perdeu espaço em sua participação no PIB estadual para a indústria extrativa, em vermelho no gráfico que segue:

Gráfico 29: Evolução da participação da indústria extrativa no valor adicionado bruto a preço básico – 1997-2011



O gráfico a seguir ilustra a pujança da indústria extrativa, em azul escuro, o recuo e posterior recuperação dos SIUP e da construção civil e a estagnação da indústria de transformação, em laranja. Ao tomar o ano de 2002 como índice 100, os avanços e recuos são facilmente identificáveis:

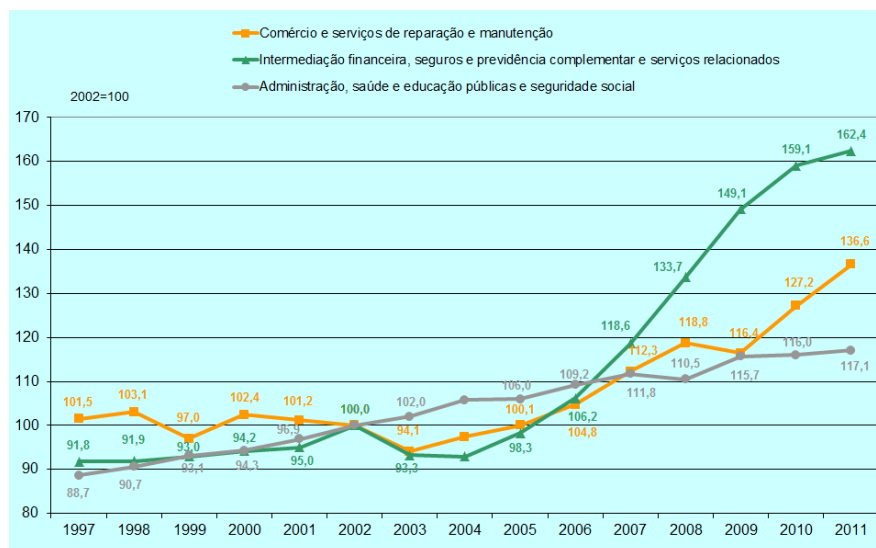
Gráfico 30: Evolução do índice acumulado do volume do valor adicionado a preço básico, segundo atividades da indústria – 1997-2011



No setor de serviços, a administração pública apresentou crescimento consistente e superior à variação populacional, tendo ocorrido forte recuperação da intermediação

financeira nos anos recentes. Comércio, porém, passou anos em situação pior que a registrada em 1995, somente reagindo a partir de 2006 e registrando recuo em 2009.

Gráfico 31: Evolução do índice acumulado do volume do valor adicionado a preço básico, segundo atividades de serviços – 1997-2011



## PIB regional e dos municípios de 2006 a 2011

No contexto regional ou municipal, a metodologia para apuração do PIB adotada pela Fundação Ceperj segue aquela do IBGE e apresenta apenas os três setores de atividade econômica, abrindo detalhamento somente ao subsetor de administração pública. A mudança, ocorrida há alguns anos, também excluiu a separação da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, passando a integrar as produções industriais de municípios.

O rateio da produção de petróleo e gás natural, no caso de dois ou mais municípios serem confrontantes com o mesmo campo no mar, será proporcional à área de campo contida entre as linhas de projeção dos limites territoriais do município, até a linha de limite da plataforma continental. Mas esse dado não é divulgado e, por conseguinte, a evolução do desempenho da indústria fica mascarada pela impossibilidade de separação da atividade extração de petróleo e gás dos demais subsetores industriais.

Em virtude dessas restrições, o presente tópico <sup>48</sup> analisará a evolução dessas quatro variáveis: agropecuária, indústria, serviços e administração pública nos níveis estadual e regional, apresentando, ao final, os comportamentos dos municípios frente à sua região e ao conjunto do estado do Rio de Janeiro. De acordo com a Fundação CEPERJ, em 2011, cinco municípios destacaram-se na liderança das participações no PIB do estado e mantiveram suas posições no *ranking*, com exceção da troca entre Campos dos Goytacazes e Duque de Caxias, e concentraram 64,9% da economia fluminense, contra 65,0% em 2010: Rio de Janeiro (46,7% em 2010 e 45,3% em 2011);

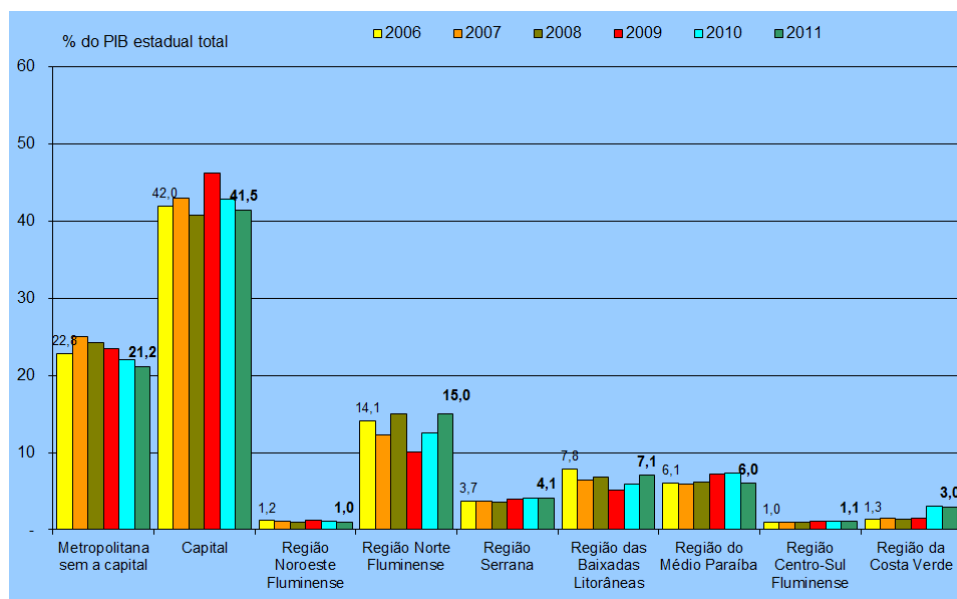
48 - A Fundação Ceperj utiliza como referência básica os resultados dos projetos Contas Regionais do Brasil e PIB Municipal, desenvolvidos pelo IBGE com a participação, entre outros, dos órgãos estaduais de estatística. Disponível em novembro de 2013 no sítio <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>.

CARAPEBUS

Duque de Caxias (6,5% e 5,8%); Campos dos Goytacazes (6,3% e 8,0%); Macaé (2,7% e 2,7%) e Niterói (2,8% e 3,1%).

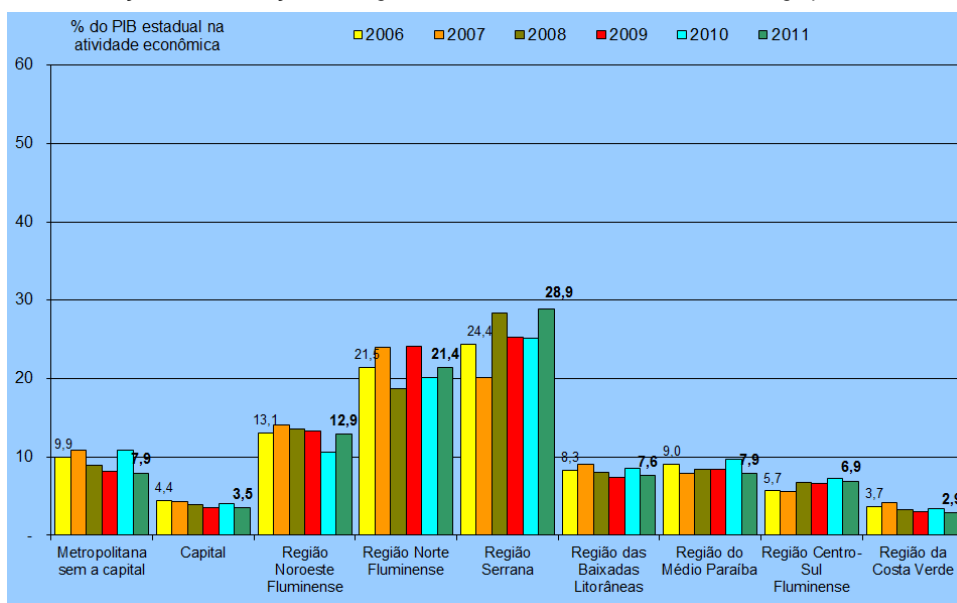
O gráfico seguinte traz a evolução da participação de cada região ao valor adicionado bruto do estado.

Gráfico 32: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual – 2006-2011



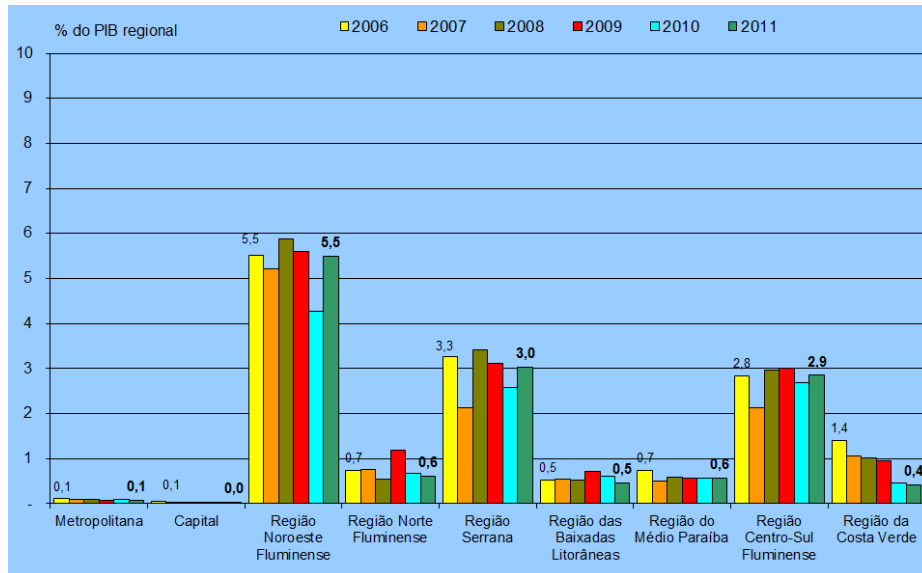
Os cinco municípios com maiores participações na agropecuária em 2011 foram Teresópolis (9,7%), Campos dos Goytacazes (7,0%), São Francisco de Itabapoana (5,8%), Sumidouro (5,1%) e Nova Friburgo (3,8%). As regiões Serrana (28,93%) e Norte Fluminense (21,36%) seguem sendo o celeiro estadual.

Gráfico 33: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na agropecuária – 2006-2011



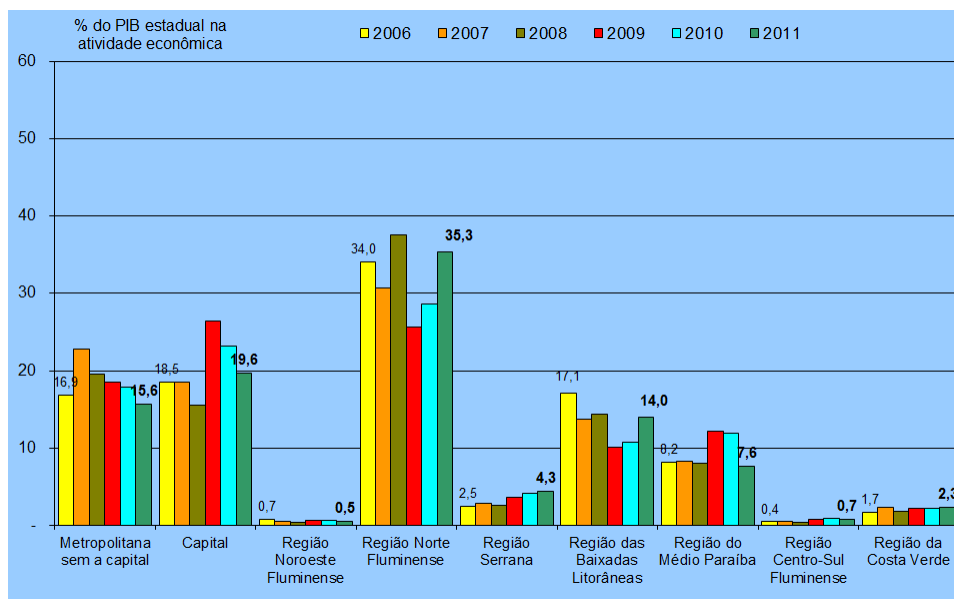
Ainda no setor agropecuário, o peso que a atividade teve na produção segue pouco representativo, com exceção das regiões Noroeste Fluminense, Serrana e Centro-Sul, conforme se observa no próximo gráfico.

Gráfico 34: Evolução da contribuição da agropecuária na economia regional – 2006-2011



A indústria respondeu por 30,4% do valor adicionado em 2011. Os cinco municípios que encerraram o ano com maiores participações no ranking foram Campos dos Goytacazes (23,8%), Rio de Janeiro (19,6%), Duque de Caxias (6,3%), Rio das Ostras (5,9%) e Cabo Frio (5,0%). Voltou a ganhar espaço a petroleira Região Norte Fluminense, aproximando-se do pico alcançado em 2008. Seguem-se a capital e as regiões Metropolitana (sem a capital), Baixadas Litorâneas e Médio Paraíba. O gráfico ilustra a evolução no período:

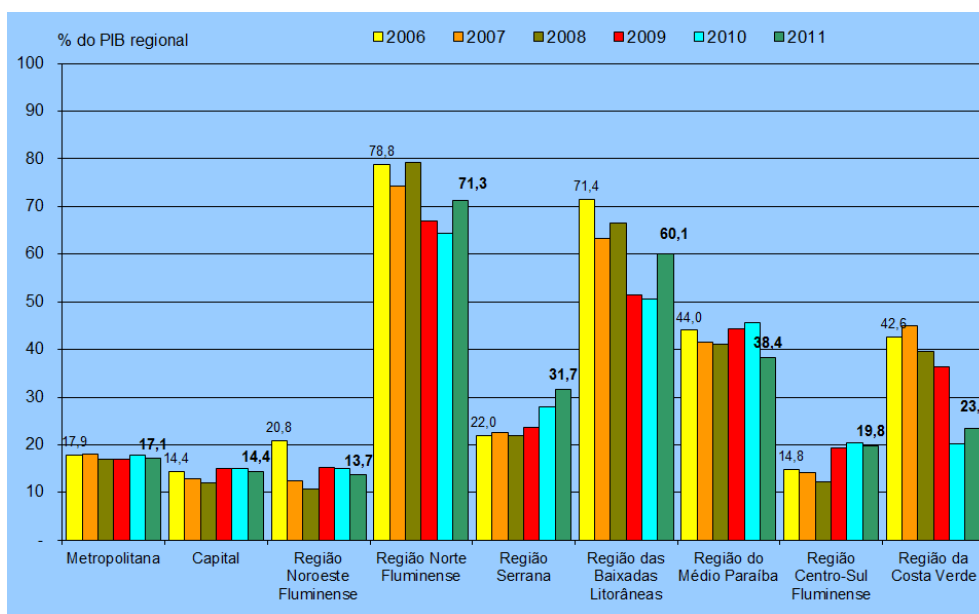
Gráfico 35: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na indústria – 2006-2011



CARAPEBUS

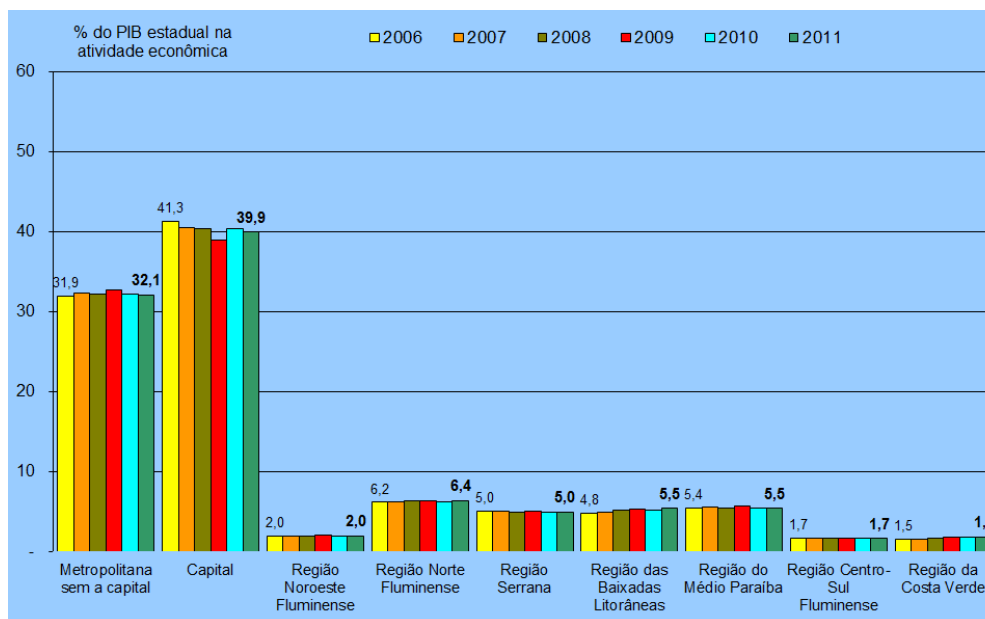
O setor industrial prevalece nas regiões confrontantes à Bacia de Campos. No período analisado, a indústria cresceu em importância nas regiões Serrana e Centro-Sul, mas perdeu em participação em todas as demais.

Gráfico 36: Evolução da contribuição da indústria na economia regional – 2006-2011



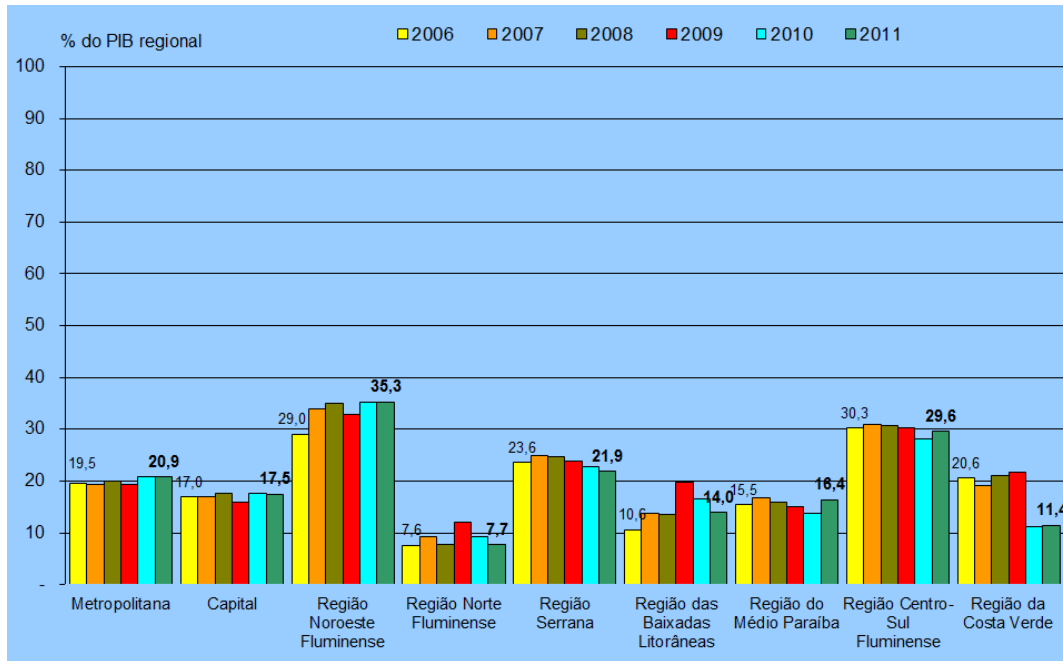
Na capital e na Região Metropolitana estão concentradas as maiores contribuições para o PIB estadual de serviços de administração, saúde e educação públicas e seguridade social. O gráfico evidencia a participação dessa atividade em todas as regiões do estado.

Gráfico 37: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na administração pública – 2006-2011



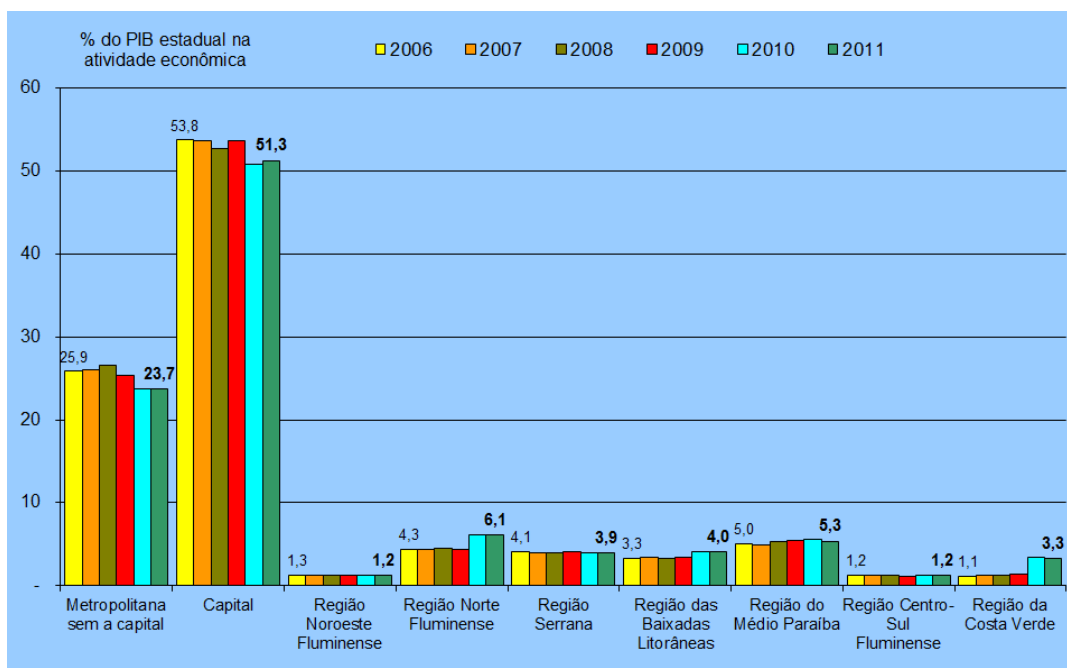
A administração pública chega a representar mais de um terço do PIB da Região Noroeste Fluminense, caindo progressivamente sua participação até chegar ao mínimo no Norte Fluminense, em decorrência da pujança da indústria petrolífera.

Gráfico 38: Evolução da contribuição da administração pública na economia regional – 2006-2011



Serviços como um todo (incluída a administração pública, já apresentada) estão fortemente concentrados na Região Metropolitana. Houve queda da participação dessa atividade em todas as regiões, com exceção da capital, onde cresceu, e do Noroeste Fluminense, onde permaneceu estável.

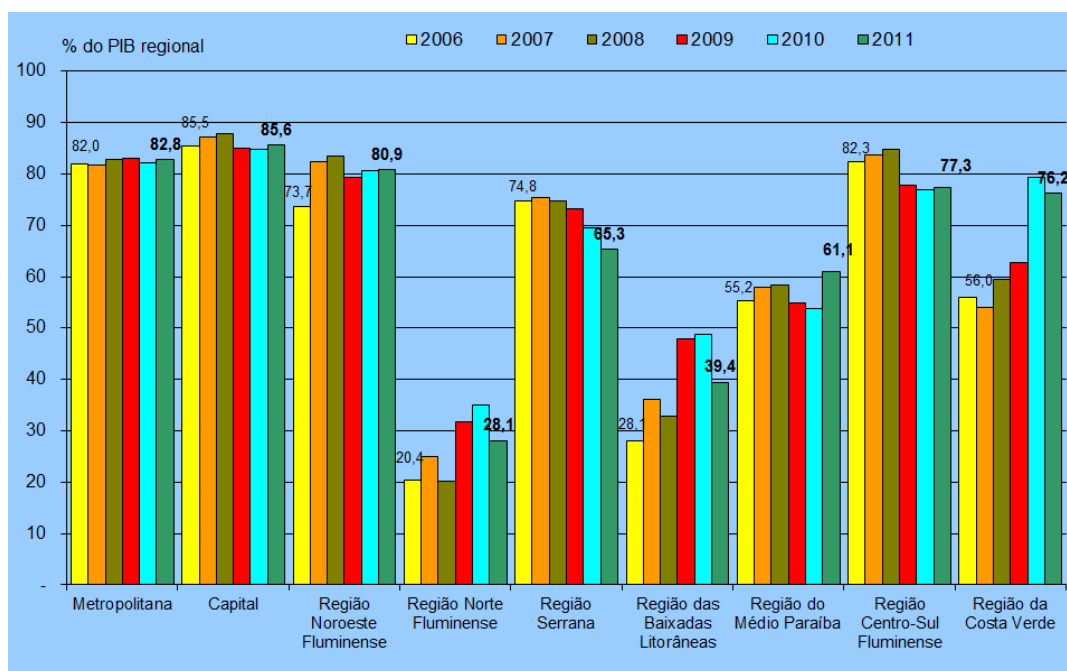
Gráfico 39: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual em serviços – 2006-2011



CARAPEBUS

O setor de serviços como um todo mantém-se preponderante nas economias regionais, com reduzida ênfase no PIB das regiões petrolíferas, infladas por esta indústria que, todavia, ocorre na plataforma continental.

Gráfico 40: Evolução da contribuição de serviços na economia regional – 2006-2011



Os municípios da Região Norte Fluminense apresentaram o seguinte comportamento:

Gráfico 41: Evolução do PIB a preços de mercado – Região Norte Fluminense – R\$ milhões – 2006-2011

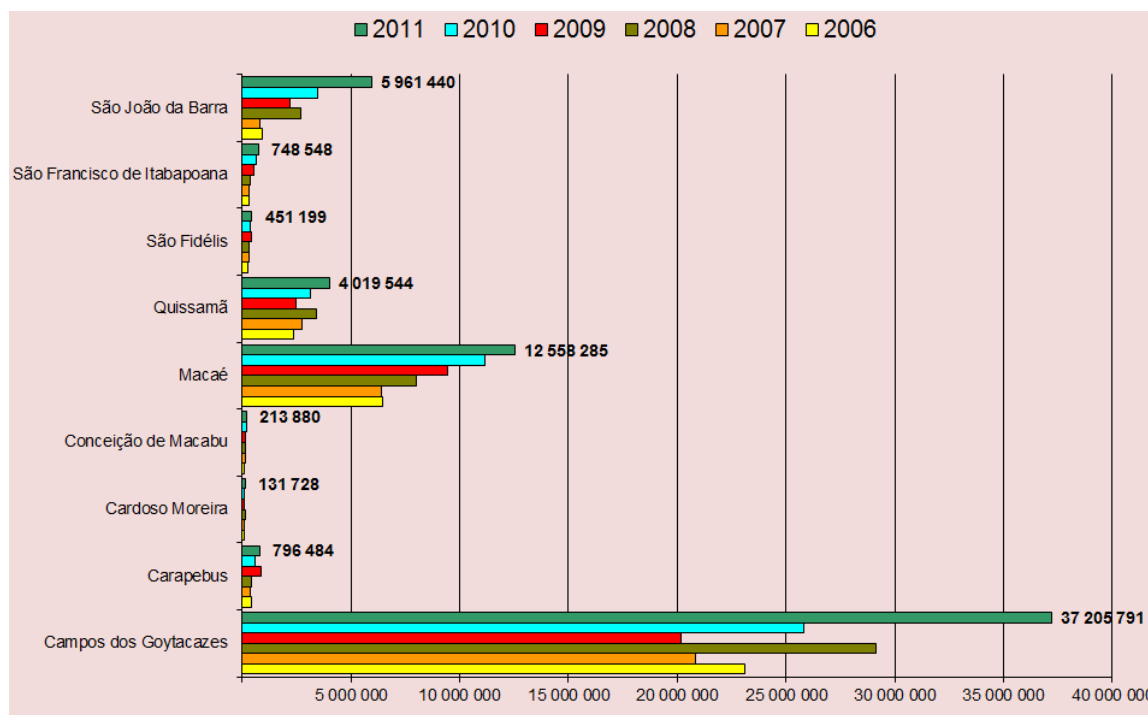


Gráfico 42: Evolução do PIB per capita – Região Norte Fluminense – R\$ – 2006-2011

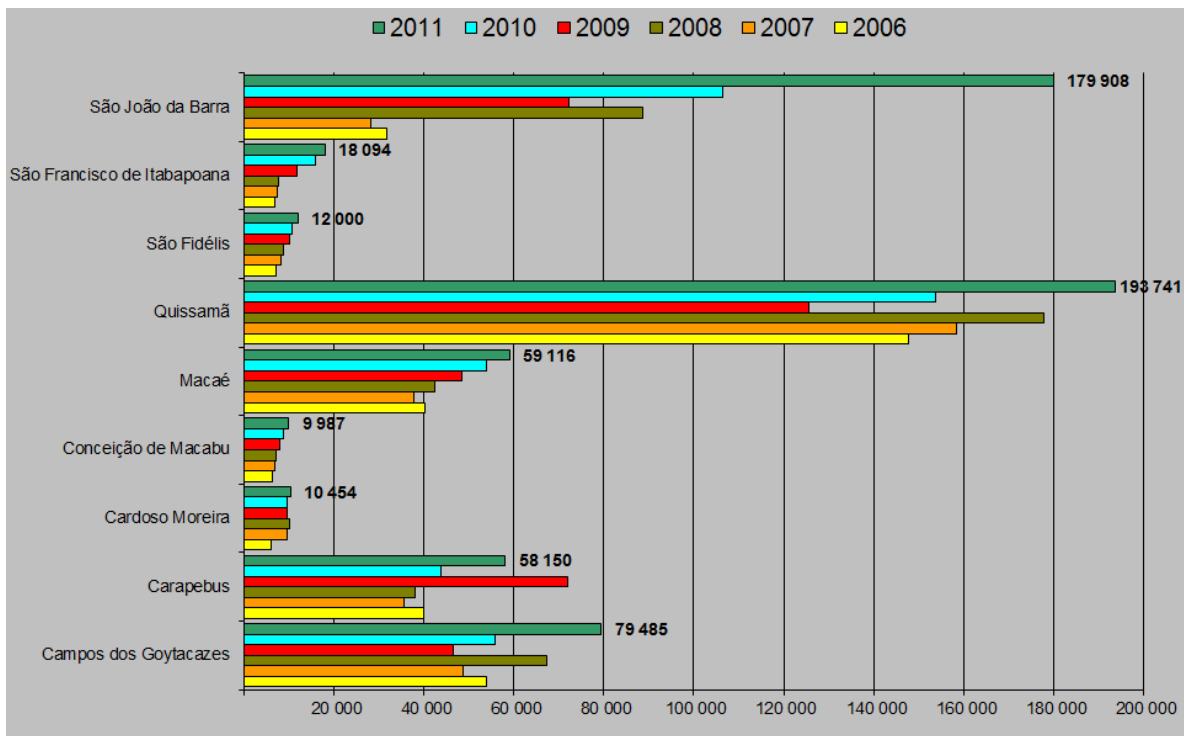


Gráfico 43: Evolução do valor adicionado da agropecuária – Região Norte Fluminense – R\$ milhões – 2006-2011

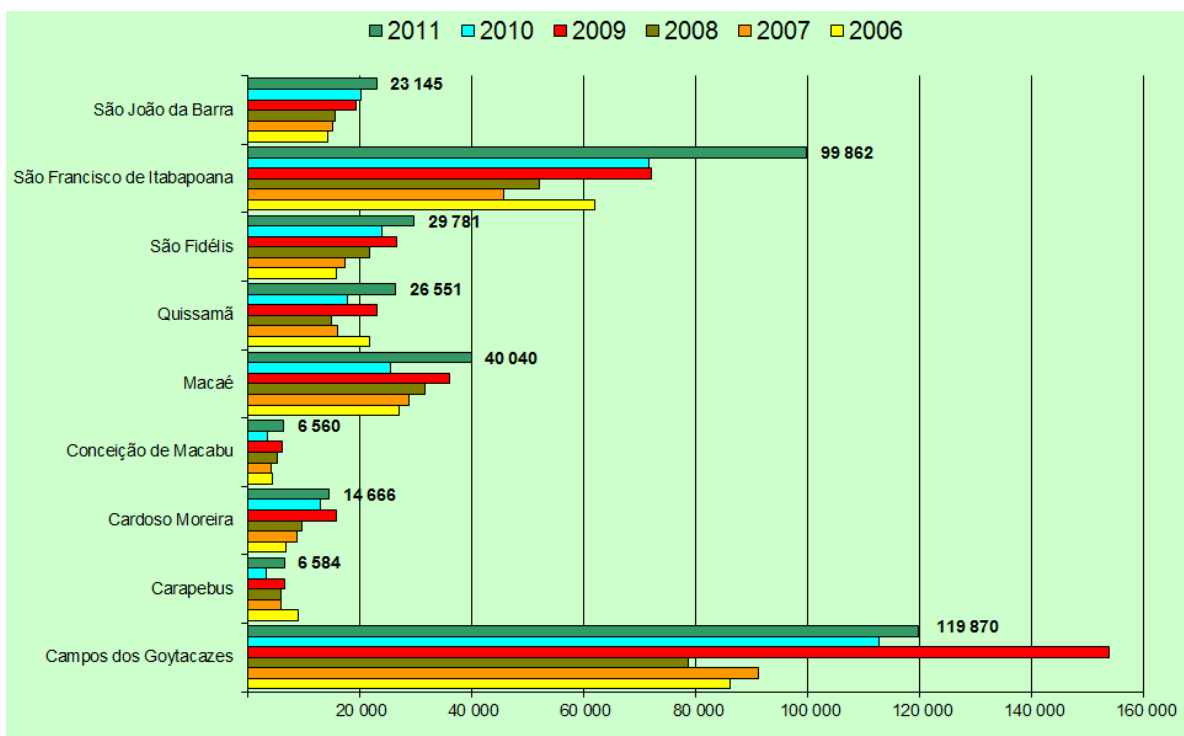




Gráfico 44: Evolução do valor adicionado da indústria – Região Norte Fluminense – R\$ milhões – 2006-2011

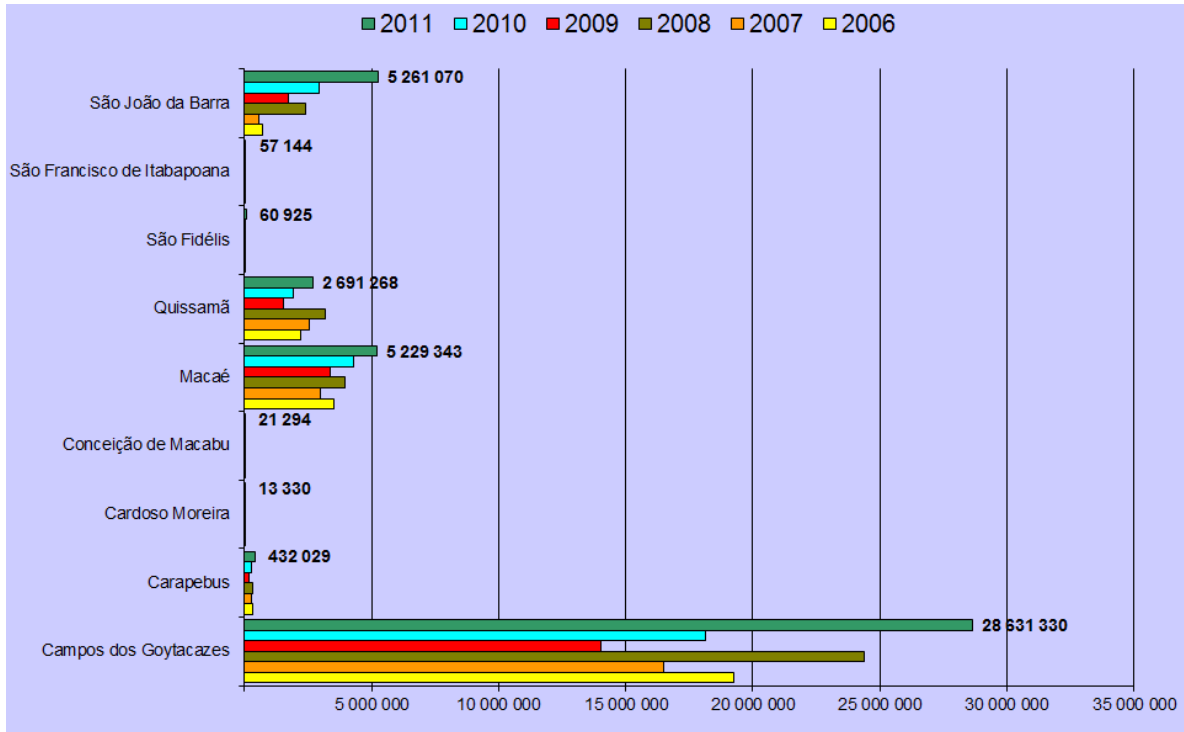


Gráfico 45: Evolução do valor adicionado da adm. pública – Região Norte Fluminense – R\$ milhões – 2006-2011

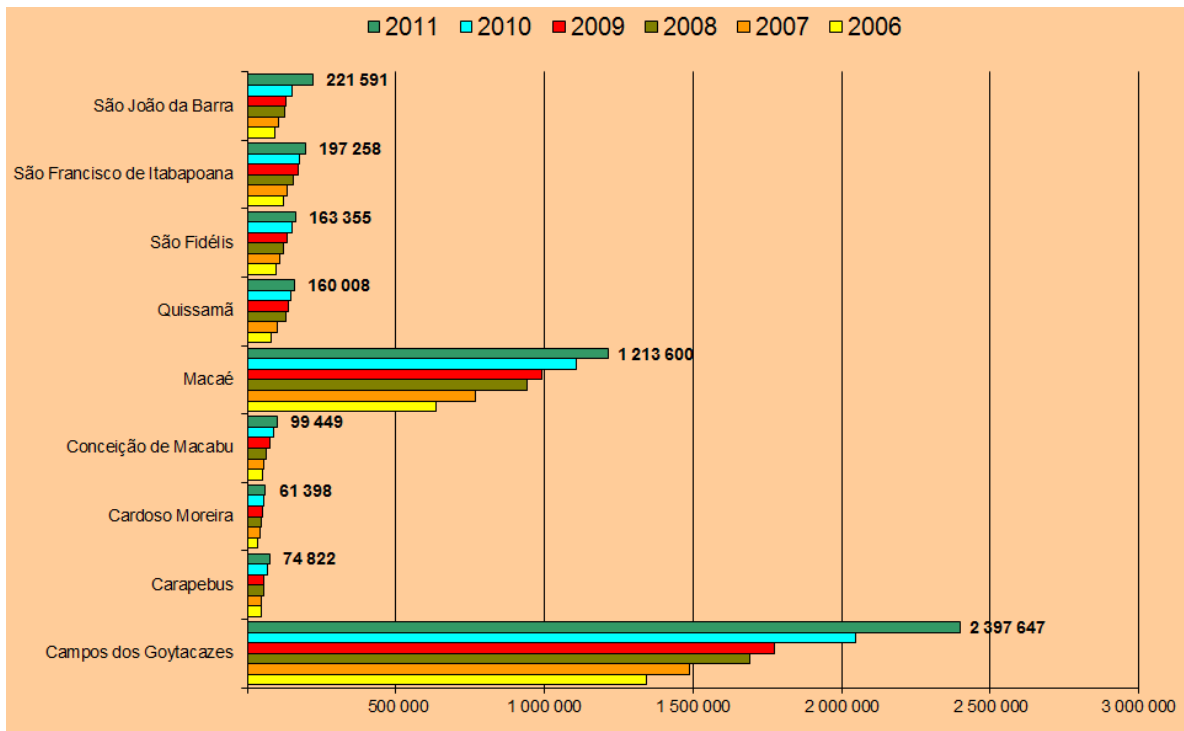
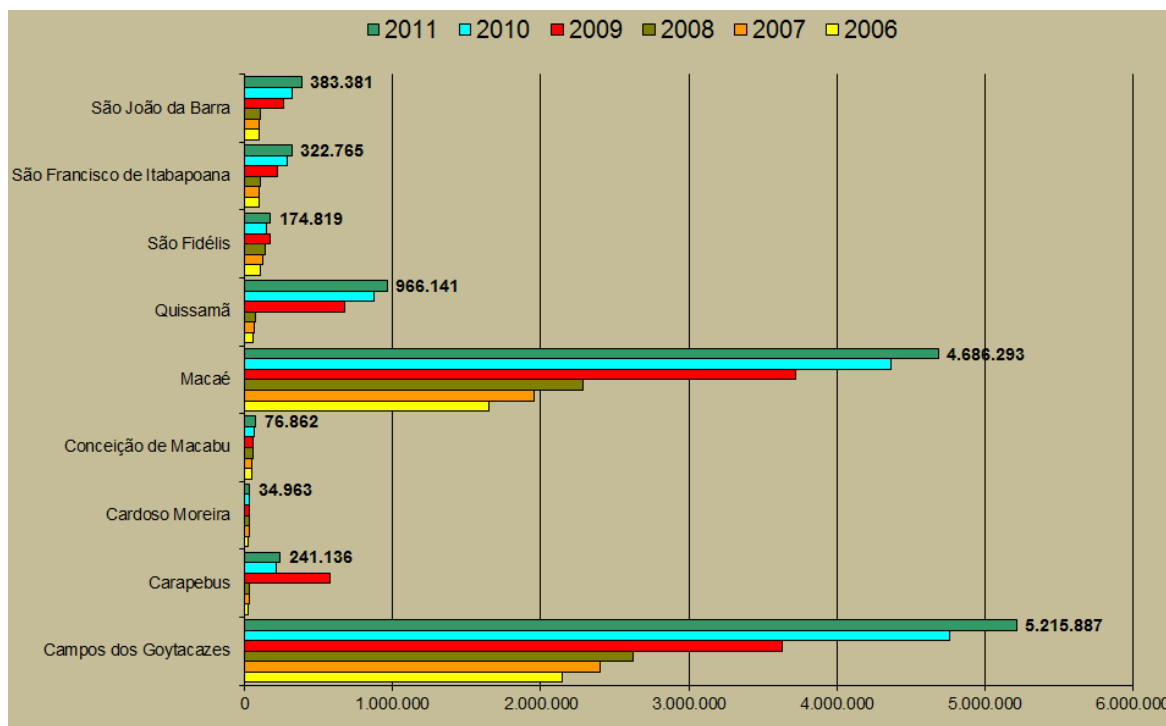


Gráfico 46: Evolução do valor adicionado dos demais serviços – Região Norte Fluminense – R\$ milhões – 2006-2011



## V - INDICADORES FINANCEIROS

O presente capítulo atém-se tão somente à análise do desempenho econômico financeiro do município <sup>49</sup>, com base em números fornecidos pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2007 a 2012 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

Gráficos 47 e 48: Receitas e Despesas totais – 2007-2012

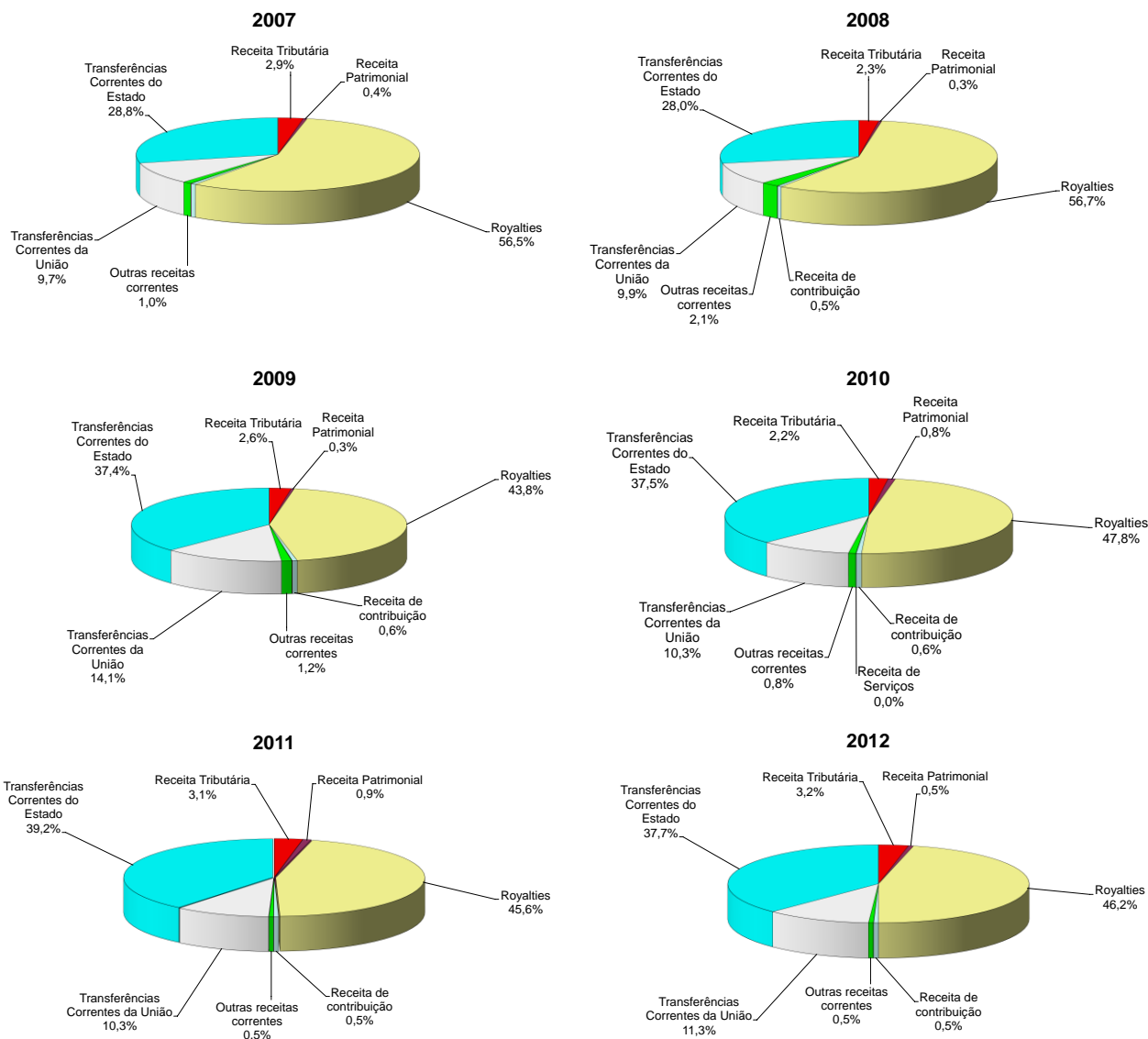


49 - Fontes: Prestações de Contas 2007 a 2012 – dados revisados em relação à edição anterior; relatórios da receita municipal extraídos do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS; Fundação CEPERJ: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população publicada no DOU de 30/08/12.

A receita realizada aumentou 72% entre 2007 e 2012, enquanto a despesa cresceu 64%.

Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

Gráficos 49, 50, 51, 52, 53 e 54: Composição das receitas correntes – 2007-2012

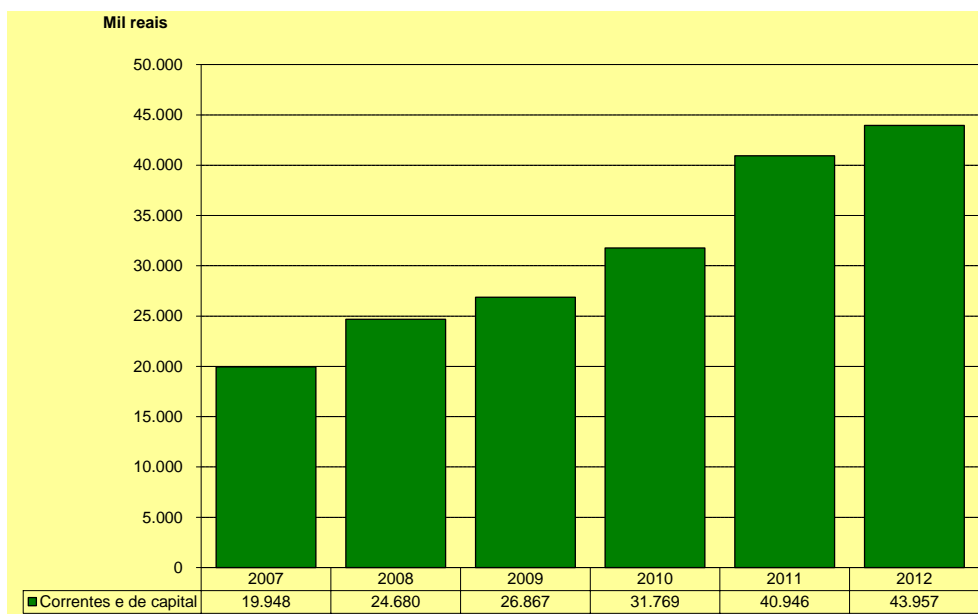


Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 3,2% do total no ano de 2012.

CARAPEBUS

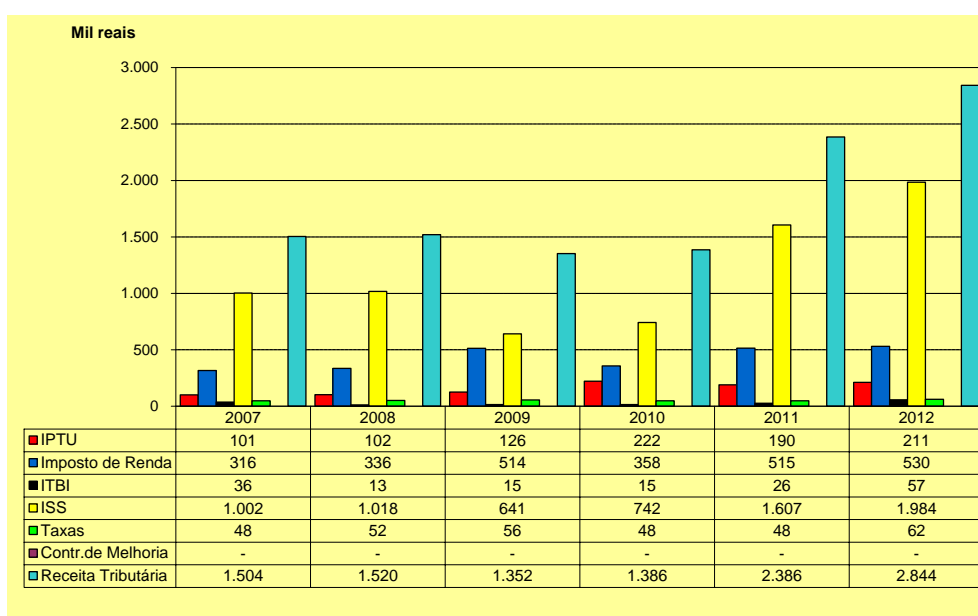
O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 120% entre 2007 e 2012:

Gráfico 55: Transferências totais para o município – 2007-2012



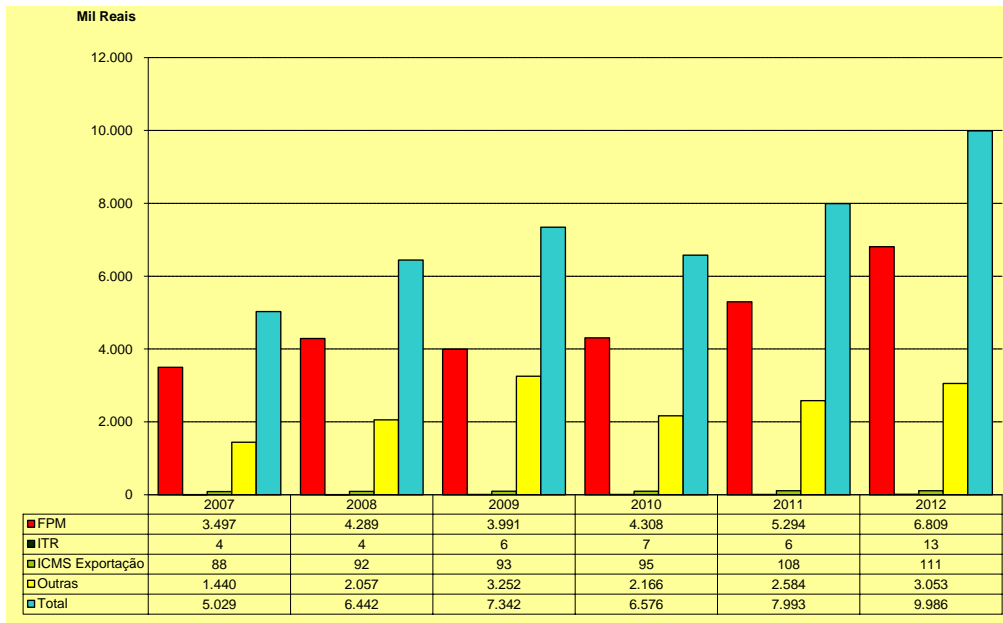
A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de 89% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 98% na arrecadação de ISS e de 68% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 108% na receita de IPTU, 57% no ITBI e de 28% nas taxas.

Gráfico 56: Receitas tributárias – 2007-2012



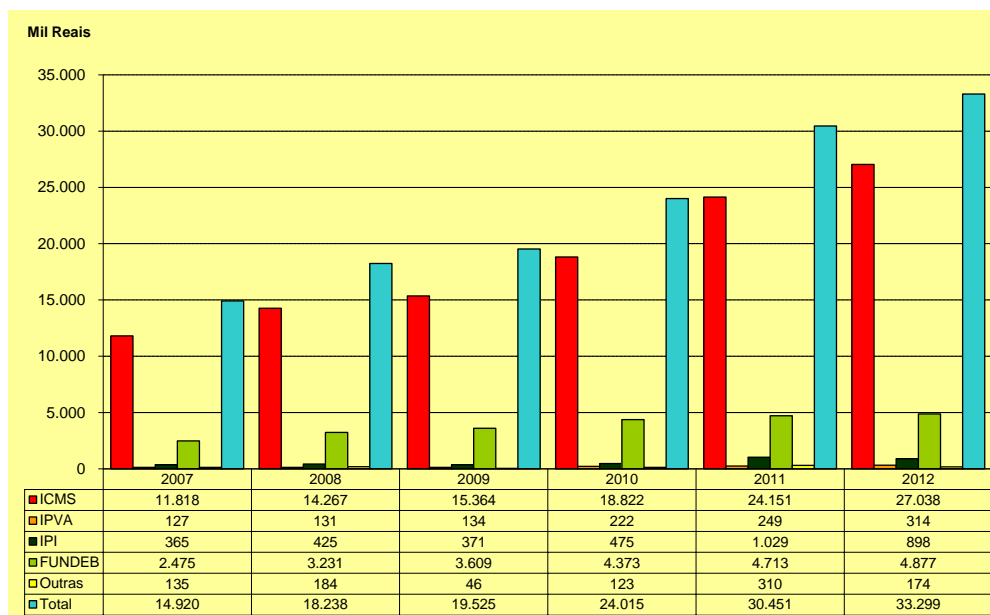
As transferências correntes da União cresceram 99% no período, com aumento de 95% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências.

Gráfico 57: Transferências correntes da União – 2007-2012



A evolução das transferências correntes do estado foi de 123% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 129% no repasse do ICMS e o crescimento de 97% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Gráfico 58: Transferências correntes do Estado – 2007-2012



Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas municipais:

### 1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2012:

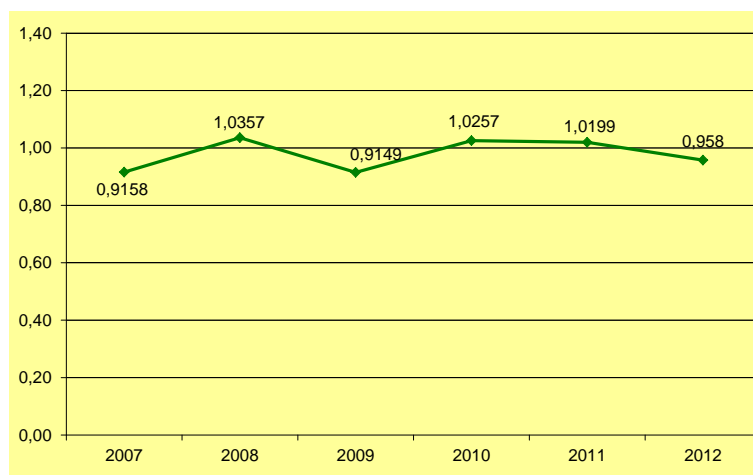
$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ } 89.106.074}{\text{R\$ } 93.051.898} = 0,9576$$

Esse quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 95,76 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio orçamentário em três dos seis anos em análise.

Gráfico 59: Indicador de equilíbrio orçamentário – 2007-2012



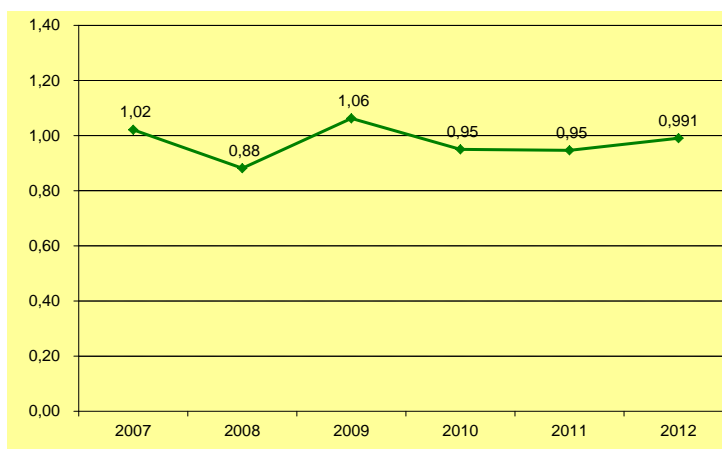
### 2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2012:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ } 87.598.792}{\text{R\$ } 88.434.665} = 0,991$$

Esse indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 99,1% são comprometidos com despesas de custeio. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2007:

Gráfico 60: Indicador do comprometimento da receita corrente com o custeio – 2007-2012



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 66% entre 2007 e 2012, enquanto as receitas correntes cresceram 71% no mesmo período.

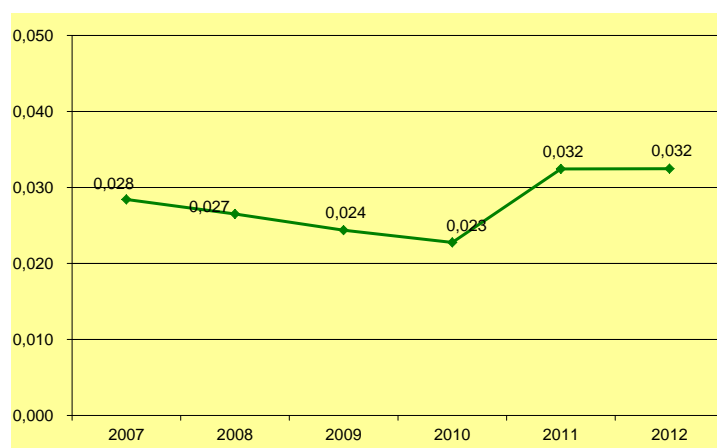
**3. Indicador de autonomia financeira em 2012:**

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ 2.843.676}}{\text{R\$ 87.598.792}} = 0,032$$

Esse indicador mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o município apresentou uma autonomia de 3,2% no exercício de 2012. A evolução desse indicador está demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 61: Indicador de autonomia financeira – 2007-2012





## CARAPEBUS

Houve aumento da autonomia municipal, uma vez que a receita tributária cresceu 89% no período, contra 66% de aumento das despesas de custeio.

No período analisado, houve aumento na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna mais dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

#### 4. Indicador do esforço tributário próprio em 2012:

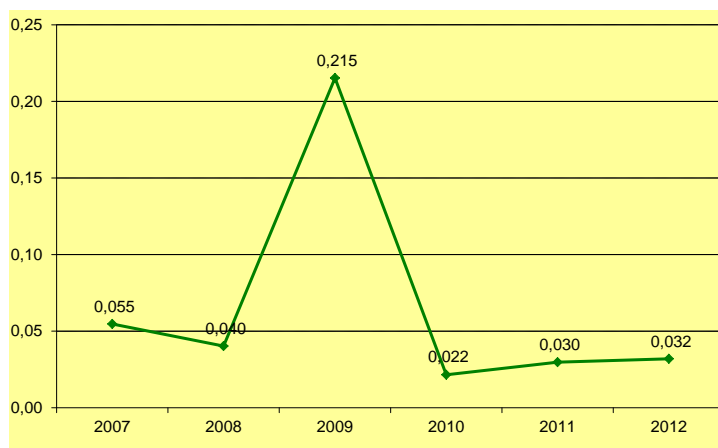
$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

$$\frac{\text{R\$ } 2.843.676 + 0}{\text{R\$ } 89.106.074} = 0,032$$

Esse indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 3,2% da receita total. No período analisado, sua *performance* está demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 62: Indicador do esforço tributário próprio – 2007-2012



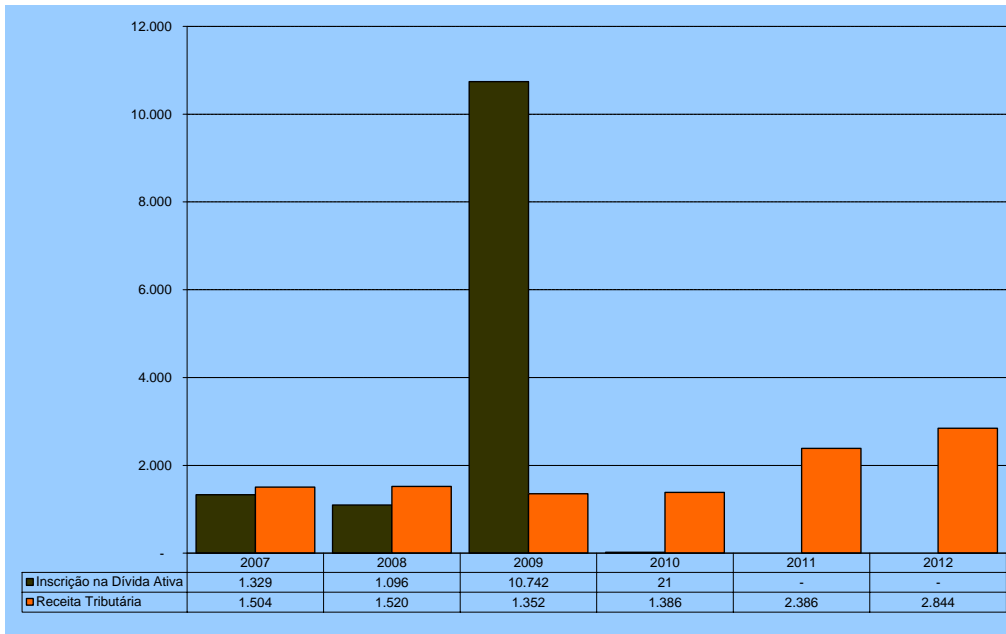
Ocorreu redução de 42% nesse indicador nos últimos seis anos

Não resta dúvida de que a maior parte da capacidade de investimento do município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, federal e estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se ressaltar, também, nesta análise, os valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios (gráficos seguintes com valores em milhares de reais correntes). Nos

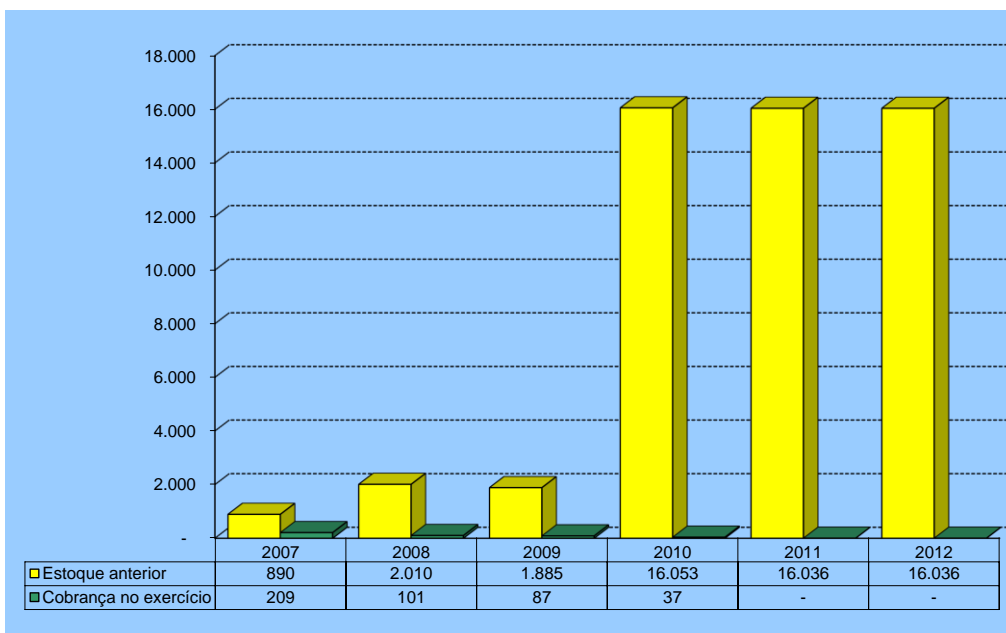
demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

Gráfico 63: Comparativo da receita tributária própria e inscrição na dívida ativa – 2007-2012



O gráfico abaixo apresenta a *performance* da cobrança da dívida ativa sobre o estoque preexistente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

Gráfico 64: Eficácia da cobrança da dívida ativa – 2007-2012



Cabe, ainda, comparar os valores cancelados com o desempenho da cobrança, como demonstram os gráficos a seguir.

Gráfico 65: Evolução da cobrança versus cancelamento da dívida ativa – 2007-2012

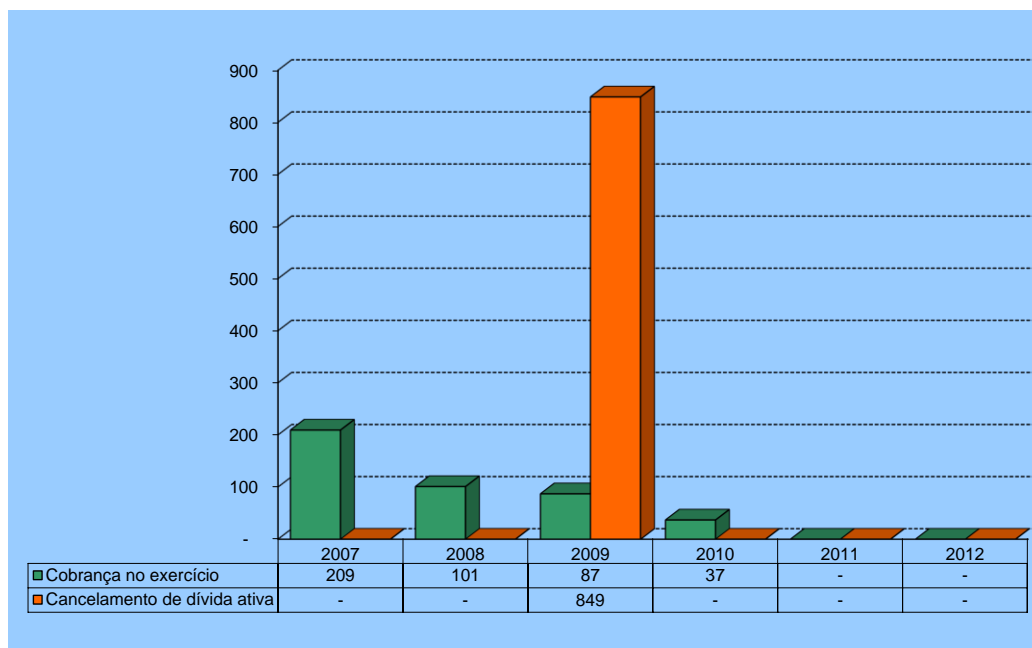
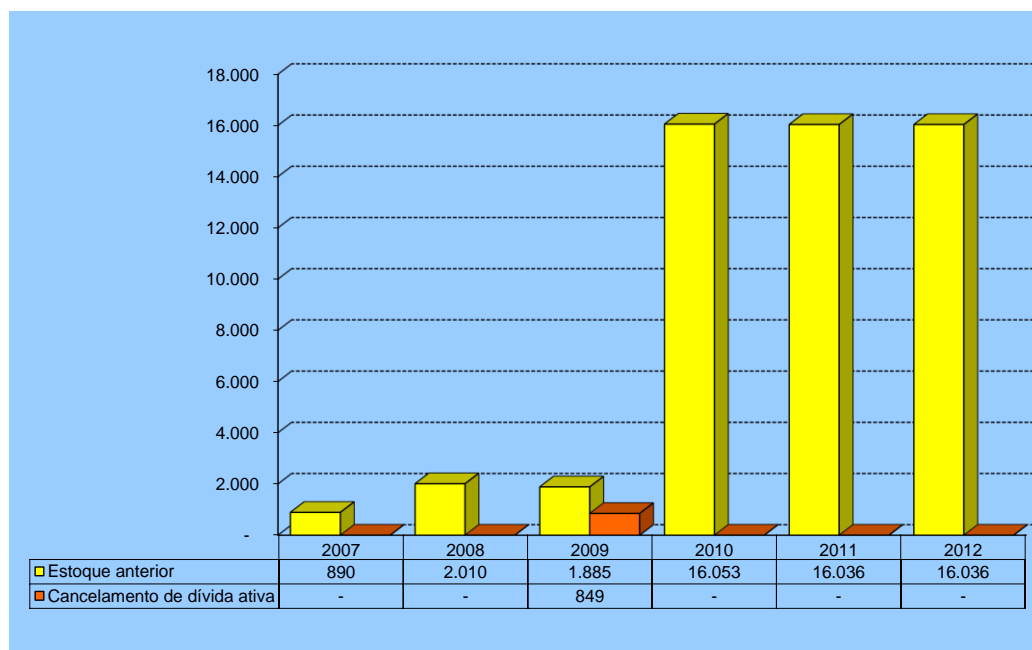


Gráfico 66: Evolução do estoque versus cancelamento da dívida ativa – 2007-2012

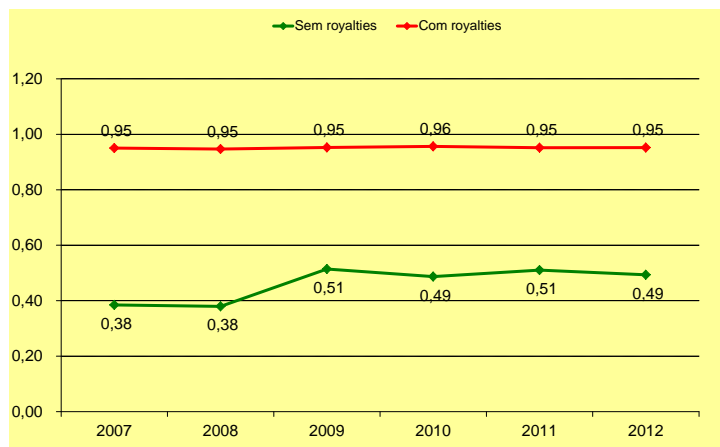


## 5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2012:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ } 43.957.025}{\text{R\$ } 89.106.074} = 0,49$$

A receita de transferências representa 49% do total da receita do município em 2012. O gráfico a seguir apresenta os valores desse indicador para os anos anteriores, demonstrando aparente redução da dependência do repasse de outros entes da federação.

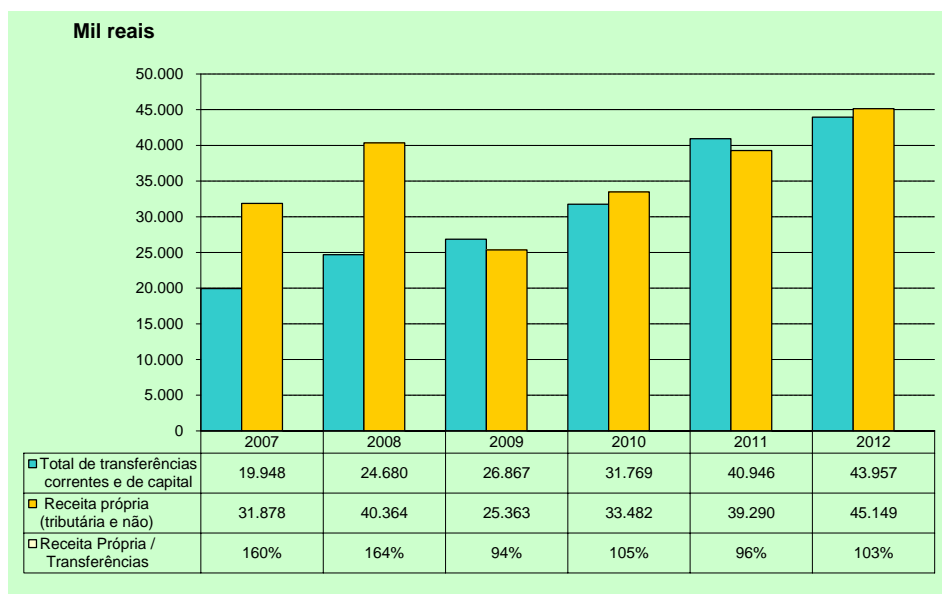
Gráfico 67: Indicador da dependência de transferência de recursos – 2007-2012



Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2012, subiria para 95%.

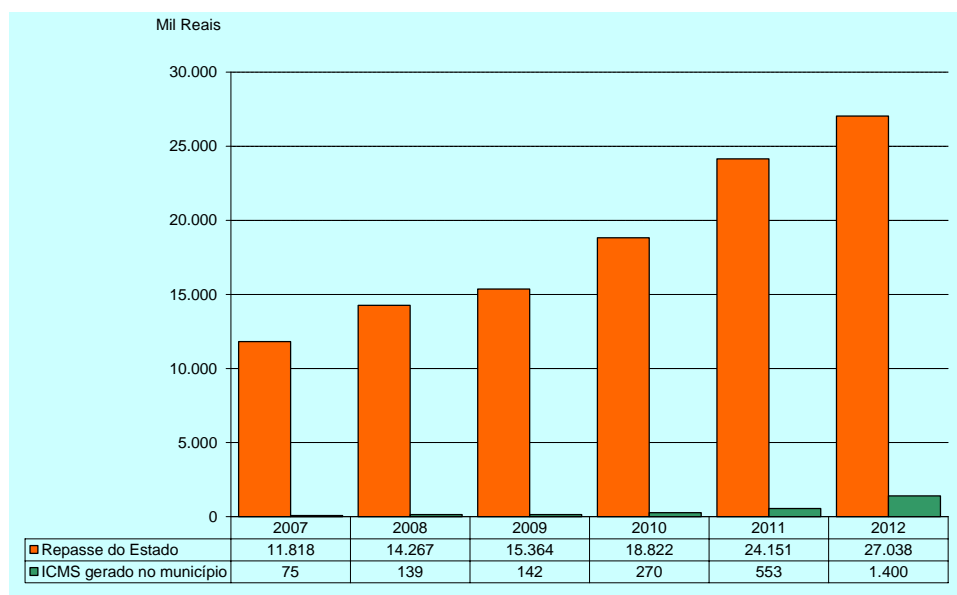
Esse indicador reforça as avaliações a respeito da autonomia financeira do município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* e demais participações governamentais que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 40,8 milhões em 2012.

Gráfico 68: Comparativo entre transferências correntes de outros entes e receita própria – 2007-2012



Outra maneira de verificar a autonomia municipal é a comparação do valor do ICMS arrecadado no município com o repasse feito pelo estado (excluída a parcela do FUNDEB), apresentada no gráfico que segue.

Gráfico 69: Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído – 2007-2012



## 6. Indicador da carga tributária *per capita* em 2012:

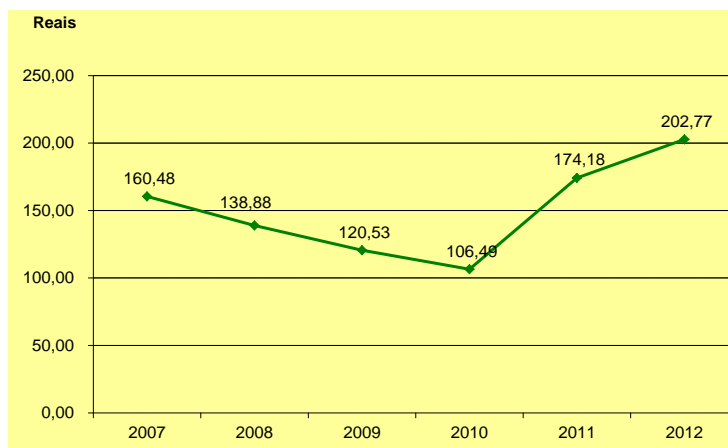
$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}}$$

$$\frac{\text{R\$ } 2.843.676 + 0}{14.024} = \text{R\$ } 202,77/\text{habitante}$$

Esse indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Ao longo do exercício de 2012, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 203 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 26% no período.

Gráfico 70: Indicador da carga tributária per capita – 2007-2012



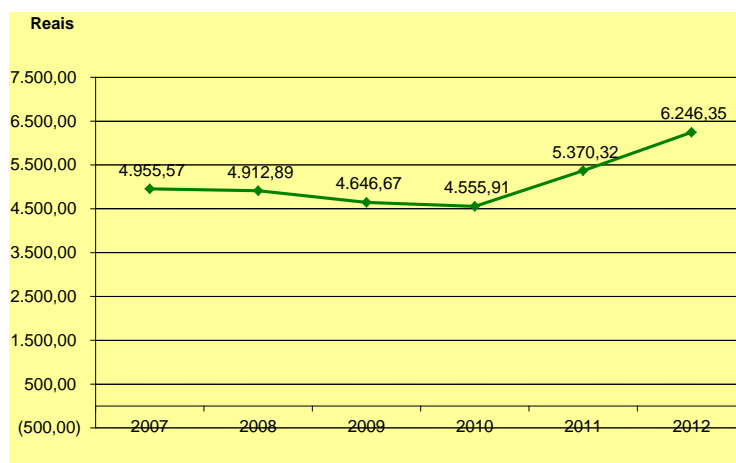
**7. Indicador do custeio *per capita* em 2012:**

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 87.598.792}{14.024} = \text{R\$ } 6.246,35/\text{habitante}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em tese, o *quantum* com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com 6.246 reais em 2012. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 26% no período de 2007 a 2012.

Gráfico 71: Indicador do custeio per capita – 2007-2012



**8. Indicador dos investimentos *per capita* em 2012:**

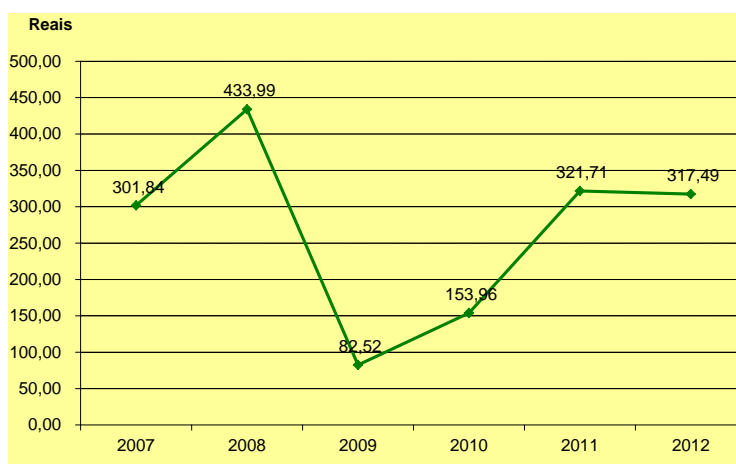
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 4.452.506}{14.024} = \text{R\$ } 317,49/\text{habitante}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2012, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a 317 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 202,77 (Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R\$ 317,49 representaria praticamente que 157% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos.

Gráfico 72: Indicador dos investimentos per capita – 2007-2012



## 9. Indicador do grau de investimento em 2012:

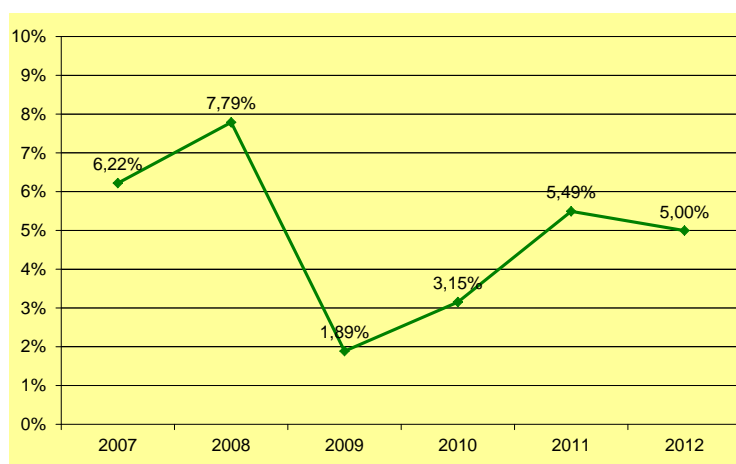
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ 4.452.506}}{\text{R\$ 89.106.074}} = 0,050$$

Esse indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 5% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (Indicador nº 2 – comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já se comprometem 99% das receitas correntes.

Esse quociente apresentou níveis bons, evidenciando uma parcela considerável dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.

Gráfico 73: Indicador do grau de investimento – 2007-2012



**10. Indicador da liquidez corrente em 2012:**

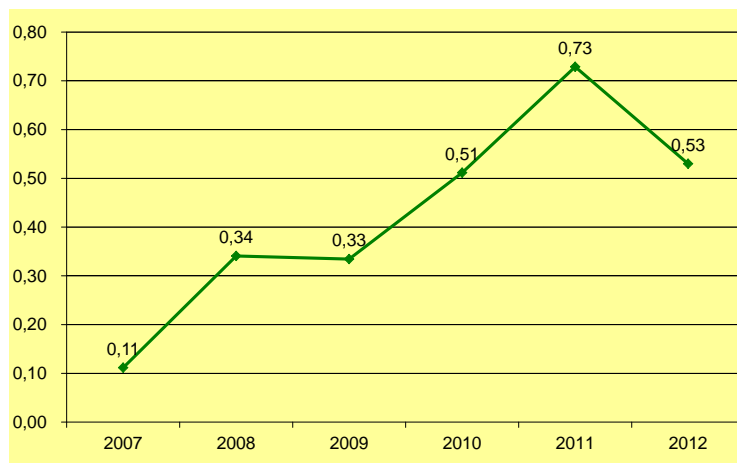
$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ } 10.207.658}{\text{R\$ } 19.264.410} = 0,53$$

Esse quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas desfavoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela Prefeitura.

O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do município esteve em desequilíbrio nos seis anos analisados.

Gráfico 74: Indicador da liquidez corrente – 2007-2012



Deve ser considerado que, para os municípios com as contas anuais consolidadas, o ativo financeiro inclui as aplicações de seus regimes próprios de previdência social.



## VI - SUSTENTABILIDADE E CLIMA

A expressão “desenvolvimento sustentável”, consagrada em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, foi o tema central da Conferência do Rio <sup>50</sup>, na qual foram aprovados três documentos com reflexo mundial – a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre o Manejo das Florestas e a Agenda 21. Além destes, foram assinados dois tratados internacionais: a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, esta com o objetivo de assegurar a estabilização da concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera em nível que evite a interferência no sistema climático global. Em 2012, o debate foi retomado por ocasião da realização da conferência Rio + 20 <sup>51</sup>, no sentido de serem priorizados investimentos em novo modelo baseado em uma economia de baixo carbono que reduza a emissão de GEE.

No âmbito nacional, entre outras iniciativas, o governo federal criou o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas – PBMC, organismo científico responsável pela publicação de três relatórios sobre os impactos do aquecimento global no país <sup>52</sup>, avaliando o sistema climático e suas mudanças, a vulnerabilidade dos sistemas natural e socioeconômico, bem como as consequências positivas e negativas das alterações. As projeções para a Região Sudeste apontam aumentos graduais nos padrões de temperatura e umidade, devendo o clima ficar entre 2,5° e 3,0°C mais quente e entre 25% e 30% mais chuvoso até o final do século (2071-2100). Segundo o PBMC, a preservação da cobertura florestal, a redução e o controle do desmatamento, entre outros fatores, contribuiriam para diminuir a vulnerabilidade.

Na edição anterior dos Estudos Socioeconômicos, foi apresentado um capítulo sobre a vulnerabilidade municipal às mudanças climáticas <sup>53</sup>, sendo que, em 80 dos 91 municípios fluminenses, foram apurados valores médios e altos para esse índice, a partir dos dados constantes do quarto relatório técnico elaborado pela FIOCRUZ referente ao projeto “Vulnerabilidade da População do Estado do Rio de Janeiro aos Impactos das Mudanças Climáticas nas Áreas Social, Saúde e Ambiente”. Diante deste cenário, é importante que uma série de medidas seja incluída no rol de prioridades das ações governamentais, entre elas a promoção de mecanismos de incentivo financeiro e tributário ao desenvolvimento sustentável dos municípios e a prevenção de desastres.

### ICMS Ecológico

Por força constitucional, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é dividido na proporção de 75% para o estado e 25% para os municípios onde foi gerado. A Constituição também estabelece que o estado pode legislar sobre a

50 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92 ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

51 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012.

52 - Sumários Executivos dos Volumes 1, 2 e 3 - Base Científica das Mudanças Climáticas. Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. 2012. Disponível em <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/pt/>.

53 - Definida no inciso X do art. 2º da Lei federal 12.187, de 29/12/2009, que trata da Política Nacional sobre Mudança do Clima, como o grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos.

distribuição de até um quarto destes 25%, criando, por exemplo, critérios ambientais como os que fundamentam o chamado ICMS verde ou ICMS ecológico.

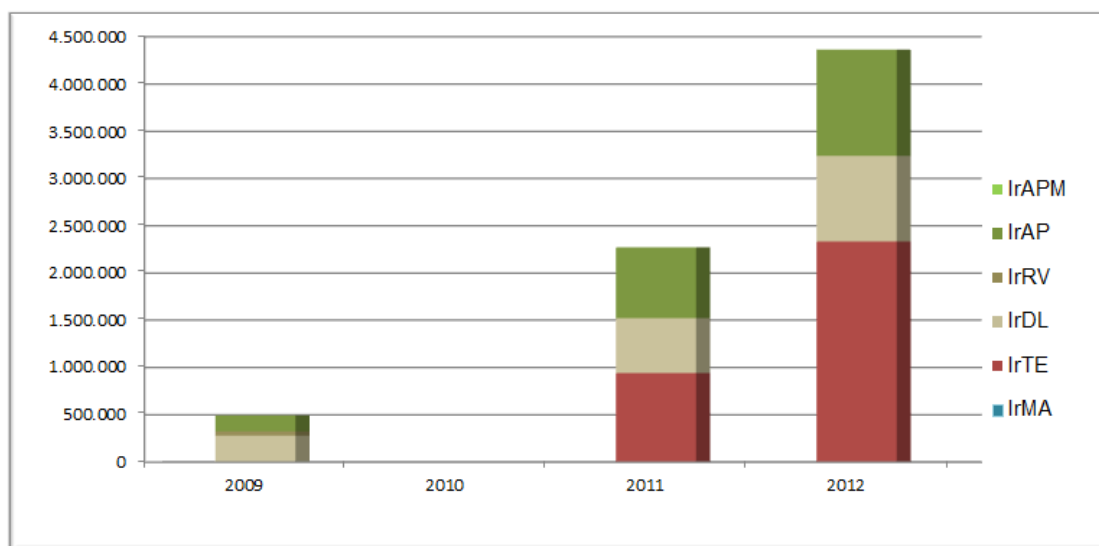
O Rio de Janeiro, em 2009, ao instituir o ICMS ecológico<sup>54</sup>, estabeleceu como condição para obtenção do benefício que os municípios tenham implementado o sistema municipal de meio ambiente, composto, no mínimo, por Conselho Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal do Meio Ambiente, órgão administrativo executor da política ambiental municipal e guarda municipal ambiental.

Os valores estimados para distribuição são calculados com base no Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA), na seguinte proporção: 45% segundo critérios relacionados à existência e efetiva implantação de áreas protegidas, 30% referentes à qualidade ambiental dos recursos hídricos e 25% relativos à disposição final adequada dos resíduos sólidos.

São seis os subíndices que compõem o IFCA: relativo a tratamento de esgoto (IrTE), à destinação final de resíduos sólidos urbanos (IrDL), à remediação de vazadouros (IrRV), aos mananciais de abastecimento (IrMA), bem como à existência e efetiva implantação de áreas protegidas (IrAP), com um percentual específico destinado às áreas criadas pelos municípios (IrAPM).

Carapebus vem se beneficiando com o ICMS ecológico. O gráfico a seguir evidencia a participação de cada subíndice do IFCA na composição do valor recebido pelo município no período de 2009 a 2012.

Gráfico 75: Estimativa de repasse do ICMS ecológico – Município



Fonte: Secretaria de Estado do Ambiente. Subsecretaria de Política e Planejamento Ambiental<sup>55</sup>

A preservação de áreas verdes, que responde por grande parte dos recursos distribuídos pelo ICMS ecológico no estado, oferece segurança às populações ao

54 - Instituído pela Lei estadual 5.100, de 4/10/2007, e regulamentado pelos Decretos 41.844 (4/05/2009), 43.284 (10/11/2011), 43.700 (31/07/2012) e 44.252 (17/06/2013).

55 - Tabela de Distribuição do ICMS ecológico no Estado do Rio de Janeiro 2009 a 2012, disponível no endereço <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=164974>.

favorecer a drenagem do solo urbano e prevenir a ocorrência de desastres como enchentes, enxurradas e deslizamentos de terra, responsáveis por várias ocorrências em período recente.

### Desastres no Estado do Rio de Janeiro

As características geográficas do Brasil (climatológicas, meteorológicas, geológicas, geomorfológicas) contribuem para a ocorrência de desastres. O uso e ocupação inadequados do solo também aumentam a vulnerabilidade da população aos eventos naturais e, por conseguinte, os danos e impactos deles decorrentes. A Região Sudeste é uma das que mais sofre com as adversidades atmosféricas em virtude da alta densidade demográfica, aliada à ocupação desordenada de áreas de risco.

Segundo o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad<sup>56</sup>, no ano de 2012 desastres naturais tiveram impacto significativo na vida da população e na economia, prejudicando 3.781 municípios brasileiros. Foram registradas 376 ocorrências, que atingiram aproximadamente 17 milhões de pessoas. Mais de cinco milhões foram afetadas pelas secas e estiagens no semiárido brasileiro. O Sudeste respondeu por 47,3% dos registros de enxurradas, que afetaram quase 680 mil pessoas na região, com 25 óbitos.

Em 2012, dos 93 óbitos causados por desastres naturais em todo o país, 70 ocorreram na Região Sudeste, correspondendo a um percentual de 75,27%. A principal causa de mortalidade foram os movimentos de massa (deslizamentos), com 26 vítimas fatais. Outros eventos foram responsáveis por óbitos no Sudeste brasileiro: os vendavais, com 11 mortes, e os alagamentos e inundações, cada um com quatro óbitos registrados. Ressalte-se que, além das mortes, outras categorias de vítimas de desastres incluem feridos, enfermos, desabrigados, desalojados e desaparecidos.

Outra forma de evidenciar a ocorrência de desastres é o reconhecimento de situações de emergência ou estados de calamidade pública. No estado do Rio de Janeiro, as regiões Norte e Noroeste responderam por 13 de 15 registros de enchentes e enxurradas, como se vê nas tabelas a seguir, montadas com dados extraídos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC<sup>57</sup>.

Tabela 33 – Eventos extremos no estado do Rio de Janeiro

Reconhecimentos de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP)					
ano base 2012					
Região	Deslizamento	Enchente	Enxurrada	Estiagem	Vendaval
Região Centro Sul Fluminense	2				
Noroeste Fluminense		8	2		
Norte Fluminense		3			
Região Serrana	3		2		2

56 - Anuário Brasileiro de Desastres Naturais. 2012. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/pt/home>.

57 - <http://www.integracao.gov.br/reconhecimentos-em-2012>.

Não constam registros de situações de emergência ou de estado de calamidade pública, no ano de 2012, para municípios das regiões Metropolitana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba e Costa Verde.

Tabela 34 – Situações de emergência (SE) e/ou estado de calamidade pública (ECP) – municípios – 2012

Municípios	Deslizamento	Enchente	Enxurrada	Estiagem	Vendaval	SE/ECP
Aperibé		2				SE
Bom Jesus do Itabapoana			1			SE
Cambuci		1				SE
Campos dos Goytacazes		1				SE
Cardoso Moreira		1				SE
Italva		1				SE
Itaocara		1				SE
Itaperuna		1				SE
Laje do Muriaé		1				SE
Miguel Pereira	1					SE
Miracema			1			SE
Santo Antônio de Pádua		1				SE
São Fidélis		1				SE
Santa Maria Madalena	1				1	SE
São Sebastião do Alto	1					SE
Sapucaia	1					SE
Teresópolis			1			SE
Trajano de Moraes	1		1		1	SE

Para as 1.470 indústrias de transformação situadas nas regiões Norte e Noroeste do estado, as perdas causadas pelas chuvas de janeiro de 2012 foram estimadas pela FIRJAN<sup>58</sup> em R\$ 30 milhões, devido principalmente às dificuldades relativas ao escoamento dos produtos, ao recebimento de matérias primas e à locomoção dos funcionários. As consequências do desastre, porém, não se limitam às perdas da indústria: eventos extremos decorrentes da intensidade de chuvas afetam também a produção de alimentos, o acesso à água e a saúde da população, sendo que diversos agravos têm relação direta com as condições do ambiente.

58 - Pesquisa FIRJAN para avaliar o impacto das chuvas na semana de 2 a 17 de janeiro de 2012, abrangendo os municípios de Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Bom Jesus do Itabapoana, Aperibé, Miracema, São Fidélis, Porciúncula, Itaocara, Conceição de Macabu, Italva, São João da Barra, Cambuci, Laje do Muriaé, Quissamã e Natividade. Disponível em <http://www.firjan.org.br/>.

## VII - CONCLUSÃO

O município de Carapebus teve sua população fixada em 13.359 habitantes pelo Censo 2010, com densidade demográfica de 43 pessoas por km<sup>2</sup>. Sua área total é de 308,1 km<sup>2</sup>, correspondentes a 0,70% do território estadual. Os 11.203 eleitores correspondem a 80% da população.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgada pelo IBGE em julho de 2013, a estrutura administrativa municipal dispunha de 2.377 servidores, o que resulta em uma média de 169 funcionários por mil habitantes, a 1ª maior no estado.

O governo eletrônico é uma importante ferramenta que visa otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Apesar da relevância de que hoje se reveste a tecnologia da informação e da comunicação, a pesquisa continuada deste TCE aponta que o sítio oficial do município na internet oferece seis dos 19 tipos de serviços informativos pesquisados e um de 18 aspectos interativos selecionados. O município não possibilita algum tipo de transação *online* por meio da rede mundial de computadores.

O IDHM de Carapebus era de 0,713 em 2010. O município está situado na faixa de desenvolvimento humano alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,218), seguida por longevidade e por renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,234), seguida por renda e por longevidade.

Quanto à educação, Carapebus teve 2.997 alunos matriculados em 2012, uma variação próxima de 0,0% em relação ao ano anterior. Foram quatro estudantes na creche, 100% na rede municipal, e 593 na pré-escola, 85% deles em 10 estabelecimentos da prefeitura. O ensino fundamental foi ofertado a 1.880 alunos, 84% deles em 13 unidades municipais e 12% em um estabelecimento da rede estadual. O ensino médio, disponibilizado em uma unidade escolar, teve 520 alunos matriculados, 100% na rede estadual.

No relatório dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o Ministério da Educação informa que a rede municipal alcançou a meta estabelecida nos anos iniciais do ensino fundamental, mas não o fez nos anos finais. A rede estadual no município tampouco alcançou a meta nos anos finais e seus anos iniciais não foram avaliados.

Há, em Carapebus, quatro equipes de Saúde da Família e duas equipes de Saúde Bucal atendendo a população.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho, o município de Carapebus participou do mercado de trabalho com 804 empregos formais.

A receita total do município foi de R\$ 89 milhões em 2012, a 51ª do estado (em comparação que não inclui a capital), apresentando desequilíbrio orçamentário. Suas receitas correntes estão comprometidas em 99% com o custeio da máquina

administrativa. Sua autonomia financeira é de 2,6% e seu esforço tributário alcançou 2,6% da receita total.

Em relação às receitas vinculadas ao petróleo, o município teve nelas 46% de sua receita total, um montante de R\$ 2.915 por habitante no ano de 2012, 5ª colocação no estado.

A carga tributária *per capita* de R\$ 202,77 é a 48ª do estado, sendo R\$ 15,04 em IPTU (78ª posição) e R\$ 141,49 em ISS (29º lugar).

O custeio *per capita* de R\$ 6.246,35 é o 5º do estado, contra um investimento *per capita* de R\$ 317,49, posição de número 27 dentre os 91 demais.

Nas páginas seguintes são apresentadas tabelas que permitem comparar os desempenhos das finanças municipais, num resumo de alguns dos diversos indicadores apresentados no Estudo Socioeconômico de cada município.

Uma análise pormenorizada está disponível para cada localidade fluminense no sítio [www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br).

## CARAPEBUS

Tabela A - Receitas totais e per capita de 2012, com indicadores

Município	Receita total em 2012 (R\$ milhões)	Ranking da receita total	Receita per capita em 2012 (R\$)	Ranking da receita total per capita	Autonomia financeira em 2012	Esforço tributário em 2012
Angra dos Reis	816	7	4.604,81	16	16,9%	29,9%
Aperibé	38	86	3.585,82	33	2,8%	4,1%
Araruama	211	28	1.816,72	80	16,8%	24,5%
Areal	43	80	3.670,98	31	11,8%	11,9%
Armação de Búzios	193	30	6.650,71	6	18,3%	28,7%
Arraial do Cabo	117	45	4.132,87	22	13,8%	31,2%
Barra do Piraí	174	34	1.817,54	79	17,0%	18,5%
Barra Mansa	353	18	1.971,00	69	10,6%	14,1%
Belford Roxo	477	14	1.004,22	89	9,0%	32,3%
Bom Jardim	66	61	2.554,00	53	7,0%	7,4%
Bom Jesus do Itabapoana	69	58	1.939,03	71	7,4%	8,0%
Cabo Frio	737	9	3.777,77	30	11,5%	14,8%
Cachoeiras de Macacu	155	37	2.815,13	48	7,1%	9,4%
Cambuci	42	82	2.819,57	47	2,3%	2,6%
Campos dos Goytacazes	2.404	1	5.089,42	12	8,8%	6,2%
Cantagalo	72	55	3.653,44	32	6,5%	5,5%
Carapebus	89	51	6.353,83	7	2,6%	2,6%
Cardoso Moreira	51	72	4.059,24	25	3,9%	3,1%
Carmo	57	67	3.204,48	38	3,3%	7,8%
Casimiro de Abreu	269	23	7.213,01	5	8,2%	3,9%
Comendador Levy Gasparian	29	91	3.512,23	35	8,4%	10,3%
Conceição de Macabu	60	63	2.792,21	49	3,7%	3,4%
Cordeiro	52	71	2.515,60	54	6,1%	10,6%
Duas Barras	44	78	4.001,01	27	2,5%	2,8%
Duque de Caxias	1.654	3	1.907,28	75	18,8%	22,4%
Engenheiro Paulo de Frontin	39	84	2.926,12	42	2,8%	2,6%
Guapimirim	127	44	2.380,35	60	6,7%	6,6%
Iguaba Grande	67	60	2.766,95	50	12,8%	11,3%
Itaboraí	521	13	2.338,69	62	41,4%	49,7%
Itaguaí	538	12	4.753,84	14	61,9%	48,0%
Italva	44	79	3.047,32	40	3,4%	3,3%
Itaocara	51	73	2.212,41	65	4,7%	5,1%
Itaperuna	184	32	1.890,33	76	10,1%	13,1%
Itatiaia	112	46	3.806,49	29	18,7%	17,1%
Japeri	135	42	1.381,95	85	5,3%	9,3%
Laje do Muriaé	34	88	4.617,25	15	1,7%	2,8%
Macaé	1.981	2	9.088,93	4	35,7%	27,5%
Macuco	30	90	5.598,40	11	3,6%	4,1%
Magé	341	19	1.480,62	84	6,9%	9,3%
Mangaratiba	217	27	5.690,25	9	20,2%	29,7%
Maricá	316	21	2.335,90	63	18,8%	14,5%
Mendes	44	77	2.453,89	56	4,3%	5,8%
Mesquita	220	26	1.297,36	86	12,8%	36,3%
Miguel Pereira	70	57	2.832,20	46	9,3%	14,6%
Miracema	64	62	2.403,32	59	3,1%	4,0%

(continua)

Tabela A - Receitas totais e per capita de 2012, com indicadores (cont.)

Município	Receita total em 2012 (R\$ milhões)	Ranking da receita total	Receita per capita em 2012 (R\$)	Ranking da receita total per capita	Autonomia financeira em 2012	Esforço tributário em 2012
Natividade	53	69	3.510,49	36	4,9%	5,9%
Nilópolis	204	29	1.288,96	87	13,6%	17,8%
Niterói	1.400	4	2.847,38	45	41,0%	39,6%
Nova Friburgo	313	22	1.706,60	81	18,4%	67,1%
Nova Iguaçu	853	6	1.064,46	88	15,3%	15,0%
Paracambi	99	49	2.054,52	67	8,0%	7,3%
Paraíba do Sul	80	52	1.933,10	73	9,9%	-10,7%
Paraty	173	36	4.463,62	18	12,6%	12,0%
Paty do Alferes	68	59	2.557,65	52	5,2%	6,0%
Petrópolis	715	11	2.406,17	58	18,6%	24,8%
Pinheiral	57	66	2.472,66	55	5,6%	5,4%
Piraí	152	38	5.651,96	10	11,8%	10,8%
Porciúncula	58	65	3.219,06	37	4,9%	4,1%
Porto Real	187	31	10.825,12	2	5,0%	5,4%
Quatis	50	74	3.841,44	28	4,5%	6,7%
Queimados	222	25	1.581,73	82	12,7%	15,1%
Quissamã	242	24	11.407,44	1	3,0%	4,7%
Resende	365	16	2.993,54	41	17,3%	18,1%
Rio Bonito	151	39	2.678,09	51	15,9%	18,7%
Rio Claro	71	56	4.023,86	26	4,2%	3,4%
Rio das Flores	37	87	4.267,74	21	4,6%	5,1%
Rio das Ostras	733	10	6.307,62	8	13,0%	13,9%
Santa Maria Madalena	45	76	4.404,29	19	3,4%	3,1%
Santo Antônio de Pádua	79	53	1.935,60	72	6,5%	8,3%
São Fidélis	74	54	1.960,57	70	5,4%	6,5%
São Francisco de Itabapoana	91	50	2.193,99	66	3,6%	7,0%
São Gonçalo	910	5	895,14	91	18,3%	43,1%
São João da Barra	357	17	10.650,79	3	10,4%	11,0%
São João de Meriti	443	15	961,87	90	15,7%	26,3%
São José do Ubá	32	89	4.488,54	17	1,9%	8,0%
São José do Vale do Rio Preto	50	75	2.431,17	57	5,3%	6,1%
São Pedro d'Aldeia	138	41	1.510,01	83	13,7%	20,9%
São Sebastião do Alto	39	85	4.339,41	20	1,6%	1,3%
Sapucaia	55	68	3.110,79	39	17,2%	17,8%
Saquarema	182	33	2.353,65	61	24,4%	31,2%
Seropédica	148	40	1.848,03	77	19,2%	26,2%
Silva Jardim	107	47	4.943,06	13	4,4%	6,7%
Sumidouro	53	70	3.516,87	34	2,0%	2,3%
Tanguá	60	64	1.918,40	74	7,0%	11,6%
Teresópolis	331	20	1.975,91	68	18,7%	18,0%
Trajano de Moraes	42	81	4.081,85	23	2,5%	4,1%
Três Rios	174	35	2.222,00	64	13,8%	16,5%
Valença	134	43	1.839,77	78	7,5%	7,0%
Varre-Sai	40	83	4.068,45	24	1,3%	1,0%
Vassouras	101	48	2.892,25	44	5,3%	5,1%
Volta Redonda	753	8	2.892,71	43	22,3%	25,0%



## CARAPEBUS

Tabela B - Despesas totais e *per capita* de 2012

Município	Despesa total em 2012 (R\$ milhões)	Ranking da despesa total	Apresentou equilíbrio orçamentário em 2012?	Despesa <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking da despesa total <i>per capita</i>
Angra dos Reis	733	8	Sim	4.139,33	19
Aperibé	34	86	Sim	3.194,24	35
Araruama	208	27	Sim	1.785,19	78
Areal	40	78	Sim	3.418,56	30
Armação de Búzios	187	30	Sim	6.455,55	7
Arraial do Cabo	114	45	Sim	4.023,53	21
Barra do Piraí	162	35	Sim	1.694,66	80
Barra Mansa	385	17	Não	2.152,43	65
Belford Roxo	479	14	Não	1.008,37	89
Bom Jardim	64	58	Sim	2.501,65	51
Bom Jesus do Itabapoana	67	57	Sim	1.872,63	73
Cabo Frio	713	10	Sim	3.654,96	25
Cachoeiras de Macacu	163	34	Não	2.953,97	39
Cambuci	35	85	Sim	2.388,44	56
Campos dos Goytacazes	2.200	1	Sim	4.658,27	12
Cantagalo	70	54	Sim	3.552,99	27
Carapebus	93	48	Não	6.635,19	6
Cardoso Moreira	41	77	Sim	3.293,05	34
Carmo	54	67	Sim	3.013,35	38
Casimiro de Abreu	230	25	Sim	6.150,11	8
Comendador Levy Gasparian	28	91	Sim	3.399,74	31
Conceição de Macabu	55	65	Sim	2.551,78	49
Cordeiro	52	68	Não	2.517,74	50
Duas Barras	39	80	Sim	3.556,58	26
Duque de Caxias	1.709	2	Não	1.970,73	70
Engenheiro Paulo de Frontin	39	82	Sim	2.894,53	40
Guapimirim	127	44	Sim	2.367,55	59
Iguaba Grande	62	59	Sim	2.593,50	47
Itaboraí	517	13	Sim	2.322,37	60
Itaguaí	527	12	Sim	4.655,93	13
Italva	39	81	Sim	2.718,18	44
Itaocara	50	71	Sim	2.164,41	64
Itaperuna	186	31	Não	1.918,23	72
Itatiaia	101	46	Sim	3.419,36	29
Japeri	133	43	Sim	1.364,64	85
Laje do Muriaé	31	89	Sim	4.173,04	18
Macaé	1.644	3	Sim	7.544,66	4
Macuco	31	88	Não	5.824,00	10
Magé	337	18	Sim	1.460,19	83
Mangaratiba	232	24	Não	6.063,80	9
Maricá	313	21	Sim	2.317,68	61
Mendes	44	76	Não	2.461,22	53
Mesquita	184	32	Sim	1.085,83	88
Miguel Pereira	68	56	Sim	2.756,03	43
Miracema	59	62	Sim	2.208,58	63

(continua)

Tabela B - Despesas totais e per capita de 2012 (cont.)

Município	Despesa total em 2012 (R\$ milhões)	Ranking da despesa total	Apresentou equilíbrio orçamentário em 2012?	Despesa per capita em 2012 (R\$)	Ranking da despesa total per capita
Natividade	48	73	Sim	3.161,50	36
Nilópolis	213	26	Não	1.350,43	86
Niterói	1.387	4	Sim	2.819,23	41
Nova Friburgo	308	22	Sim	1.681,99	81
Nova Iguaçu	900	5	Não	1.121,93	87
Paracambi	93	49	Sim	1.930,92	71
Paraíba do Sul	77	53	Sim	1.844,20	76
Paraty	153	38	Sim	3.949,39	22
Paty do Alferes	59	61	Sim	2.235,55	62
Petrópolis	729	9	Não	2.451,70	54
Pinheiral	55	64	Sim	2.378,24	57
Pirai	148	39	Sim	5.483,23	11
Porciúncula	46	75	Sim	2.568,55	48
Porto Real	200	29	Não	11.602,35	3
Quatis	49	72	Sim	3.706,84	23
Queimados	202	28	Sim	1.441,94	84
Quissamã	251	23	Não	11.811,59	2
Resende	329	20	Sim	2.691,32	45
Rio Bonito	156	37	Não	2.770,32	42
Rio Claro	62	60	Sim	3.507,63	28
Rio das Flores	37	84	Não	4.305,35	17
Rio das Ostras	779	7	Não	6.710,43	5
Santa Maria Madalena	47	74	Não	4.569,67	14
Santo Antônio de Pádua	85	52	Não	2.073,30	66
São Fidélis	70	55	Sim	1.852,95	75
São Francisco de Itabapoana	86	51	Sim	2.069,99	67
São Gonçalo	895	6	Sim	880,41	91
São João da Barra	413	16	Não	12.310,67	1
São João de Meriti	420	15	Sim	913,03	90
São José do Ubá	29	90	Sim	4.134,24	20
São José do Vale do Rio Preto	50	70	Sim	2.416,13	55
São Pedro d'Aldeia	136	41	Sim	1.489,97	82
São Sebastião do Alto	40	79	Não	4.420,32	16
Sapucaia	55	66	Não	3.128,28	37
Saquarema	184	33	Não	2.369,60	58
Seropédica	143	40	Sim	1.780,98	79
Silva Jardim	98	47	Sim	4.521,40	15
Sumidouro	50	69	Sim	3.361,29	32
Tanguá	58	63	Sim	1.838,27	77
Teresópolis	335	19	Não	2.000,00	69
Trajano de Morais	38	83	Sim	3.684,50	24
Três Rios	160	36	Sim	2.040,93	68
Valença	135	42	Não	1.853,89	74
Varre-Sai	33	87	Sim	3.357,21	33
Vassouras	92	50	Sim	2.647,94	46
Volta Redonda	646	11	Sim	2.482,23	52

## CARAPEBUS

Tabela C - Carga tributária *per capita* em 2012 – total e rubricas

Município	Carga tributária <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking da carga tributária <i>per capita</i>	IPTU <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking do IPTU <i>per capita</i>	ISS <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking do ISS <i>per capita</i>
Angra dos Reis	1.019,62	7	196,96	4	400,10	10
Aperibé	89,17	88	13,13	80	40,13	83
Araruama	360,67	29	149,23	12	76,37	56
Areal	426,51	25	56,95	27	224,11	22
Armação de Búzios	1.375,49	4	284,37	3	434,63	8
Arraial do Cabo	590,67	15	123,09	15	274,49	18
Barra do Piraí	296,97	36	39,80	43	129,89	32
Barra Mansa	244,54	41	48,17	32	136,94	31
Belford Roxo	106,45	84	17,77	69	46,61	77
Bom Jardim	209,09	47	12,95	81	111,00	43
Bom Jesus do Itabapoana	154,14	69	33,34	47	65,34	62
Cabo Frio	461,22	23	131,69	13	137,76	30
Cachoeiras de Macacu	225,35	43	23,76	60	128,97	33
Cambuci	78,31	90	11,68	82	31,56	87
Campos dos Goytacazes	419,70	27	50,62	29	199,60	24
Cantagalo	266,24	38	10,09	83	171,64	26
Carapebus	202,77	48	15,04	78	141,49	29
Cardoso Moreira	144,26	73	9,95	84	80,33	51
Carmo	120,80	82	15,97	76	58,40	66
Casimiro de Abreu	319,70	33	40,46	42	121,21	38
Comendador Levy Gasparian	315,10	34	26,38	58	228,84	20
Conceição de Macabu	134,70	77	16,90	71	42,68	81
Cordeiro	184,16	54	45,37	35	78,90	52
Duas Barras	148,55	71	15,84	77	52,28	71
Duque de Caxias	512,20	20	83,41	23	226,81	21
Engenheiro Paulo de Frontin	121,66	81	18,29	67	48,44	75
Guapimirim	195,46	52	37,67	46	95,27	47
Iguaba Grande	422,25	26	154,23	9	77,90	55
Itaboraí	1.005,39	8	50,21	31	756,25	4
Itaguaí	2.334,09	2	150,97	10	1.957,62	2
Italva	121,92	80	26,46	57	40,31	82
Itaocara	139,85	75	17,24	70	38,07	84
Itaperuna	247,01	40	31,78	49	124,22	37
Itatiaia	689,10	11	150,17	11	372,41	12
Japeri	86,92	89	7,78	88	49,19	74
Laje do Muriaé	98,14	86	6,36	89	46,71	76
Macaé	2.730,23	1	109,38	16	2.173,64	1
Macuco	252,67	39	50,56	30	106,76	44
Magé	144,86	72	16,61	73	51,85	72
Mangaratiba	1.407,85	3	321,51	2	659,45	5
Maricá	428,56	24	131,45	14	127,73	34
Mendes	131,97	78	14,56	79	43,33	79
Mesquita	154,61	68	47,16	33	59,88	64
Miguel Pereira	313,01	35	94,11	19	105,88	45
Miracema	95,73	87	26,85	56	19,33	91

(continua)

Tabela C - Carga tributária *per capita* em 2012 – total e rubricas (cont.)

Município	Carga tributária <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking da carga tributária <i>per capita</i>	IPTU <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking do IPTU <i>per capita</i>	ISS <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking do ISS <i>per capita</i>
Natividade	183,55	55	16,45	74	104,99	46
Nilópolis	199,06	50	43,84	38	71,84	58
Niterói	1.190,10	6	406,06	1	415,54	9
Nova Friburgo	354,46	30	75,27	24	111,23	42
Nova Iguaçu	177,60	57	42,00	40	78,07	54
Paracambi	171,09	60	20,37	64	117,02	39
Paraíba do Sul	183,13	56	62,79	26	66,06	61
Paraty	658,66	12	106,19	17	203,10	23
Paty do Alferes	172,68	59	51,10	28	28,83	89
Petrópolis	619,52	14	159,50	7	168,44	27
Pinheiral	158,79	66	19,72	65	85,86	48
Pirai	656,03	13	86,71	22	389,26	11
Porciúncula	213,84	46	28,06	54	78,86	53
Porto Real	813,50	10	30,97	50	449,89	7
Quatis	170,04	61	29,05	52	81,11	50
Queimados	202,32	49	19,37	66	113,86	40
Quissamã	498,19	21	28,49	53	282,30	17
Resende	540,86	18	90,40	20	283,70	16
Rio Bonito	481,35	22	44,89	36	308,10	14
Rio Claro	215,19	45	38,95	45	66,64	60
Rio das Flores	216,19	44	16,79	72	127,30	35
Rio das Ostras	837,57	9	100,83	18	351,42	13
Santa Maria Madalena	175,27	58	16,34	75	81,22	49
Santo Antônio de Pádua	159,11	65	44,67	37	60,19	63
São Fidélis	122,66	79	18,11	68	36,07	86
São Francisco de Itabapoana	110,21	83	21,80	63	29,41	88
São Gonçalo	195,94	51	39,77	44	55,49	68
São João da Barra	1.324,83	5	33,03	48	985,57	3
São João de Meriti	192,26	53	43,19	39	54,17	70
São José do Ubá	100,11	85	9,52	85	50,64	73
São José do Vale do Rio Preto	160,09	64	22,54	62	37,12	85
São Pedro d'Aldeia	231,96	42	89,54	21	57,01	67
São Sebastião do Alto	139,01	76	7,80	87	42,80	80
Sapucaia	549,31	17	25,46	59	459,90	6
Saquarema	527,73	19	168,03	6	190,89	25
Seropédica	332,53	32	29,80	51	235,91	19
Silva Jardim	276,46	37	40,71	41	111,64	41
Sumidouro	141,98	74	8,19	86	43,66	78
Tanguá	168,05	62	22,58	61	54,85	69
Teresópolis	409,73	28	157,41	8	125,31	36
Trajano de Moraes	152,06	70	4,25	91	67,51	59
Três Rios	342,30	31	66,09	25	148,30	28
Valença	167,36	63	46,61	34	59,70	65
Varre-Sai	56,50	91	4,82	90	20,39	90
Vassouras	156,85	67	27,72	55	76,27	57
Volta Redonda	567,81	16	174,68	5	285,27	15

## CARAPEBUS

Tabela D - Custeio *per capita* e comprometimento em 2012

Município	Custeio <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking do custeio <i>per capita</i>	Comprometimento da receita corrente com o custeio em 2012	Ranking do comprometimento com o custeio
Angra dos Reis	3.842,57	14	84%	67
Aperibé	2.681,66	38	84%	65
Araruama	1.651,59	78	91%	38
Areal	2.849,00	35	78%	81
Armação de Búzios	5.919,67	7	89%	49
Arraial do Cabo	3.758,30	16	94%	25
Barra do Piraí	1.329,16	83	73%	89
Barra Mansa	1.873,37	67	95%	19
Belford Roxo	966,78	89	99%	4
Bom Jardim	2.357,78	49	96%	18
Bom Jesus do Itabapoana	1.744,86	72	97%	10
Cabo Frio	3.112,87	29	82%	71
Cachoeiras de Macacu	2.592,69	39	94%	27
Cambuci	2.247,71	55	80%	80
Campos dos Goytacazes	3.613,27	19	72%	90
Cantagalo	3.240,01	25	92%	33
Carapebus	6.246,35	5	99%	3
Cardoso Moreira	2.942,06	32	75%	86
Carmo	2.715,19	36	90%	42
Casimiro de Abreu	2.429,79	45	35%	91
Comendador Levy Gasparian	3.214,52	26	94%	24
Conceição de Macabu	2.248,22	54	85%	61
Cordeiro	2.378,92	48	95%	22
Duas Barras	3.334,10	23	89%	51
Duque de Caxias	1.818,39	70	96%	15
Engenheiro Paulo de Frontin	2.708,92	37	93%	29
Guapimirim	2.295,17	52	97%	13
Iguaba Grande	2.447,86	43	90%	39
Itaboraí	2.145,30	59	92%	34
Itaguaí	3.497,57	20	75%	87
Italva	2.422,57	47	80%	78
Itaocara	1.971,15	62	89%	47
Itaperuna	1.863,63	69	99%	6
Itatiaia	3.172,92	27	83%	68
Japeri	1.219,62	85	88%	53
Laje do Muriaé	3.476,64	21	75%	85
Macaé	6.754,92	4	74%	88
Macuco	5.237,81	8	100%	2
Magé	1.404,03	81	96%	17
Mangaratiba	5.948,35	6	105%	1
Maricá	1.807,17	71	80%	79
Mendes	2.285,55	53	94%	26
Mesquita	973,45	88	83%	70
Miguel Pereira	2.563,98	42	93%	30
Miracema	2.147,30	58	89%	44

(continua)

Tabela D - Custeio *per capita* e comprometimento em 2012 (cont.)

Município	Custeio <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking do custeio <i>per capita</i>	Comprometimento da receita corrente com o custeio em 2012	Ranking do comprometimento com o custeio
Natividade	2.851,83	34	84%	66
Nilópolis	1.189,37	86	95%	23
Niterói	2.590,64	40	91%	36
Nova Friburgo	1.485,82	80	89%	45
Nova Iguaçu	999,71	87	95%	20
Paracambi	1.865,46	68	92%	32
Paraíba do Sul	1.710,85	75	89%	52
Paraty	3.624,17	18	81%	76
Paty do Alferes	2.156,28	57	85%	62
Petrópolis	2.317,28	51	97%	12
Pinheiral	2.133,61	60	87%	58
Piraí	4.546,31	10	81%	77
Porciúncula	2.440,53	44	76%	83
Porto Real	10.558,00	2	98%	9
Quatis	3.283,25	24	92%	31
Queimados	1.273,64	84	82%	72
Quissamã	10.774,01	1	95%	21
Resende	2.423,58	46	82%	75
Rio Bonito	2.583,29	41	96%	14
Rio Claro	3.127,40	28	82%	73
Rio das Flores	3.910,27	13	94%	28
Rio das Ostras	4.750,95	9	75%	84
Santa Maria Madalena	3.967,02	12	91%	35
Santo Antônio de Pádua	1.894,92	66	98%	8
São Fidélis	1.705,06	77	89%	46
São Francisco de Itabapoana	1.966,37	63	90%	40
São Gonçalo	749,86	91	84%	64
São João da Barra	10.431,22	3	98%	7
São João de Meriti	821,02	90	90%	41
São José do Ubá	3.660,65	17	84%	63
São José do Vale do Rio Preto	2.020,59	61	83%	69
São Pedro d'Aldeia	1.337,53	82	89%	50
São Sebastião do Alto	3.776,91	15	87%	57
Sapucaia	2.953,70	31	99%	5
Saquarema	1.729,64	73	91%	37
Seropédica	1.579,52	79	85%	60
Silva Jardim	4.302,14	11	88%	56
Sumidouro	3.027,06	30	90%	43
Tanguá	1.705,42	76	89%	48
Teresópolis	1.905,67	65	97%	11
Trajano de Moraes	3.454,12	22	86%	59
Três Rios	1.907,69	64	88%	55
Valença	1.714,97	74	96%	16
Varre-Sai	2.860,87	33	77%	82
Vassouras	2.326,47	50	88%	54
Volta Redonda	2.199,94	56	82%	74

## CARAPEBUS

Tabela E - Investimento *per capita* e grau de investimento em 2012

Município	Investimento <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking do investimento <i>per capita</i>	Grau de investimento em 2012	Ranking do grau de investimento
Angra dos Reis	212,84	41	5%	71
Aperibé	443,85	18	12%	14
Araruama	101,02	74	6%	58
Areal	350,83	22	10%	25
Armação de Búzios	427,39	19	6%	48
Arraial do Cabo	235,18	35	6%	56
Barra do Piraí	331,72	26	18%	5
Barra Mansa	225,87	37	11%	17
Belford Roxo	30,03	91	3%	83
Bom Jardim	127,49	61	5%	67
Bom Jesus do Itabapoana	98,90	76	5%	64
Cabo Frio	449,15	17	12%	16
Cachoeiras de Macacu	304,89	28	11%	19
Cambuci	99,79	75	4%	80
Campos dos Goytacazes	928,54	6	18%	6
Cantagalo	270,31	31	7%	38
Carapebus	317,49	27	5%	66
Cardoso Moreira	243,72	33	6%	52
Carmo	298,16	29	9%	29
Casimiro de Abreu	880,32	8	12%	15
Comendador Levy Gasparian	185,23	44	5%	60
Conceição de Macabu	217,52	39	8%	36
Cordeiro	114,84	69	5%	72
Duas Barras	205,23	42	5%	63
Duque de Caxias	63,87	83	3%	81
Engenheiro Paulo de Frontin	147,13	53	5%	65
Guapimirim	34,16	89	1%	90
Iguaba Grande	114,35	70	4%	76
Itaboraí	141,92	56	6%	51
Itaguaí	1.111,25	3	23%	3
Italva	224,90	38	7%	40
Itaocara	121,35	64	5%	59
Itaperuna	41,17	88	2%	88
Itatiaia	176,85	47	5%	70
Japerí	142,32	55	10%	22
Laje do Muriaé	588,15	11	13%	13
Macaé	625,25	9	7%	45
Macuco	522,06	14	9%	28
Magé	55,48	85	4%	79
Mangaratiba	80,61	80	1%	91
Maricá	450,04	16	19%	4
Mendes	117,06	65	5%	68
Mesquita	109,73	71	8%	32
Miguel Pereira	158,22	50	6%	57
Miracema	55,57	84	2%	86

(continua)

Tabela E - Investimento *per capita* e grau de investimento em 2012 (cont.)

Município	Investimento <i>per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking do investimento <i>per capita</i>	Grau de investimento em 2012	Ranking do grau de investimento
Natividade	241,89	34	7%	44
Nilópolis	143,24	54	11%	18
Niterói	177,35	46	6%	50
Nova Friburgo	127,89	60	7%	37
Nova Iguaçu	46,13	86	4%	75
Paracambi	32,71	90	2%	89
Paraíba do Sul	91,58	78	5%	69
Paraty	233,93	36	5%	61
Paty do Alferes	76,16	81	3%	84
Petrópolis	125,69	62	5%	62
Pinheiral	200,61	43	8%	34
Piraí	894,20	7	16%	8
Porciúncula	128,01	59	4%	78
Porto Real	1.019,70	4	9%	27
Quatis	354,15	21	9%	30
Queimados	168,30	49	11%	20
Quissamã	941,63	5	8%	33
Resende	175,14	48	6%	54
Rio Bonito	156,66	52	6%	55
Rio Claro	274,15	30	7%	46
Rio das Flores	335,55	24	8%	35
Rio das Ostras	1.935,35	1	31%	1
Santa Maria Madalena	565,07	12	13%	12
Santo Antônio de Pádua	141,34	57	7%	41
São Fidélis	116,83	67	6%	53
São Francisco de Itabapoana	97,55	77	4%	74
São Gonçalo	117,04	66	13%	10
São João da Barra	1.726,31	2	16%	7
São João de Meriti	66,28	82	7%	43
São José do Ubá	465,11	15	10%	21
São José do Vale do Rio Preto	349,17	23	14%	9
São Pedro d'Aldeia	106,41	72	7%	42
São Sebastião do Alto	563,00	13	13%	11
Sapucaia	138,48	58	4%	73
Saquarema	606,77	10	26%	2
Seropédica	178,43	45	10%	24
Silva Jardim	156,91	51	3%	82
Sumidouro	334,23	25	10%	26
Tanguá	124,86	63	7%	47
Teresópolis	44,59	87	2%	87
Trajano de Morais	102,17	73	3%	85
Três Rios	89,92	79	4%	77
Valença	115,61	68	6%	49
Varre-Sai	412,62	20	10%	23
Vassouras	259,74	32	9%	31
Volta Redonda	213,99	40	7%	39



Tabela F - *Royalties* e dependência de transferências em 2012

Município	<i>Royalties</i> recebidos em 2012 (R\$ milhões)	Ranking dos <i>royalties</i> recebidos	<i>Royalties per capita</i> em 2012 (R\$)	Ranking dos <i>royalties per capita</i>	Grau de dependência de transferências e <i>royalties</i> em 2012	Proporção dos <i>royalties</i> na receita total em 2012
Angra dos Reis	113,34	8	639,99	25	65%	14%
Aperibé	6,45	80	611,21	27	88%	17%
Araruama	12,28	40	105,46	74	71%	6%
Areal	1,05	90	90,46	77	74%	2%
Armação de Búzios	83,16	13	2.870,30	7	76%	43%
Arraial do Cabo	45,48	16	1.607,49	12	80%	39%
Barra do Pirai	12,83	38	134,07	68	63%	7%
Barra Mansa	15,15	30	84,67	79	66%	4%
Belford Roxo	16,17	28	34,06	88	78%	3%
Bom Jardim	8,55	56	332,31	51	81%	13%
Bom Jesus do Itabapoana	9,18	52	257,23	57	87%	13%
Cabo Frio	325,47	4	1.667,37	11	81%	44%
Cachoeiras de Macacu	42,71	17	774,59	20	82%	28%
Cambuci	7,15	71	481,67	35	79%	17%
Campos dos Goytacazes	1364,50	1	2.889,06	6	84%	57%
Cantagalo	9,17	53	462,63	39	84%	13%
Carapebus	40,88	19	2.915,21	5	96%	46%
Cardoso Moreira	6,96	75	551,94	29	73%	14%
Carmo	8,43	58	474,61	36	84%	15%
Casimiro de Abreu	126,79	6	3.395,67	3	83%	47%
Comendador Levy Gasparian	0,96	91	116,33	71	90%	3%
Conceição de Macabu	8,16	62	377,47	44	80%	14%
Cordeiro	7,96	67	384,26	43	83%	15%
Duas Barras	6,68	79	606,51	28	84%	15%
Duque de Caxias	91,82	11	105,90	73	69%	6%
Engenheiro Paulo de Frontin	6,95	76	518,15	32	95%	18%
Guapimirim	49,21	15	919,28	14	90%	39%
Iguaba Grande	8,12	63	337,03	50	70%	12%
Itaboraí	17,00	27	76,36	84	46%	3%
Itaguaí	41,66	18	368,08	45	46%	8%
Italva	7,08	74	495,42	33	77%	16%
Itaocara	8,00	65	349,67	46	80%	16%
Itaperuna	12,23	41	125,78	69	85%	7%
Itatiaia	10,23	47	348,08	47	66%	9%
Japeri	11,18	43	114,82	72	84%	8%
Laje do Muriaé	6,17	84	831,38	18	83%	18%
Macaé	565,35	2	2.593,94	8	55%	29%
Macuco	6,21	83	1.164,99	13	94%	21%
Magé	58,31	14	252,91	59	85%	17%
Mangaratiba	31,06	21	813,01	19	67%	14%
Maricá	112,73	10	834,31	17	72%	36%
Mendes	7,40	69	410,43	40	87%	17%
Mesquita	13,29	36	78,38	83	76%	6%
Miguel Pereira	8,51	57	343,89	48	76%	12%
Miracema	8,37	59	312,06	53	79%	13%

(continua)

Tabela F - Royalties e dependência de transferências em 2012 (cont.)

Município	Royalties recebidos em 2012 (R\$ milhões)	Ranking dos royalties recebidos	Royalties per capita em 2012 (R\$)	Ranking dos royalties per capita	Grau de dependência de transferências e royalties em 2012	Proporção dos royalties na receita total em 2012
Natividade	7,12	73	472,33	37	82%	13%
Nilópolis	12,88	37	81,54	81	75%	6%
Niterói	113,57	7	230,92	61	45%	8%
Nova Friburgo	14,91	32	81,28	82	74%	5%
Nova Iguaçu	20,47	24	25,53	90	68%	2%
Paracambi	10,22	48	212,33	62	90%	10%
Paraíba do Sul	1,64	88	39,47	86	83%	2%
Paraty	83,27	12	2.149,50	9	86%	48%
Paty do Alferes	8,36	60	314,73	52	71%	12%
Petrópolis	19,92	25	67,02	85	62%	3%
Pinheiral	7,96	66	342,96	49	79%	14%
Piraí	14,03	34	520,62	31	68%	9%
Porciúncula	7,36	70	408,28	41	74%	13%
Porto Real	15,75	29	911,61	15	92%	8%
Quatis	6,85	78	522,54	30	81%	14%
Queimados	12,71	39	90,52	76	76%	6%
Quissamã	113,06	9	5.324,33	2	94%	47%
Resende	19,70	26	161,38	65	67%	5%
Rio Bonito	9,98	49	176,90	63	79%	7%
Rio Claro	8,21	61	466,54	38	79%	12%
Rio das Flores	6,41	81	736,52	21	92%	17%
Rio das Ostras	356,48	3	3.069,55	4	72%	49%
Santa Maria Madalena	7,15	72	694,33	22	95%	16%
Santo Antônio de Pádua	9,77	50	239,03	60	87%	12%
São Fidélis	9,62	51	255,48	58	78%	13%
São Francisco de Itabapoana	10,78	45	260,56	55	94%	12%
São Gonçalo	24,64	22	24,25	91	64%	3%
São João da Barra	234,39	5	6.994,32	1	84%	66%
São João de Meriti	14,97	31	32,53	89	67%	3%
São José do Ubá	6,27	82	883,37	16	85%	20%
São José do Vale do Rio Preto	8,03	64	391,05	42	94%	16%
São Pedro d'Aldeia	11,20	42	122,32	70	69%	8%
São Sebastião do Alto	6,01	86	670,04	24	83%	15%
Sapucaia	1,49	89	84,49	80	71%	3%
Saquarema	10,76	46	138,85	67	69%	6%
Seropédica	13,63	35	170,04	64	74%	9%
Silva Jardim	37,82	20	1.748,20	10	84%	35%
Sumidouro	7,41	68	493,42	34	82%	14%
Tanguá	8,64	55	274,75	54	90%	14%
Teresópolis	14,38	33	85,81	78	70%	4%
Trajano de Moraes	6,94	77	672,15	23	89%	16%
Três Rios	3,06	87	39,16	87	76%	2%
Valença	11,07	44	152,35	66	84%	8%
Varre-Sai	6,13	85	630,38	26	80%	15%
Vassouras	8,99	54	257,88	56	83%	9%
Volta Redonda	24,54	23	94,32	75	63%	3%

## BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Marco Antônio Barbosa. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2012, TCE-RJ. Disponível em [www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e Documentação – Referências – Elaboração. NBR 6023, agosto/2002.
- BRASIL. Constituição Federal.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394/1999 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (com as alterações da Lei Federal nº 11.274/2006).
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- BRITTO, Jorge. *Arranjos produtivos locais: perfil das concentrações econômicas no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.
- CARVALHO JUNIOR, Jonas Lopes de. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2007, TCE-RJ, 2008. Disponível em [www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br).
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 5ª ed.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede. O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 5ª ed.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede. O fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 5ª ed.
- CASTRO, Cláudio de Moura. A penosa evolução do ensino e seu encontro com o Pisa. In Pisa 2000: Relatório Nacional. Brasília, dezembro de 2001. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/30/19/33683964.pdf>. Acesso em 27.04.2009.
- CEPERJ. Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>.
- CRUZ, José Luiz Vianna da (Org.). *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.
- DUBNICK Melvin J. *Accountability and the promise of performance: in search of the mechanisms*. Public Performance and Management Review (PPMR) Vol. 28 No. 3, March 2005, pp. 376–417 © 2005 M.E. Sharpe, Inc.
- \_\_\_\_\_. e JUSTICE, Jonathan B. *Accountability and the evil of administrative ethics. ADMINISTRATION & SOCIETY* (Forthcoming, 2006). Disponível em <http://pubpages.unh.edu/dubnick/pubs/2006/Dubnick&Justice2006.pdf>. Acesso em 12/12/05.
- FERLY, Ewan *et al.* *A nova administração pública em ação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: ENAP, 1999.

- FIOCRUZ. *Mapa de Vulnerabilidade da População do Estado do Rio de Janeiro aos impactos das mudanças climáticas nas áreas social, saúde e ambiente*. Relatório 4 – versão final / Coordenação Geral: Martha Macedo de Lima Barata e Coordenação Técnica: Ulisses E. Cavalcanti Confalonieri. Rio de Janeiro, SEA, 2011.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Janeiro, 2001 (Texto para Discussão n.º 776).
- IBGE. Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.
- \_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatística/pesquisa\\_resultados.php](http://www.ibge.gov.br/home/estatística/pesquisa_resultados.php).
- \_\_\_\_\_. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/perfilmunic/>.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da quarta série do Ensino Fundamental*. Brasília: Inep, 2003.
- INSTITUTO VASCO DE EVALUACIÓN E INVESTIGACIÓN EDUCATIVA. *Primer Informe Evaluación PISA 2006*. Bilbao: ISEI-IVEI, 2007. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/55/10/39830282.pdf>. Acesso em 27.04.2009.
- JARA, Carlos. *Planejamento do Desenvolvimento Municipal com a Participação de Diferentes Atores Sociais*. In: *Ação Local e desenvolvimento sustentável*. Debates. Fortaleza: Centro de estudos Konrad Adenauer Stiftung, 1996.
- JUSTICE, Jonathan B. *Accountability is not Enough: Why Improvements in Accountability are Subject to diminishing Returns*. IPSA, 2000. Mimeo.
- KINGDON, John W. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. Longman, 2003.
- LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MACROPLAN/IETS. *O Rio tem Futuro!?*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível no sítio Disponível no sítio <http://www.oriotemfuturo.com.br/>. Acesso em 15/12/07.
- MASLOW, Abraham H. *Motivation and personality*. New York: Harper & Row, 1954.
- MELLO, Marcelo Franca de Faria. *Mecanismos de Inovação na Gestão Pública: Perspectivas Estratégicas de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Anuário Brasileiro de Desastres Naturais*. 2012. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/pt/home>.
- MOORE, Mark Harrison. *Criando Valor Público: Gestão Estratégica no Governo*. Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002.
- MURTA, Claudio Martinelli. *Avaliação de Planos Diretores Municipais*. Trabalho de Conclusão do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública – CIPAD – Turma 01 - TCE/RJ, 2007.
- NAZARETH, P.A.; LOPES PORTO, L.F. *As Finanças dos Municípios Brasileiros: O Caso do Rio de Janeiro*. TCE/RJ, Janeiro 2002.

## CARAPEBUS

NETTO, Antonio Delfim. *Meio Século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Externa*. In: GIAMBIAGI, Fabio et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOVO, Jean Marcel de Faria. *Apreciação ergonômica da auditoria de obras públicas - 2003*. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: ENAP, 2003. 3ª ed.

OCDE - *Glossaire des Principaux Termes Relatifs à l'Évaluation et à la Gestion Axée sur les Résultats*. Paris, OCDE: 2002. Disponível em <http://www.oecd.org/dac/evaluation>. Acesso em 13/12/05.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, Anped, Rio de Janeiro, n. 28, 2005.

PACHECO, Regina Silvia. *Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros*; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Sumários Executivos dos Volumes 1, 2 e 3 - Base Científica das Mudanças Climáticas. 2012. Disponível em <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/pt/>.

PARANKEDAR, Suhas D.; OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro e AMORIM, Érica P. (Orgs.). *Desempenho dos alunos na Prova Brasil: diversos caminhos para o sucesso educacional nas redes municipais de ensino*. Brasília: Inep, 2008.

RIO DE JANEIRO. Constituição do Estado.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.528/2005 – Diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do ERJ (com as alterações da Lei Estadual nº 5.311/2008)

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.100/2007 – Trata da repartição aos municípios da parcela de 25% do produto da arrecadação do ICM's incluindo o critério de conservação ambiental (com as alterações dos Decretos 41.844/09, 43.284/11, 43.700/12 e 44.252/13).

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.597/2009 – Plano Estadual de Educação – PEE/RJ.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.690/2010 – Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável no Estado do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Relatórios de auditoria governamental no âmbito do Tema de Maior Significância TMS, Resíduos Sólidos – Inspeção Ordinária. Disponível em <http://intranet.tce.rj.gov.br/arquivos/Votos/>.

ROMZEK, Barbara S. e DUBNICK, Melvin J. *Accountability in the Public Sector: Lessons from the Challenger Tragedy*. *Public Administration Review* 47, 1987.

RUEDIGER, Marco Aurélio e RICCIO, Vicente. *O Novo Contrato Social: Desenvolvimento e Justiça em uma Sociedade Completa*. In: CAVALCANTI, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio e SOBREIRA, Rogério. *Desenvolvimento e Construção Nacional: Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Ex-Leviatã Brasileiro: do Voto Disperso ao Clientelismo Concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SCHWARTZ, Peter. *A Arte da Previsão – Planejando o Futuro em um Mundo de Incertezas*. São Paulo: Best Seller, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Cenários: as Surpresas Inevitáveis*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In. In: EVANS, Peter, RUESCHEMEYER, Dietrich, SKOCPOL, Theda (orgs). Cambridge, 1999.
- TACHIZAWA, Takeshy e MENDES, Gildásia. *Como fazer Monografia na Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 5ª ed. rev. e amp.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudos Socioeconômicos dos Municípios – Edições 2001 a 2012*. Disponíveis no sítio <http://www.tce.rj.gov.br>.
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Education For All – EFA Global Monitoring Report 2009 - Overcoming inequality: why governance matters. Oxford: Oxford University Press, 2009. Disponível em <http://www.unesco.org/en/efareport>. Acesso em 08.05.2009.
- VERGARA, Sylvia C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

**Órgão responsável pelos Estudos Socioeconômicos**

**Coordenadoria de Auditoria de Qualidade**

Marcello Leoni Lopes de A. Torres

**Equipe Técnica**

Marcelo Franca de Faria Mello

Eduardo Henrique Sant'Anna Pinheiro

Rita de Cássia Cerreia Guedes de Oliveira

**Estagiária**

Juliana Fagundes Medeiros

**Arte**

Daniel Tiriba de Azevedo Marinho

Maria Inês Blanchart

**Agradecimentos**

Assessoria de Desenvolvimento de Sistemas  
da Diretoria Geral de Informática

Coordenadoria de Contas de Administração Financeira dos Municípios  
da Subsecretaria de Controle Municipal

Coordenadoria de Comunicação Social, Imprensa e Editoração